



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO, PESQUISA, PÓS-
GRADUAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, SAÚDE E TECNOLOGIA

JULLYANA CRISTHINA ALMEIDA DE FREITAS

**“PLANTANDO NA ESPERANÇA DE SAIR A TERRA”: EXPERIÊNCIAS DE
LUTA EM EDUCAÇÃO POPULAR E EMANCIPAÇÃO HUMANA NA
COMUNIDADE VIVA DEUS**

IMPERATRIZ
2021

JULLYANA CRISTHINA ALMEIDA DE FREITAS

**“PLANTANDO NA ESPERANÇA DE SAIR A TERRA”: EXPERIÊNCIAS DE
LUTA EM EDUCAÇÃO POPULAR E EMANCIPAÇÃO HUMANA NA
COMUNIDADE VIVA DEUS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Formação Docente em Práticas Educativas do Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do título de Mestre em Formação Docente em Práticas Educativas.

Orientadora: Profa. Dra. Betânia Oliveira Barroso

IMPERATRIZ
2021

JULLYANA CRISTHINA ALMEIDA DE FREITAS

**“PLANTANDO NA ESPERANÇA DE SAIR A TERRA”: EXPERIÊNCIAS DE
LUTA EM EDUCAÇÃO POPULAR E EMANCIPAÇÃO HUMANA NA
COMUNIDADE VIVA DEUS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Formação Docente em Práticas Educativas do Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia da Universidade Federal do Maranhão, como requisito obtenção do título de Mestre em Formação Docente em Práticas Educativas.

Aprovada em / /

BANCA EXAMINADORA

Presidente e Orientador (a): Betânia Oliveira Barroso
Doutora em Educação
Universidade Federal do Maranhão

Membro Titular: Erlando da Silva Rêses
Doutor em Sociologia
Universidade de Brasília

Membro Titular: Witembergue Gomes Zaparoli
Doutor em Letras
Universidade Federal do Maranhão

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Freitas, Jullyana Cristhina Almeida de.

PLANTANDO NA ESPERANÇA DE SAIR A TERRA: EXPERIÊNCIAS
DELUTA EM EDUCAÇÃO POPULAR E EMANCIPAÇÃO HUMANA NA
COMUNIDADE VIVA DEUS / Jullyana Cristhina Almeida de
Freitas. - 2021.

172 p.

Orientador(a): Betania Oliveira Barroso.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Formação Docente em Práticas Educativas /ccsst,
Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2021.

1. Educação Popular. 2. Emancipação Humana. 3.
Pesquisa-ação. I. Oliveira Barroso, Betania. II.

Ao meu pai (em memória), junto a todos os ensinamentos que me constituíram. À minha mãe, por toda força e serenidade e à minha orientadora, por toda amorosidade e em me mostrar que um outro mundo é possível. À Comunidade Viva Deus.

Se a educação sozinha não transforma
a sociedade, sem ela tampouco a
sociedade muda.
(Paulo Freire)

AGRADECIMENTOS

O processo de escrita desse trabalho, bem como as experiências que o acompanha, compreende diversas vivências, pessoas, concepções de mundo, lutas, resistência e esperança. Não se trata de um exercício feito somente por mim. Trata-se de uma polifonia de vozes que ecoaram durante todo o processo, por meio de conversas, celebrações, encontros acadêmicos, círculos de cultura, fazendo da coletividade o aspecto que pauta todas as reflexões aqui presentes. Portanto, deixo registrada minha imensa gratidão a todas as pessoas que participaram desse processo, que colaboraram e que tornaram minha trajetória no mestrado tão especial, mesmo catártica.

Meus mais profundos e sinceros agradecimentos à toda minha família, aos meus pais e ao meu irmão, que nunca mediram esforços para que eu tenha alcançado o privilégio de chegar até o mestrado. Ao meu pai em especial, sempre participativo em todos os meus processos, generoso, preocupado e orgulhoso pelas minhas conquistas. A ele, que não está mais conosco, meu eterno amor. À minha mãe sempre caminhar ao meu lado, por ter mantido a caminhada mesmo quando a vida não nos sorriu e por ser a personificação da persistência de que muito precisei durante esse processo.

Agradeço a generosidade e acolhimento da minha orientadora, Profa. Dra. Betânia Oliveira Barroso, por toda a amorosidade, por toda a força que precisei e por ser luz nos momentos mais escuros. Agradeço ao apoio do Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Popular – GEPEEP, à Monica, João Lucas, Jean Pierr e aos que chegaram recentemente somando forças, mas, em especial ao Marcos, um grande amigo, companheiro de estrada, que sempre se fez presente durante todo o meu percurso. À Rosalva do MIQCB por todo o carinho de sempre e por ensinar a todas/os nós o significado de esperar, na prática, no trabalho junto às mulheres.

Aos companheiros e companheiras da Comunidade Viva Deus por todos os ensinamentos que me constituíram desde a primeira vez que os vi. À dona Zenilde, Sr. Barbosa, dona Zizi, Sr. Antônio Ceará e ao Gato Félix, por me mostrarem o que é esperança e como a luta por reforma agrária e por terra é potente, é vida acontecendo e é esperança florescendo mesmo em terrenos inóspitos.

Gratidão aos meus colegas do mestrado, gratidão pelos diálogos, seminários, discussões, pelas trocas afetuosas e pelas vivências sempre tão bem-humoradas, em especial à Lilian, Isabela e Lara, tão parceiras. Ao Prof. Dr. Renato Hilário dos Reis, que, por meio da minha orientadora tive a oportunidade e privilégio de conhecer, e que tão amorosamente me acolheu durante toda a minha trajetória acadêmica, de vida, através do conforto de palavras que me fizeram seguir em frente, colaborando também para as reflexões empreendidas durante a pesquisa.

Aos professores do Programa de pós-graduação em formação docente em práticas educativas - PPGFOPRED, em especial ao Prof. Dr. Witembergue Zaparoli, por toda acolhida, por ter somado tão significativamente na minha trajetória e por hoje compor a banca examinadora, ao Prof. Dr. Erlando Reses por também aceitar o convite de fazer parte da banca com valiosas contribuições.

Aos meus amigos e amigas tão queridos/as e tão necessários/as, Luciana, Elena, Willian, Laísa e Thassio, sempre prestativos, me ouvindo e apoiando e me fortalecendo nos momentos de insegurança, minha gratidão. Ao Edson, por sua afetuosas e amorosa colaboração na reta final, bem como no desenvolvimento do produto de dissertação, e por me confortar em diversos momentos em que precisei. Vocês foram essenciais.

RESUMO

Jullyana Cristhina Almeida de Freitas

“PLANTANDO NA ESPERANÇA DE SAIR A TERRA”: EXPERIÊNCIAS DE LUTA EM EDUCAÇÃO POPULAR E EMANCIPAÇÃO HUMANA NA COMUNIDADE VIVA DEUS

Linha de pesquisa: 2 – Pluriculturalidade, Interculturalidade e Práticas Educativas Interdisciplinares

Este trabalho busca trazer a colaboração da pesquisa-ação, na perspectiva na Educação Popular, para o processo de Emancipação Humana dos sujeitos de um acampamento sem-terra, denominado Comunidade Viva Deus, que se concretiza por meio do ato de plantar, enquanto um encaminhamento de superação alcançado por meio do círculo de cultura e da situação-problema-desafio, enquanto as ferramentas metodológicas que possibilitaram o alcance dos resultados aqui descritos. As experiências de luta e resistência vivenciadas junto à comunidade, foram possibilitadas pela tríade do ensino, da pesquisa e da extensão, por meio do GEPEEP – Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Popular, da Universidade Federal do Maranhão, campus de Imperatriz. A comunidade em questão se trata de um acampamento sem-terra que luta pela regularização fundiária da terra em que vivem. Busco, ainda, trazer a construção histórica do conceito de Emancipação Humana, para então, apresentá-la na perspectiva da Educação Popular, ressaltando a importância da conscientização e da autonomia nesse processo. A fundamentação teórica está embasada na abordagem de Karl Marx (1985, 1996, 2010) e sua perspectiva de superação do capitalismo, Theodor Adorno (1995), sob a colaboração do conceito de esclarecimento kantiano, e em especial, Paulo Freire (1967, 1979, 1981, 1986, 1987, 1989, 1997, 2009), com sua abordagem progressista e emancipadora de educação. Cada um destes autores colaborou para a construção histórica do conceito de Emancipação Humana. Por fim, trago a dimensão contraditória do conflito existente, tendo em vista a natureza complexa das relações sociais que guiam a comunidade.

Palavras-chave: Educação Popular; Emancipação Humana; Pesquisa ação.

ABSTRACT

Jullyana Cristhina Almeida de Freitas

"PLANTING IN THE HOPE OF LAND RIGHTS": EXPERIENCES OF STRUGGLE IN POPULAR EDUCATION AND HUMAN EMANCIPATION IN THE VIVA DEUS COMMUNITY

Line of research: 2 – Multiculturality, Interculturality and Interdisciplinary Educational Practices

This work seeks to bring the collaboration of action research, from the perspective of Popular Education, to the process of Human Emancipation of the subjects of a landless encampment, called Viva Deus Community, which is materialized through the act of planting, as a referral of overcoming achieved through the circle of culture and the situation-problem-challenge, as the methodological tools that enabled the achievement of the results described here. The experiences of struggle and resistance lived in the community were made possible by the triad of teaching, research and extension, through GEPEEP – Group of Teaching, Research and Extension in Popular Education, of the Federal University of Maranhão, campus of Imperatriz. The community in question is a landless encampment that fights for the regularization of the land on which they live. I also seek to bring the historical construction of the concept of Human Emancipation, and then present it from the perspective of Popular Education, emphasizing the importance of awareness and autonomy in this process. The theoretical foundation is based on the approach of Karl Marx (1985, 1996, 2010) and his perspective of overcoming capitalism, Theodor Adorno (1995), in collaboration with the Kantian concept of enlightenment, and in particular, Paulo Freire (1967, 1979, 1981, 1986, 1987, 1989, 1997, 2009), with its progressive and emancipatory approach to education. Each of these authors contributed to the historical construction of the concept of Human Emancipation. Finally, I bring up the contradictory dimension of the existing conflict, given the complex nature of the social relationships that guide the community.

Keywords: Popular Education; Human Emancipation; Action search

LISTA DE SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CPT	Comissão Pastoral da Terra
MST	Movimento Sem-Terra
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
GEPEEP	Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão Em Educação Popular
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
CELMAR	Projeto Celulose do Maranhão
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
CENTRU	Centro de Educação do Trabalhador Rural
CEMAR	Companhia Energética do Maranhão
MIQCB	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
CEDEP	Centro de Cultura e Desenvolvimento Popular do Paranoá

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Momento de Mística do GEPEEP (Acervo GEPEEP, 2018).	29
Figura 2 – Momento de articulação da formação política (Acervo GEPEEP, 2018)..	31
Figura 3 – Diálogos acerca da produção de feijão de um morador (Acervo GEPEEP, 2018).	71
Figura 4 – Anotações no diário de campo (Acervo GEPEEP, 2018).	80
Figura 5 – Horizontalidade promovida pelo círculo de cultura (Acervo GEPEEP, 2018).	82
Figura 6 – Fachada do galpão onde são realizadas as assembleias e círculos de cultura (Acervo GEPEEP, 2018).	85
Figura 7 – Participação do grupo de extensão na assembleia da associação (Acervo GEPEEP, 2018).	86
Figura 8 – Imagem aérea da Suzano Papel e Celulose (Fonte: O petróleo, 2016). ..	88
Figura 9 – Imagem de satélite da extensão do Programa Grande Carajás (Fonte: Google Earth, 2018).	89
Figura 10 – Dona Zizi participando da Festa da Colheita (Acervo GEPEEP, 2018)..	96
Figura 11 – Roça de feijão (Acervo GEPEEP, 2018).	98
Figura 12 – Lamparina iluminando a casa de uma moradora (Acervo GEPEEP, 2018).	100
Figura 13 – Mobilização contra a reforma da previdência (Acervo GEPEEP, 2019).	105
Figura 14 – Comunidade contemplando a mandala construída coletivamente (Acervo GEPEEP, 2019).	108
Figura 15 – Mandala no centro do círculo de cultura (Acervo GEPEEP, 2019).	109
Figura 16 – Sr. Antônio se apropriando do quadro branco (Acervo GEPEEP, 2018).	111
Figura 17 – Participação da comunidade na Teia de Povos e Comunidades Tradicionais na aldeia São José, do povo Krikati, em Montes Altos – MA. (Fonte: Acervo CIMI, 2018).	119
Figura 18 – Circulo de cultura entre a comunidade e diversas organizações sociais (Acervo GEPEEP, 2019).	123
Figura 19 – Momento de fortalecimento promovido pelo circulo de cultura (Acervo GEPEEP, 2018).	126

Figura 20 – Convite para o lançamento do Relatório anual dos conflitos no campo (Fonte: CNBB, 2020).....	128
Figura 21 – Capa e Contracapa do e-book (Fonte: a autora, 2021).....	129
Figura 22 – Identificação e poema presentes no produto (Fonte: a autora, 2021) .	132
Figura 23: Crianças da comunidade (Acervo GEPEEP, 2018).....	134
Figura 24: Celebração de certificação (Acervo GEPEEP, 2018).....	135
Figura 25: Festa da colheita (Acervo GEPEEP, 2018).....	135
Figura 26: Roça de feijão II (Acervo GEPEEP, 2018).	136
Figura 27: Participantes da Festa da Colheita (Acervo GEPEEP, 2018).	137

“PLANTANDO NA ESPERANÇA DE SAIR A TERRA”: Experiências de luta e Educação Popular na Comunidade Viva Deus

SUMÁRIO

Me encontrando com a Educação Popular: minha trajetória	16
1. INTRODUÇÃO	24
1.1. Justificativa	29
1.2. Problema de investigação	32
1.3. Objetivos.....	33
1.3.1 Objetivo Geral.....	33
1.3.2 Objetivos Específicos.....	33
1.4. Dialogando com as produções acadêmicas.....	33
2. EMANCIPAÇÃO HUMANA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR: FUNDAMENTANDO CONCEITOS.....	39
2.1 Compreendendo a construção histórica da Emancipação Humana	40
2.2 Dialogando com a perspectiva freireana de emancipação	46
2.3 A práxis revolucionária como ato contínuo de produção e reprodução social: práticas educativas emancipadoras	50
2.4 A dialética de construção de uma consciência emancipada e emancipadora: contribuições freireanas	55
2.5 Dialogando com a perspectiva freireana de autonomia: possibilidades emancipatórias.....	60
2.6 A construção do movimento emancipatório: a importância das mulheres.....	65
3. CAMINHOS METODOLÓGICOS: PERSPECTIVA QUALITATIVA DE INVESTIGAÇÃO	67
3.1 A Pesquisa-ação: uma ferramenta democrática e interventiva	69
3.2 As categorias do materialismo histórico e dialético em questão: uma possibilidade de interpretação	71
3.3 Construindo a pesquisa: Diário de campo, relatorias, círculo de cultura e a situação-problema-desafio.....	77

3.4 Investigando <i>in loco</i> : localizando o território da Comunidade Viva Deus	84
3.5 Os interlocutores: uma breve definição.....	94
4. DO MOVIMENTO DE CONSCIENTIZAÇÃO À AUTONOMIA PARA A EMANCIPAÇÃO HUMANA NA COMUNIDADE VIVA DEUS	96
4.1 Experiências de luta da Comunidade Viva Deus: algumas práticas de resistência	97
4.2 A dimensão contraditória do movimento emancipatório	110
4.3 “Plantando na esperança de sair a terra”: Como a comunidade tem resistido?.....	118
5. O PRODUTO DA PESQUISA	129
5.1. Produzindo um e-book	129
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
REFERÊNCIAS.....	138
ANEXOS	146

Me encontrando com a Educação Popular: minha trajetória

Hay que endurecerse, pero sin perder la ternura jamás. Essa é uma frase comumente atribuída a Che Guevara ou a Deng Xiaoping, mas de fato, não se sabe quem a proferiu de modo tão emblemático e que, para mim, faz tanto sentido. A autoria desconhecida em nada inibiu a forma significativa que tal frase acompanharia os meus dias, principalmente os dias, que seguirão à construção do presente trabalho de dissertação.

O fato é que eu não saberia ou sentiria o peso de endurecer sem perder a ternura, até estar vivenciando esse processo, que veio marcado por uma série de acontecimentos e situações de ordem particular, e que também, ocorreu de uma maneira bastante específica. *Endurecerse* é algo quase inevitável quando se passa por situações duras ou até mesmo difíceis que a vida te coloca. Mas, não perder a ternura foi um mantra que repeti diversas vezes para que eu pudesse continuar a conduzir todo o processo de forma serena, mesmo após o falecimento do meu mentor, meu grande amigo, meu pai.

Essas ideias dizem respeito ao modo como enxergo a vida no momento presente, que foram formadas ao longo de uma trajetória que se iniciou no dia 3 de novembro de 1995 às 4h da manhã. O sol estava em escorpião. Nasci em Barra do Corda no Maranhão, cidade que vivi somente até os oito anos de idade, mas que foram suficientes para que eu desenvolvesse um vínculo, um afeto que faz com que eu me sinta em casa todas as vezes que estou lá.

Filha de uma jovem, mãe aos 22 anos, e recém-chegada de uma região formada pelo semi-árido, no Rio Grande do Norte. Minha mãe saiu de sua cidade, Caraúbas/RN, em busca de outras experiências que a fizessem crescer, e, foi no Maranhão, ainda na rodoviária que ela conheceu meu pai, pois foi ele quem a buscou lá, atendendo ao pedido do marido da sua prima, tia Rita. De pronto, apaixonaram-se e conviveram por volta de 1 ano, até que eu nasci.

As primeiras imagens que tenho de mim mesma é andando na caminhonete do meu pai, mas só via o painel do carro, pois meu tamanho não permitia que eu enxergasse a estrada à frente. Consoante a isso, meus primeiros momentos foram muito bons, muito felizes, até que chegou o momento em que comecei a frequentar a escola. Ademais, foi meu pai o principal responsável por fomentar as mais diversas aprendizagens nos mais diversos espaços, para além

da escola. Isso decorre de todas as experiências que marcam para toda a vida e pautam o modo como você passa a enxergar o mundo.

Recordo-me das vezes em que ele me levava à escola na caminhonete e também das vezes em que minha mãe me levava, pegando pela mão até à escola. Aqui as passadas eram curtas. O cômico é que a gente cresce de uma maneira que quando você mesma percebe, suas passadas já parecem mais largas que a da sua mãe. Essas são algumas observâncias que me acompanham juntamente à memória de ver sempre meus pais extremamente comprometidos com a minha educação escolar.

As primeiras experiências escolares foram em instituições privadas de ensino, consideradas, até hoje, uma “boa escolarização”, principalmente na formação das primeiras habilidades. Tratava-se do fim da década de 1990 e começo dos anos 2000. Recordo-me que a televisão mostrava compulsivamente a relação que a tecnologia tinha com a virada do século, e como ela passava a fazer parte da vida dos brasileiros, em suas diversas nuances.

Nesse momento, meu pai, em função do seu espírito aventureiro e sua vontade de crescer financeiramente, o que acho que era apenas uma justificativa para a sede que ele tinha por novas experiências de vida, nos levou para morar em Estreito/MA, em 2002. O projeto era trabalhar na recém construída hidrelétrica, o que atraiu pessoas de vários lugares do país em busca de trabalho.

No entanto, ao chegar lá, ele permaneceu no mesmo ramo, de vendas e comércio, e tinha que viajar muito para vender. Nessa cidade foi onde comecei a frequentar a escola pública, o que me permitiu estar em contato com pessoas de diferentes classes sociais, bem como me permitiu pela primeira vez, enxergar a existência da desigualdade social.

Vivi alguns anos nesse movimento, e, por mais que, durante toda a vida escolar, nunca tenha tido o título de *nerd*, estava sempre atenta aos processos que me cercavam e aos que a vida estava me conduzindo de modo que eu ainda iria conhecer. Nos últimos anos do ensino fundamental e ensino médio morei em algumas cidades, entre os estados do Tocantins e Maranhão, e, em cada escola, cada cidade, cursava uma nova série.

Concluí o terceiro ano em Tocantinópolis/TO, na companhia de amigos muito queridos com quem eu já havia estudado antes, por já ter morado nessa cidade. Era uma escola católica, chamada Dom Orione, onde, antes de adentrar

às salas, os alunos e alunas realizavam por volta de três orações no pátio. Concluí o ensino médio bastante sensibilizada com o término daquela etapa da minha vida e me recordo que cheguei em casa chorando por conta disso e meu pai, tentando me tranquilizar, me mostrando e apresentando outras perspectivas, dentro do que ele enxergava.

Até ingressar no curso de Ciências Humanas com habilitação em Sociologia, foram muitas idas e vindas. Prestando vestibular ou até somente pensando a respeito, sobre engenharia florestal, engenharia de minas, direito, fisioterapia e até curso técnico em radiologia. Assim, cogitei adentrar em algumas áreas por puro imediatismo, mas também pelo condicionamento social do meio em que vivia, onde o diploma universitário era extremamente necessário para “ser alguém na vida”. Já a identificação com o curso, com a profissão ou com a escolha em si, não era tão relevante.

Ingressei no curso de Licenciatura em Ciências Humanas com habilitação em Sociologia em 2014, sendo um curso interdisciplinar, que abrange as quatro áreas das Ciências Humanas: Sociologia, Filosofia, Geografia e História. Acredito que, por ter habilitação em sociologia, os alunos dificilmente se viam como professores ou educadores, mas sim, como sociólogos. Apesar de ser um curso de licenciatura, ninguém queria ir para a sala de aula, o que é compreensível, dadas as condições de trabalho, o que também, é preocupante.

Nesse movimento, logo em 2015, conheci o GEPEEP, Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Popular, sob coordenação da Profa. Dra. Betânia Barroso. Inicialmente, o grupo realizava leituras coletivas da obra de Paulo Freire, bem como leituras de autores da área da Educação. Esse trabalho de pesquisa, logo se estendeu para a Comunidade Viva Deus, após termos conhecido seu contexto numa palestra a respeito de uma grande fronteira agrícola nacional que corresponde à extensão geográfica que corresponde aos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, o MATOPIBA.

Demos início, então, a um importante trabalho de alfabetização de jovens e adultos na comunidade, pautada pela Educação Popular no campo. O processo de Alfabetização foi composto por trabalhadores e trabalhadoras, jovens, adultos/as e idosos/as, que lutam há 17 anos pela titularidade da terra. Foi com eles e elas que pude aprender não só como a Educação Popular ou a alfabetização de jovens e

adultos operam, mas também, como a vida humana se constitui ontologicamente por meio do trabalho.

Foi essa visão de mundo a responsável por me constituir não só academicamente, mas como um ser humano que não pode dissociar a vida ou a educação, dos contextos de onde ela ocorre e que possui o compromisso de contribuir para processos de transformação social, tendo em vista que o atual modelo de produção se mostra insuficiente no atendimento das necessidades humanas.

Para quem estava imersa num espaço acadêmico onde o “ser professor” era negado a todo tempo, encontrei um grupo de trabalho de ensino, pesquisa e extensão que me conduzia e me convidava a vivenciar essa identidade em sua totalidade, e, ademais, no campo, sendo um espaço que permite que pensemos a existência humana em suas mais variadas dimensões. Uma vez constituída nessa perspectiva, levei-a para contextos formais de ensino, que tive contato por meio do estágio supervisionado e do Programa de Residência Pedagógica na escola Graça Aranha.

Desse modo, toda a minha formação acadêmica foi constituída em estreita relação com as lutas sociais, do campo ou da cidade, sob colaboração da perspectiva freireana de Educação, que parte da leitura de mundo para a leitura da palavra, e não o inverso. Tais construções resultaram na minha monografia, intitulada “O CAMINHO SE FAZ CAMINHANDO: A Constituição de Uma Consciência Humana na Educação Popular da Comunidade Viva Deus”.

Na monografia, procurei apresentar/explorar/analisar os processos de conscientização e constituição humanas desenvolvidas a partir da iniciativa popular com o projeto de extensão/GEPEEP, questionando-me sobre o que definem as práticas pedagógicas ou processos de conscientização e constituição humana desenvolvidas na Comunidade, sendo estas adquiridas nos embates das lutas sociais em busca de melhores condições de vida, e não somente de sobrevivência.

Assim, todas essas experiências sempre ocorreram em consonância com a reflexão acerca do “ser professora”, partindo da incerteza, mas caminhando em busca de algumas certezas, sendo regada constantemente pelo exercício da minha prática pedagógica. Nesse sentido, o exercício de constituição da minha identidade, sob colaboração do GEPEEP, tem caminhado junto à esperança, enquanto uma necessidade ontológica do “ser professora”.

Daí, da necessidade da esperança, à uma certa precisão da certeza e importância de minha existência enquanto pessoa humana, na relação social e individual, e a compreensão de que nesse contexto não devemos experimentá-la de forma errada, deixando que resvale para a desesperança e o desespero. Desesperança e desespero, consequência e razão de ser da inação ou do imobilismo (FREIRE, 1997, p. 5-6). Nesse aspecto, minha orientadora de monografia e mestrado, não só acadêmica, mas de vida, Profa. Dra. Betânia, sempre argumentou a favor da ação, da práxis e da colaboração do nosso trabalho para com a comunidade. Com ela, a imobilidade ou a inação nunca foram opções.

Foi nessa perspectiva de vida que ingressei no mestrado, onde, continuar e ter permanecido no ensino, pesquisa e extensão, conforme a formação que tive é uma questão *sine qua nom* da minha atuação profissional pedagógica, e não apenas, porque tinha que ter um tema definido para defender. Pertencer a um programa de pós-graduação, naquele momento, foi, e tem sido de extrema significação para que eu pudesse continuar a desenvolver o trabalho com jovens, adultos e idosos na comunidade.

Desse modo, foi nessa lógica de compreensão de mundo que pude dar seguimento à proposta educacional de trabalho de que fazia parte, onde construir juntamente com a comunidade e com as pessoas envolvidas no processo e interlocutoras da pesquisa, dona Zizi, dona Zenilde, seu Ceará, seu Raimundo, seu Barbosa, Gato Félix, dentre outros, foi e é extremamente gratificante, o que deu significação ao meu trabalho.

Assim, é fundamental trazer os (as) interlocutores (as) da pesquisa no memorial, por se tratar de sujeitos presentes na minha constituição humana, em todas as esferas, tendo em vista que os (as) mesmos (as) se fazem presentes nas pesquisas que empreendo desde o trabalho de conclusão de curso. Os ensinamentos de vida destes, portanto, faz parte de quem sou e de quem busco a cada dia ser. Ser mais, desse modo, é a premissa que me guiou durante o desenvolvimento do presente trabalho, mas que, sem eles e elas, nada faria sentido.

Dona Zizi, como é popularmente conhecida, diz respeito a Alzenira Texeira Sousa, casada com Antônio Alves de Sousa (Ceará), representa luta e esperança para a comunidade, pois, nos momentos em que a conjuntura não se mostrava favorável para a Comunidade Viva Deus, ela sempre estava firme em seus ideais e objetivos, no que se refere à conquista da terra. Assim como outras companheiras

de postura aguerrida, dona Zizi nunca faltava às reuniões de formação política, sempre opinando e participando de todas as tomadas de decisões, junto ao seu companheiro.

Dona Zenilde é como chamamos a vice-presidente da associação, Zenilde dos Santos Silva, é casada com Carmir Barbosa da Silva, que chamamos Sr. Barbosa, e representa uma liderança importantíssima para a comunidade. Recentemente, ela lançou sua candidatura a vereadora pelo Partido Comunista Brasileiro, PCB, em Imperatriz. No lançamento, dona Zenilde agregou todas as pautas identitárias que diziam respeito a sua existência e que também representou as demais companheiras: mulher, negra, sem-terra, quebradeira de coco e agricultora.

Além dessas questões, ela também trouxe a luta pela terra da Comunidade Viva Deus como o pano de fundo que rege todas as outras reivindicações, bem como trouxe visibilidade para as lutas travadas na Estrada do Arroz (localidade da Comunidade Viva Deus), que, segundo ela, necessitam de espaço na câmara de vereadores.

Gato Félix, como o chamamos, é o Sr. Félix Lima da Silva, e é uma liderança não só na comunidade, mas em toda região, pois, historicamente, sempre se fez presente em diversos movimentos de luta e pautas de reivindicação, sendo a luta contra o grande capital, a mais importante e essencial para ele, sobretudo em processos de luta pela terra.

Gato Félix é integrante do Partido Comunista Brasileiro, da Unidade Classista e está sempre presente em rodas de discussão que buscam trazer melhorias para a classe trabalhadora na cidade de Imperatriz, seja em sessões da câmara de vereadores, seja na praça, na cidade, no campo ou onde sua presença for requerida pelos movimentos sociais. Ele também é morador da Comunidade Viva Deus, participa das tomadas de decisão e reuniões da associação, constituindo uma representação importantíssima para a comunidade, tendo em vista toda sua experiência de luta.

Estando nesse movimento de constituição humana junto à comunidade e às lutas sociais, precisei, de certo modo, “interromper” o processo para me dedicar a um trabalho numa empresa privada de prestação de serviços, que atua no mercado de energia e soluções tecnológicas. Foi uma interessante experiência, apesar de ter

sido desanimador, pois, era um outro ambiente de socialização, com o qual eu não estava habituada.

Tal contexto apresenta um cenário onde grande parcela do público das instituições públicas de ensino, precisam se submeter, em algum momento da caminhada acadêmica, buscando sobreviver e permanecer na universidade. No entanto, esse movimento me distanciou do ensino, da pesquisa e da extensão, tão importantes e essenciais em meu processo formativo.

Contudo, o que me entristecia era a falta de convívio com a comunidade e com o grupo de pesquisa, pois o trabalho me causava um desgaste físico e psíquico imenso, que me distanciava da minha área de formação e da escolha de vida que eu já havia feito. Ou seja, o compromisso com as lutas sociais e com as pessoas que constroem esse movimento.

No entanto, após algum tempo afastada da universidade, da pesquisa e da comunidade, decidi retornar, pois era o que eu realmente queria fazer e onde realmente queria estar. Ao retornar, foi logo quando se iniciou a pandemia do COVID-19 em 2020, o que coadunou com o momento em que perdi meu pai. Tempos difíceis esses, pois, de repente, o que eu acreditava ser essencial em minha vida, já não existia mais. Foi, e tem sido necessário, resiliência.

Desse modo, os acontecimentos que evoquei aqui, por si bastante resumidos, dizem respeito a trajetória que tenho construído em minha caminhada, num contexto onde “ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar” (FREIRE, 1997, p. 155). Assim, sinto-me alegre por ter chegado até aqui, pois o acolhimento e orientações de vida da minha orientadora, profa. Dra. Betânia Barroso, o apoio dos colegas, tem sido essenciais na minha caminhada.

Nesse momento me encontro desenvolvendo a pesquisa dentro dos limites da pandemia, que inclusive, temporariamente, nos impede que façamos pesquisa-ação na comunidade. Esse “engessamento” dificulta o percurso, mas não impede que eu esteja o tempo todo pensando de que modo posso colaborar para os processos da comunidade. Seja, através do grupo, sejam por conversas do WhatsApp ou vídeo chamadas.

No entanto, a atual circunstância é mais uma situação-problema-desafio provocada pela pandemia e por acontecimentos de cunho pessoal, que, com certeza, marcaram a minha vida de maneira densa, onde, pensar a todo instante na

passagem do meu pai pela minha vida, é o que me dá combustível para continuar lutando com as armas que tenho. Nesse aspecto, sinto-me, como pontuou Freire (1993, p. 40), desafiada a “não permitir que o medo facilmente nos paralise ou nos persuada de desistir de enfrentar a situação desafiante sem luta e esforço”.

1. INTRODUÇÃO

Madrugada camponesa,
faz escuro ainda no chão,
mas é preciso plantar.
A noite já foi mais noite,
a manhã já vai chegar.

Não vale mais a canção
feita de medo e arremedo
para enganar solidão.
Agora vale a verdade
cantada simples e sempre,
agora vale a alegria
que se constrói dia a dia
feita de canto e de pão.

Breve há de ser (sinto no ar)
tempo de trigo maduro.
Vai ser tempo de ceifar.
Já se levantam prodígios,
chuva azul no milharal,
estala em flor o feijão,
um leite novo minando
no meu longe seringal.

Já é quase tempo de amor.
Colho um sol que arde no chão,
lavro a luz dentro da cana,
minha alma no seu pendão.
Madrugada camponesa.
Faz escuro (já nem tanto),
vale a pena trabalhar.
Faz escuro mas eu canto
porque a manhã vai chegar.

Thiago de Mello (1965)

Vivemos em tempos obscuros, em que é necessário, mais do que nunca, esperarmos. Nesse sentido, historicamente, a proposta de educação libertadora de Paulo Freire (1921-1997) vem contribuindo para processos de conscientização, autonomia e emancipação humana, tendo marcado todo o pensamento progressista de nossa época, nos ajudando a entender as condições de produção das formas contemporâneas da miséria humana, para o sustento de um modo de produção, em detrimento dos “esfarrapados do mundo” (FREIRE, 1968, p. 23).

Esse fato, permeado pelo movimento histórico e dialético da sociedade,

ocorre em consonância com a hegemonia das elites sobre os mais pobres, submetendo-os ao conformismo e à subordinação. Freire (1980) aponta que tais processos são sustentados por uma consciência ingênua da realidade, onde, a formação da autonomia e da consciência crítica, são fundamentais, possibilitando compreendermos as “dimensões obscuras que resultam de sua aproximação [do homem e da mulher] com o mundo” (p. 27). Nesse sentido, Scocuglia (2020) pontua que, do pensamento freireano:

Ficou como marca da sua pedagogia e da sua práxis educativa: a questão crucial do analfabetismo (e da educação) não é uma chaga ou uma doença, uma inferioridade, um demérito para as camadas populares ou algo desse tipo, mas, sim, trata-se de uma produção social, uma produção política e econômica, cultural. Ou seja, o analfabetismo brasileiro, filho da exclusão histórica e estrutural, tão vigoroso e tão marcante nos anos 1950/60 (e que continua na atualidade!), sempre foi produzido! (SCOCUGLIA, 2020, p. 11)

Nessa perspectiva, é premente afirmar que a educação popular se constitui como fundamento de práticas pedagógicas que visam contribuir com processos de transformação social, pois, a sociedade em que vivemos, por ser capitalista, não atende às necessidades humanas, mas às do capital. É necessário romper com esse modo de produção urgentemente, para que a continuidade da existência humana possa ser garantida. A pandemia causada pelo novo coronavírus Sars-CoV-2, em que estamos vivendo, demonstra essa necessidade. Nesse sentido, a postura genocida e negligente do governo brasileiro, busca atender ao modo de produção, não as vidas humanas.

Nesse sentido, é premente afirmar que a educação pode, ou não, contribuir para a reprodução e manutenção desse sistema. É exatamente essa a proposta que o presente trabalho visa socializar. Uma proposta emancipadora de educação, na perspectiva da Educação Popular. Uma proposta contra hegemônica, colaboradora na formação de conscientização e autonomia, gestadas na construção de práticas pedagógicas de resistência, frente ao modo de produção capitalista, que restringe todos os potenciais emancipatórios os quais a Educação, em sua totalidade, pode despertar.

Nesse cenário, é importante ressaltar que estamos no ano de comemoração ao centenário de Paulo Freire (1921-1997), que precisa ser visto como “um espaço-tempo de articulações, como um processo formativo e de mobilização com vistas à transformação da realidade, a garantia de direitos, direito a uma educação emancipadora” (GADOTTI, 2020, p. 200).

Cabe mencionar que o presente trabalho traz a questão da luta por terra de toda uma comunidade, mas ressalto, que as mulheres foram as principais interlocutoras e colaboradoras ao apresentar elementos fundamentais na construção de práticas educativas emancipadoras, a exemplo de plantar. Nesse sentido, trago contribuições freireanas para pensarmos a questão da liberdade, mesmo que eu não tenha trazido a perspectiva do gênero como eixo de pesquisa, é ponto de partida para que também pensemos a emancipação feminina. Nesse aspecto, Freire (1992) foi categórico ao reconhecer que também fazia parte de um universo vocabular sexista:

(...) “Ora, quando falo homem, a mulher necessariamente está incluída”. Em certo momento das minhas justificativas, puramente ideológicas, de justificar a mim mesmo, a linguagem machista que usava, percebi a mentira ou a ocultação da verdade que havia na afirmação: “quando falo homem a mulher está incluída”. (1992, p.67)

Dessa maneira, Freire (1992), no seio de um movimento histórico de reflexão, percebe a ocultação da verdade ao pronunciar que, quando fala do homem, a mulher estava incluída. Não há como trazer o pensamento libertador da histórica condição de opressão em que as mulheres estiveram historicamente submetidas, sem mencionar a perspectiva freireana. É relevante mencionarmos essa questão como o pano de fundo da reflexão sobre a atuação das mulheres, as principais interlocutoras na construção do presente trabalho.

Assim, por marcar o pensamento progressista de toda uma época, Paulo Freire sempre caminhou em direção das transformações do pensamento humano, para que não mais houvessem amarras ou que somente alguns progredissem em detrimento do sofrimento de outros seres humanos, pois, vivenciando os tempos de pandemia, verificamos o quanto a desigualdade social está presente no acesso à saúde e ao tratamento do coronavírus, por exemplo.

Desse modo, contextualizando a conjuntura em que vivemos, é importante trazer a visão de Dowbor (2020), na questão do acesso ao conhecimento em contexto de pandemia e de capitalismo de predominância financeira. Contudo, “para já, um terço da humanidade, ou por não ter acesso aos equipamentos, ou por não ter como pagar as taxas extorsivas, [...], ou inclusive de energia, encontra-se de certa maneira como que no escuro, desligada do mundo digital onde acontecem as coisas” (p. 144). Assim, o acesso à educação piora ainda mais trazendo para o contexto da Educação Popular no campo, pois, por terem o campo como lugar de

vivência, geralmente o acesso às redes de conexão é remoto. No que diz respeito aos processos de financeirização, em que a classe trabalhadora vai tendo seus direitos historicamente conquistados, cada vez mais negados. Nesse aspecto, Dowbor (2020) pontua:

No Brasil, em plena pandemia, com a economia em queda, 42 bilionários (em dólares) aumentaram as suas fortunas em US\$34 bilhões entre 18 de março e 12 de julho de 2020. Isso equivale a 180 bilhões de reais, o equivalente a 6 anos de Bolsa Família, em 4 meses, isentos de impostos, e para pessoas que não produzem, são banqueiros, donos de aplicações financeiras. A financeirização hoje é mundial, mas no Brasil atingiu formas grotescas. A grande corrupção gerou os seus mecanismos legais. (DOWBOR, 2020, p. 145).

Dessa forma, a classe trabalhadora, presente no campo ou na cidade, está sendo cada vez mais explorada por processos de financeirização que atuam mundialmente, e estão tendo suas condições de sobrevivência restringidas em detrimento de interesses outros, do capitalismo. Recentemente, o auxílio emergencial, que inclusive não vem sendo tratado como emergencial por parte do governo, sofreu considerável diminuição, o que representa uma política de caráter genocida, tendo em vista a insuficiência do recurso para o custeio de necessidades materiais básicas de sobrevivência.

Trata-se de um contexto que, em Freire (2008), demanda uma prática educativa eminentemente política, pois mesmo que o atual cenário obstaculize a atuação da Educação Popular no campo, a mesma se configura como um campo de luta e resistência diante dos desmontes do estado e da negação de políticas públicas básicas, como por exemplo, o acesso das comunidades aos meios de comunicação. Por conta disso, Paulo Freire continua sendo necessário e extremamente atual, pois colaborou para uma concepção emancipadora de mundo, que estremece as estruturas de poder. Afinal de contas, o próprio Freire deixou o legado de constante atualização de sua obra, continuando a ser referência todas as vezes em que nos movemos em direção a sistemas de defesa e soberania dos povos:

A sua realidade, que antes era vista como algo natural, estática, agora é vista como social e histórica. O obra de Paulo Freire (1921-1997) se soma como parte fundamental da contribuição política e intelectual, preocupada com a transformação do mundo, em especial, no século XX, período que o historiador Eric Hobsbawm (1995) denominou de a “Era dos Extremos”, situando desde o avanço do desenvolvimento capitalista, passando pelas revoluções socialistas e as lutas anticoloniais da metade do século XX, bem como o fortalecimento do sistema de defesa e soberania dos povos após a promulgação da Declaração de Direitos Humanos de 1948, e o reconhecimento da autonomia dos povos, suas origens culturais, políticas,

econômicas, entre outras. (KOSOKAWA; PINI; LOUREIRO; SANTOS; ABREU, 2020, p. 71)

Desse modo, pensar num modelo de educação voltado às necessidades dos seres humanos, da classe trabalhadora, é pensar num movimento de construção em favor da educação popular, bem como, da emancipação humana, ou seja, a favor da transformação social. Operar a partir de tais conceitos significa atribuir vasta importância ao caráter pedagógico das lutas populares, seja por terra, educação, moradia ou lazer, que, no presente trabalho, a luta pela terra e o ato de plantar para resistir aos cruéis processos capitalistas no campo, são fundantes. O campo, nesse aspecto, se configura como um espaço onde podemos pensar a existência humana em todas as suas dimensões.

O pensamento freireano possui a tradição dialética como um marco do seu fazer educativo, uma vez que, tratando-se de Paulo Freire, temos a filosofia, a antropologia, a sociologia, história e a pedagogia enquanto áreas que se fazem presentes em seu sistema de educação, sendo crucial trazer essa afirmação num momento em que comemoramos e celebramos o centenário de Paulo Freire, que foi e é tão necessário para a Educação, mas que é constantemente mal compreendido, o que é fruto de concepções de natureza conservadora.

A Educação, nesse sentido, é um projeto político e pedagógico contraditório, evoca relações de poder e precisa ser vista desse modo, uma vez que colabora na construção da consciência das determinações existentes (inserido num processo histórico), bem como a capacidade do sujeito se autodeterminar por meio da autonomia. Ainda, é um processo contraditório de elementos subjetivos e objetivos, de forças internas e externas. Ou seja, o movimento educativo também apresenta contradições. É historicamente construído. Assim, pode caminhar rumo à emancipação ou não.

Levando em consideração as questões supracitadas, apresento a luta da Comunidade Viva Deus, que luta pela regularização fundiária da terra em que vivem há 17 anos, como um espaço onde a Educação Popular e suas práticas pedagógicas colaboram de forma significativa para os processos voltados para a Emancipação Humana individual e coletivamente. Para tanto, considera-se a experiência que vivenciei *in loco* por meio do Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Popular – GEPEEP, desde 2015, conforme o registro abaixo demonstra:



Figura 1: Momento de Mística do GEPEEP (Acervo GEPEEP, 2018).

No entanto, as experiências aqui trabalhadas se referem ao período de março de 2018 a dezembro de 2019, também *in loco*. As experiências vivenciadas entre março de 2020 e junho de 2021 ocorreram remotamente por meio de plataformas virtuais, como o *Google Meet*, *WhatsApp* e *Zoom*, em decorrência da pandemia do novo coronavírus (SARS-COV-2/COVID-19) e do distanciamento social como forma de enfrentamento do vírus.

1.1. Justificativa

Desenvolver a presente pesquisa, inicialmente, me ocorreu em função do trabalho de base que realizo na Comunidade Viva Deus, onde atuo a partir do universo da tríade constituída pelo ensino, pesquisa e extensão, por meio do GEPEEP – Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Popular, em que faço parte desde 2015. Este, trabalha a partir do quadro social e de analfabetismo existente na região, em especial, na Comunidade Viva Deus, composta, em sua maioria, por trabalhadores/as e agricultores/as rurais, majoritariamente não alfabetizados/as.

Os trabalhadores e trabalhadoras da Comunidade Viva Deus têm uma luta travada há 17 anos pela titularidade da terra em que ocupam. Diante desse contexto, a presente investigação trata de uma pesquisa interventiva, prático, orientada por meio da pedagogia freireana e seus colaboradores, dentre outros teóricos, tendo em vista, também, uma metodologia de pesquisa-ação de base

marxista.

Nesse sentido, busco um trabalho educativo e uma prática pedagógica que construa caminhos para a formação de sujeitos emancipados. É imprescindível que todas as modalidades da Educação se submetam a exames críticos a partir de cada realidade histórico-social a que está situada. Com a Educação de Jovens e Adultos não é diferente. Nesse sentido, a Educação Popular, tendo como principal público a classe trabalhadora, pode vir a contribuir nesses processos de reflexão-ação-reflexão crítica, “dentro de um conjunto da totalidade social, fazendo um movimento complementar à ação-reflexão-ação, que sai da particularidade para a generalidade; do específico para o global; do micro para o macro” (KOSOKAWA; PINI; LOUREIRO; SANTOS; ABREU, 2020, p. 69)

Nesse momento, a importância social, educacional, acadêmica e científica da presente pesquisa encontra-se na emergência e necessidade de refletir sobre processos educacionais como um todo, para que possamos pensar de que maneira a Educação Popular, no seio da Educação de jovens, adultos, crianças e idosos, pode formar indivíduos em sua totalidade. Tal relevância, ainda, consiste no seu próprio modo proposto de realizar pesquisa: discussões feitas através da presença *in loco*/pesquisa em campo, uma vez que objetiva, a partir de seu papel prático, construir e fortalecer a Educação Popular, bem como a de jovens e adultos, não somente no que diz respeito a suas bases teóricas, mas trazer a discussão, a fim de que contribua para despertar todo o potencial existente no saber e nas práticas para a iniciativa popular, que, em seu cerne, devem constituir politicamente os moradores da Comunidade Viva Deus, tendo em vista que tais sujeitos vivem num cenário de embates políticos e ideológicos, como a fotografia abaixo demonstra um momento de articulação política entre a comunidade:



Figura 2 – Momento de articulação da formação política (Acervo GEPEEP, 2018).

Desse modo, o presente trabalho contribui também para a socialização de modelos pedagógicos de resistência, sobretudo por parte dos sujeitos da comunidade que colaboram para a minha pesquisa a partir de práticas de luta por vias da iniciativa popular, o que demonstra uma trajetória voltada para a construção da Emancipação Humana.

O contexto que esses sujeitos se encontram demanda luta e mobilização, pois a Comunidade Viva Deus parte de uma ocupação sem-terra que ainda não possui seu território legitimado do ponto de vista da regularização fundiária. Tal luta será apresentada aqui com o objetivo de contribuir para a área da Educação, das Ciências Humanas e do compromisso destas para com a valorização do saber construído nas lutas e com a necessidade de compreendê-lo em sua autonomia enquanto um elemento fundamental na construção de um modelo de sociedade que sobreponha as necessidades humanas, frente ao modo de produção.

Nesse aspecto, é importante frisar que lutar pela reforma agrária é fundamental na sociedade em que vivemos, pois, o campo é o ponto de partida para pensarmos a existência social em suas múltiplas dimensões. Desse modo, as práticas vivenciadas na Educação Popular e do campo, enquanto um espaço que compreende a multidimensionalidade dos fenômenos sociais transcende a luta pela terra e a reforma agrária, pois compreende a ocupação de outros espaços, como por exemplo, espaços institucionais, para que a participação popular seja assegurada.

Tal ocupação, em sua dimensão praxica, diz respeito a processos construídos pelos sujeitos que, em coletivo, manifestam socialmente suas reivindicações e pautas, face ao contexto de opressão em que vivem, praticados pelo grande capital. Assim, trata-se de um fazer educativo que opera a partir das práticas sociais dos sujeitos em movimento e tem esses elementos como base para a formação, sendo este, um fazer necessário em todas as práticas que pressupõem processos de ensino e aprendizagem, assim como também é necessário no compromisso com a Emancipação Humana.

1.2. Problema de investigação

Enquanto problemática, investigo de que maneira o movimento de construção da conscientização para a autonomia contribui para processos de emancipação, por meio do ato de plantar, na Comunidade Viva Deus. Esse movimento, na perspectiva da humanização do sujeito em contextos desumanizantes, é base constitutiva dos processos de Emancipação Humana, tendo em vista que somente uma postura crítica e autônoma, por meio de uma iniciativa subjetivo-individual, pode contribuir para os processos de transformação social, sob a colaboração da pesquisa-ação.

No presente trabalho, tais questões serão apresentadas no contexto da tríade do ensino, da pesquisa e da extensão universitária, sob a colaboração da pesquisa-ação, que se trata de um método alternativo de pesquisa, onde se faz necessário repensar constantemente os fundamentos e surgiu num contexto de redemocratização e dando suporte na participação ativa de todos os sujeitos envolvidos na pesquisa. Por isso é um método que conduz à emancipação.

Para tanto, socializo experiências de luta por terra num cenário marcado pela Educação Popular, onde, plantar, foi a principal estratégia utilizada pelo grupo nos processos de resistência na terra, tendo em vista que a permanência na ocupação da terra é obstaculizada pelo capital e pela falta de recursos material para a garantia da sobrevivência. Tais situações-problema-desafios emergiram durante o processo de pesquisa-ação.

1.3. Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Apresentar a colaboração da pesquisa-ação, na perspectiva na Educação Popular, para o processo de Emancipação Humana dos sujeitos da Comunidade Viva Deus, que se concretiza por meio do ato de plantar.

1.3.2 Objetivos Específicos

1. Verificar de que modo a Educação Popular contribui para a formação e constituição humana de trabalhadores/as agricultores/as familiares, por meio do ato de plantar;
2. Investigar a perspectiva freireana de Emancipação Humana, buscando o que foi transformado na atuação política de sujeitos jovens e adultos trabalhadores e agricultores familiares na Comunidade Viva Deus;
3. Apresentar como ocorre o movimento de construção da conscientização para a autonomia na Comunidade Viva Deus.

1.4. Dialogando com as produções acadêmicas

De acordo com Freitas e Barroso (2020), a partir dos programas de pós-graduação, bem como do acesso e da divulgação da produção acadêmica, as pesquisas compreendidas em artigos, teses, monografias e dissertações, se inseriram num movimento de valorização e intercâmbio com outras pesquisas. Desse modo, conhecer e refletir sobre outras pesquisas se tornou essencial, no movimento de construção de trabalhos científicos. A partir desse exercício, é possível enxergar lacunas, verificar o que está sendo discutido, a fim de buscar responder às questões que ainda não foram debatidas. Nesse aspecto, ainda em Freitas e Barroso (2020):

Não se trata somente de descrever quando, quem e onde foram produzidas as pesquisas, mas também, destacar questões referentes ao que a pesquisa busca responder, que é verificar de que modo a Educação Popular pode contribuir para a Emancipação Humana (FREITAS e BAROSSO, 2020, p. 220).

Para tanto, é premente aproximar a presente pesquisa de outras, já publicadas, que trazem a perspectiva de experiências realizadas no campo da Educação Popular, da Emancipação Humana, de observações realizadas *in loco*, a partir da perspectiva qualitativa de investigação. Ainda, que considerem a literatura

freireana, bem como suas implicações práxicas, na análise, ou seja, que compreendem a teoria enquanto parte constituinte da prática, e vice-versa, por meio do seu movimento dialético.

Nessa perspectiva de análise e pesquisa, o diálogo com os movimentos sociais e organizações populares de luta, que conclamam a sociedade para discutir pautas de reivindicação do interesse da classe trabalhadora, marcam as pesquisas em Educação Popular, e que, também são fatores que contribuem para a Emancipação Humana. Assim, é possível afirmar que todo o sistema de educação em Paulo Freire, apresenta alternativas de superação para problemas decorrentes do modo de produção vigente. No entanto, a temática, propriamente dita, não aparece em sua obra.

Desse modo, por mais que a Emancipação Humana não se efetive em totalidade no modo de produção capitalista, é possível encontrarmos práticas educativas emancipadoras, mesmo em seu interior. Assim, tais práticas acabam por assumir a função de um contraponto dialético, em relação às práticas hegemônicas que beneficiam o capital em detrimento da força de trabalho da classe trabalhadora. No atual modo de produção, a não efetivação em totalidade dessa forma de emancipação não pode justificar o imobilismo dos/das educadores/educadoras, das organizações sociais, bem como dos coletivos que lutam em prol de uma educação emancipada. Estes, são agentes de transformações progressivas e históricas que ocorrem no interior do capitalismo.

Nesse cenário, é importante destacar que a falta de investimentos na produção científica do campo da Educação Popular, de práticas emancipadoras, bem como no campo da Educação de Jovens e Adultos, prejudica o avanço, a continuidade e a permanência de tais temáticas. Assim, em Freitas e Barroso (2020), tais investimentos são mais latentes em alguns governos e menos em outros, uma vez que vivenciamos uma etapa do capitalismo de predominância financeira, onde a resultante é subemprego, uberização, proletarização e precarização do trabalho dos professores, que representam a ofensiva do capital sobre o trabalho.

Desse modo, a falta de investimentos é resultado do redirecionamento de fundos do estado, que em tese, deveriam ser para a educação, para instituições privadas e controladas pelo capitalismo financeiro internacional, que possuem a expansão, a acumulação, a concentração e a mercantilização da educação, como

seus principais objetivos, conforme indicam as atuais pesquisas em políticas públicas a partir da perspectiva democrática. Portanto, a atual conjuntura indica uma disputa em torno da agenda educacional, onde o mercado e privatizações são apresentados como soluções para o problema de falta de financiamento.

Assim, como investimentos em Educação não são prioridade na atual conjuntura, as áreas mais atacadas são as que possibilitam a conscientização, a organização e articulação política dos trabalhadores, uma vez que a mobilização da sociedade contra o sistema capitalista não é pertinente. Portanto, a construção do presente trabalho também leva em consideração outras pesquisas nessa área, a fim de que esse intercâmbio colabore não só para pensarmos questões ainda não pensadas, mas para que também que tais outras pesquisas sejam valorizadas e reconhecidas como uma ponte que possibilita novas experiências.

Nessa perspectiva, Zimmer (2018, apud FREITAS e BARROSO, 2020, p. 223), em sua dissertação¹ de mestrado, apresenta como objetivo geral, identificar no pensamento educacional, o papel da educação escolar voltada à classe trabalhadora e sua contribuição na emancipação do homem, por meio de uma síntese biográfica de Manacorda (1966, 1970, 2012) e Meszáros (1970, 2005, 2007).

Assim, tratou-se de uma pesquisa que se comprometeu com a construção da Emancipação Humana, por trazer, por meio da educação escolar, o protagonismo histórico de trabalhadores na produção e reprodução da realidade social. Não obstante, se torna necessário frisar que onde há história e onde há trabalho, há possibilidade de transformação social.

Nesse aspecto, a dimensão da luta por terra também se apresenta em muitas pesquisas encontradas no banco de dados da CAPES, sobretudo no que se refere às questões de injustiça agrária. Moreira (2017)², traz experiências de luta e conquista da terra, por meio da atuação da Comissão Pastoral da Terra - CPT e do Movimento Sem-Terra – MST. Para realizar a discussão, Moreira (2017) trouxe

¹ Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação – nível de Mestrado – Área de concentração: Educação, Linha de Pesquisa: Sociedade, Conhecimento e Educação, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação. Título: Manacorda e Meszáros: O papel da educação escolar no processo de superação da sociedade de classes Orientador: Dr. André Paulo Castanha

² Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação. Título: A luta pela terra em contexto de injustiça agrária: Pedagogia de Emancipação Humana? Experiências de luta da CPT e do MST Orientadora: Profa. Dra. Maria de Fátima Almeida Martins.

questões como mercantilização capitalista da terra, refundação do campesinato, traços de pedagogia emancipatória nos sujeitos militantes do MST, bem como a centralidade da luta pela terra.

Nessa perspectiva, Tibola (2015)³, investiga principalmente processos de Emancipação Humana na proposta educacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra para compreensão da construção de sua proposta de educação, em seus aspectos políticos. De acordo com Freitas e Barroso (2020), a autora partiu do conceito de Emancipação Humana a partir das obras de Paulo Freire (1996, 2005, 2011), por meio do conceito de Diálogo, Coletividade e Consciência Crítica.

Também foi objeto de pesquisa, o Projovem Campo – saberes da terra⁴, na dissertação de mestrado de Souza (2014)⁵, onde a autora investigou os diferentes tempos e espaços do programa, a partir das experiências de Formação de Educadores do Campo desenvolvidas no âmbito dos Movimentos Sociais Populares de Pernambuco.

Investigando o estado da arte da Emancipação Humana, na perspectiva da Educação Popular, Freitas e Barroso (2020, p. 226), afirma que Souza (2014) se debruçou sobre: Quais as compreensões sobre emancipação dos sujeitos educativos e suas práticas? Quais as contribuições do Programa Projovem Campo – Saberes da Terra para Emancipação dos Educadores do Campo e Agricultores Familiares envolvidos? Quais os avanços e principais desafios na implementação de Políticas Públicas voltadas para a Educação de Jovens e Adultos no campo pernambucano?

Não obstante, tratou-se de uma pesquisa que buscou analisar a experiência da participação política dos sujeitos por meio das contribuições do Projovem Campo.

³ Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Artes e Letras, da Universidade Regional de Blumenau – FURB. Título: Emancipação Humana na proposta educacional do MST Orientador: Prof. Dr. Adolfo Ramos Lamar.

⁴ De acordo com matéria no site do FNDE, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem Campo – Saberes da Terra) é um programa educacional destinado a jovens agricultores familiares com 18 a 29 anos que, por diversos motivos, foram excluídos da escolarização, a fim de reintegrá-los ao processo educacional, elevar sua escolaridade e promover sua formação social e qualificação profissional.

⁵ Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação como requisito para obtenção do grau de Mestre, na linha de Pesquisa em Educação Popular. Título: Educação do campo e Emancipação Humana: as contribuições do Projovem Campo – saberes da terra Orientadora: Profa. Dra. Socorro Xavier Batista.

Nessa mesma perspectiva, Correa (2016)⁶, apresentou um estudo acerca das possibilidades emancipatórias do sujeito do campo a partir da Pedagogia da Alternância⁷, buscando compreender como as práxis de docências-discências podem se articular às possibilidades de Emancipação Humana.

Assim, Correa (2016 apud Freitas e Barroso, 2020, p. 227) buscou descrever, interpretar e compreender as práxis do-discentes que constituem (e vão sendo constituídas) na Pedagogia da Alternância; analisar como essas práxis do-discentes se constituem enquanto possibilidades emancipatórias; e compreender as tensões entre os limites e as possibilidades da Pedagogia da Alternância frente à educação no modo de produção capitalista.

A busca de compreender como a consciência emancipatória se constitui no sujeito, também foi objeto de Costa (2017)⁸, que objetivou refletir sobre as interrelações entre educação, formação e consciência emancipatória na obra de Paulo Freire, *Pedagogia do Oprimido* (2001, 1983), bem como buscou analisar o conceito de consciência para a emancipação social e sua interrelação com as práticas educativas e identificar a relação de consciência de classe com a educação libertadora na superação da sociabilidade capitalista. Para tanto, Freitas e Barroso (2020, p. 228) pontuam que Costa (2017), buscou compreender algumas questões fundamentais para a pesquisa:

Qual a concepção de educação de Paulo Freire? O conceito de consciência trabalhado por ele se refere a uma perspectiva individual ou coletiva? Ele contempla uma ideia emancipatória ou somente interpretativa? O entendimento de Freire sobre educação aponta para a formação de uma consciência voltada para a emancipação humana e social? Em que medida a compreensão de formação da consciência se relaciona com a construção da consciência de classe para si e para os outros? A educação libertadora proclamada por Freire aponta para uma consciência emancipatória? (FREITAS; BARROSO, 2020)

⁶ Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Educação. Área de Concentração em Educação, Linha de Pesquisa em Educação, Trabalho e Emancipação, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação. Título: Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul: pedagogia da alternância e possibilidades emancipatórias Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cheron Zanini Moretti.

⁷ Trata-se de um método que possibilita maior interação do educando (a) com a realidade social do meio em que vive, alternando os períodos de vivência e estudo entre escola e família.

⁸ Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Educação e Ensino Intercampi do Programa de Pós-Graduação em Educação e Ensino da Universidade Estadual do Ceará, da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos e da Faculdade de Educação Ciências e Letras do Sertão Central como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Educação. Área de concentração: Trabalho, Educação e Movimentos Sociais. Título: Pedagogia Do Oprimido: Interrelações entre Educação, Formação e Consciência Emancipatória Orientador: Prof. Dr. José Ernandi Mendes.

Assim, por meio da perspectiva qualitativa de investigação, Costa (2017) teve como principal fonte de pesquisa, a obra *Pedagogia do Oprimido*, do educador Paulo Freire nas edições dos anos de 2001 e 1983. Ainda em Freitas e Barroso (2020), as interlocuções do trabalho foram feitas com as bases filosóficas do materialismo histórico e dialético de Karl Marx (1983), bem como em Scocuglia (1999, 2005), Brandão (2006), Gadotti (1996), Paiva (1987), Ana Maria Freire (1996), Carlos Alberto Torres (2008), dentre outros (as).

Os autores supracitados, bem como as perspectivas citadas nos trabalhos apresentados, contribuem com a pesquisa aqui desenvolvida, que atuam na desconstrução tanto da consciência oprimida quanto opressora, possibilitando a formação de uma consciência crítica, de modo que colabore para processos de transformação social. Trata-se de uma perspectiva vincula o movimento histórico de mudança social e educação em sua dimensão política.

Costa (2017), nesse sentido, através da investigação do potencial transformador existente na obra de Paulo Freire, apresenta uma perspectiva essencial com a que me proponho investigar: o da importância e da essencialidade da Educação Popular, a partir da experiência vivenciada no campo por meio da tríade do ensino, da pesquisa e da extensão, para processos de Emancipação Humana.

Dessa maneira, é importante ressaltar que mesmo diante do evidente vínculo existente entre educação e transformação, é necessário que haja uma análise criteriosa, que considere a realidade objetiva, inscrita no modo de produção capitalista, que é contraditório. Nesse sentido, apresento uma pedagogia libertadora, de resistência, esta essencial para a formação humana em totalidade e que opera rumo ao fortalecimento da classe trabalhadora.

A Educação em sua concepção popular, bem como a formação humana em todas as modalidades e contextos onde ela opere, precisa responder aos questionamentos e necessidades dos seres humanos que cada época a coloca. No entanto, existem processos educacionais marcados pela educação bancária⁹, que não respondem ou não correspondem às questões colocadas pelos sujeitos reais que fazem parte do processo, ou que correspondem somente ao modo de produção.

⁹ Em Freire (1968), trata-se de uma concepção de educação que vê o/a educando/a como um depósito em que se deposita conteúdo, o que não contribui para a formação humana em totalidade.

É em busca dessa correspondência que atuamos na Educação Popular, por meio das reflexões empreendidas de forma praxica. É nessa direção que o presente trabalho busca caminhar, pois, em Freitas e Barroso (2020), a transformação, em função da crise estrutural do capitalismo, já passou de um projeto para uma necessidade. Nesse sentido, Zimmer (2018), Moreira (2017), Tibola (2015), Souza (2014), Correa (2016) e Costa (2017), colaboram para a construção da reflexão necessária para atingir nosso objetivo.

2. EMANCIPAÇÃO HUMANA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR: FUNDAMENTANDO CONCEITOS

O objetivo do presente capítulo é apresentar a construção do conceito de Emancipação Humana, debatida inicialmente ao longo do século XX principalmente pelos teóricos da Escola de Frankfurt, circunscrita na tradição de pensamento da Teoria Crítica¹⁰. É imprescindível apresentarmos essa construção conceitual por conta de sua potencialidade crítica em relação à projetos emancipatórios, também presentes na perspectiva da Educação Popular, bem como uma concepção que relaciona educação e transformação social. A Educação Popular, será apresentada a partir do movimento político de enfrentamento, superação e humanização da classe trabalhadora para o alcance da transformação social.

Nesse sentido, a perspectiva freireana de emancipação, a práxis revolucionária que pauta as práticas educativas emancipadoras, a dialética de construção de uma consciência emancipada e emancipadora, bem como concepção de gênero, também foram abordadas, pois são categorias fundamentais para compreendermos o objeto aqui analisado: a luta popular por terra de uma comunidade, que colabora para tanto para processos micro e macrosociais, ou seja, para processos de natureza subjetiva-individual ou para o o todo do sistema social mais amplo.

Para tanto, uma pedagogia de emancipação humana pode colaborar para a superação do paradigma da propriedade privada capitalista, que é a raiz de toda a barbárie em que vivemos no atual modo de produção. Após tais apontamentos, discute-se a importância da iniciativa e do conhecimento popular nos contextos de

¹⁰ Na perspectiva da Escola de Frankfurt, trata-se de uma corrente de pensamento que tece uma crítica social ao desenvolvimento intelectual da sociedade de então e se dirige às barbáries que acometeram a humanidade ao longo do século XX.

lutas sociais, que, na presente pesquisa, se inscrevem nas lutas populares por terra.

A Emancipação Humana, aqui, será pautada a partir da abordagem de Karl Marx, e sua perspectiva de superação do capitalismo, Theodor Adorno (1995), sob a colaboração do conceito de esclarecimento kantiano, e em especial, Paulo Freire (1967, 1979, 1981, 1986, 1987, 1989, 1997, 2009), com sua abordagem progressista da educação. Cada um destes autores colaborou para a construção histórica do conceito, a partir de seus próprios contextos sócio-históricos, acompanhando, sempre, o movimento histórico e dialético da sociedade. Por mais que eles não possuam a mesma abordagem epistemológica, é possível que dialoguem na busca de uma educação emancipadora.

2.1 Compreendendo a construção histórica da Emancipação Humana

Para compreendermos a emancipação humana na perspectiva da Educação Popular, bem como na constituição da conscientização e da autonomia, é fundamental compreendermos o movimento histórico da construção do conceito, que foi refletido inicialmente a partir do conceito de esclarecimento em Kant (2007, 2009), que pensa um sujeito racional e autônomo que se posiciona racionalmente, bem como em Marx (2010), que pontua que não é possível haver emancipação humana num modelo social onde os homens não vivenciam a existência humana em sua totalidade, como por exemplo, o modelo capitalista.

Tal reflexão se refere a um fazer educativo que precisa estar no centro do nosso processo de socialização e de qualquer modelo de sociedade pautada por princípios democráticos. O movimento de Emancipação, na perspectiva aqui defendida, opera por meio do conceito de esclarecimento, que, em Adorno (1995), é “a saída dos homens de sua auto inculpável minoridade” (p. 23), e deriva do conceito de *Aufklärung*. Ou seja, o sujeito precisa pensar por si mesmo, ser autônomo, de fato. Entretanto, não somos educados dessa forma, pois nosso modelo educacional impossibilita a formação da autonomia enquanto uma dimensão do pensamento e da consciência.

Kant (2009), afirma que não vivemos numa época esclarecida, mas numa época de esclarecimento, o que insere o conceito de Emancipação Humana numa categoria dinâmica e não estática. O contexto que marca esse processo é o de contradição social a que estamos submetidos, onde estamos condicionados a

uma estrutura que está longe de ser determinada por nós, mas que marcam as consciências.

Kant (2009), dessa maneira, colaborou para a construção do conceito de Emancipação Humana a partir da ideia de esclarecimento para superar a menoridade através da razão, para então, construir um conhecimento científico, num contexto onde a autonomia se constitui como princípio fundamental. A menoridade, nesse sentido, seria a “a incapacidade de se servir do entendimento sem a orientação de outrem” (KANT, 2009, p. 09). Nesse aspecto, a perspectiva kantiana coaduna com as demais aqui citadas, no sentido de que é necessária uma organização coletiva para a superação de qualquer estado de ignorância ou menoridade.

Nesse sentido, para Kant (2007), a “autonomia da vontade é aquela sua propriedade graças à qual ela é para si mesma a sua lei [...] O princípio da autonomia é, portanto: não escolher senão de modo a que as máximas da escolha estejam incluídas simultaneamente, no querer mesmo, como lei universal” (KANT, 2007, p. 85). Desse modo, apesar de ser pressuposto da Emancipação Humana, não somente a autonomia a determina, pois ela se refere a individualidade do sujeito, enquanto a emancipação requer todo o conjunto de uma sociedade esclarecida, superando estados de menoridade.

Assim, o ato de esclarecer-se necessita ser realizado em comunidade. É exatamente isso que Kant (2009) quer dizer, ao afirmar que a conquista da liberdade requer “fazer um uso público da sua razão em todos os elementos” (KANT, 2009, p. 11). Ou seja, uma pessoa deve fazer o uso de sua racionalidade para se articular com as demais, em sociedade, manifestando sua vontade individual, em articulação com questões e necessidades de interesse geral. Nesse aspecto, Ambrosini (2012, p. 380), afirma que “a emancipação racional do sujeito dentro de uma coletividade é condição de possibilidade de uma comunidade emancipada. O critério da racionalidade, portanto, deve estar presente tanto no indivíduo (moral) como na sociedade (política)”. Pensar, então, na emancipação do sujeito, requer a articulação disso com um contexto social mais amplo.

Nesse movimento, Adorno (1995) possui ampla influência marxista, uma vez que fez parte da Escola de Frankfurt, que desenvolveu um marxismo científico e autônomo. Nessa escola foi elaborada a Teoria Crítica para fazer oposição à teoria tradicional, que costumava fazer uma separação entre sujeito e objeto. Um ponto de

partida fundamental da filosofia adorniana, sobretudo em relação à educação, está na “exigência que Auschwitz não se repita” (ADORNO, 1995, p. 119). Essa exigência cabe perfeitamente para pensarmos os processos os quais a classe trabalhadora está submetida. Processos de desumanidade e exploração causadas pelos mecanismos de sustentação do modo de produção capitalista.

O exemplo de Auschwitz também é apresentado para pontuar que o conceito de esclarecimento deve ser atualizado e reconstruído, principalmente para que possa servir à emancipação humana, pois os campos de concentração foram produzidos por uma sociedade dita esclarecida e civilizada. Nesse aspecto, “a educação tem sentido unicamente como educação dirigida a uma autorreflexão crítica” (ADORNO, 1995, p. 121). Durante toda sua obra, Adorno (1995) aponta que um dos problemas da civilização, está na barbárie:

Entendo por barbárie algo muito simples, ou seja, que, estando na civilização do mais alto desenvolvimento tecnológico, as pessoas se encontrem atrasadas de um modo peculiarmente disforme em relação a sua própria civilização — e não apenas por não terem em sua arrasadora maioria experimentado a formação nos termos correspondentes ao conceito de civilização, mas também por se encontrarem tomadas por uma agressividade primitiva, um ódio primitivo ou, na terminologia culta, um impulso de destruição, que contribui para aumentar ainda mais o perigo de que toda esta civilização venha a explodir, aliás uma tendência imanente que a caracteriza. Considero tão urgente impedir isto que eu reordenaria todos os outros objetivos educacionais por esta prioridade. (ADORNO, 1995, p. 155).

Nesse sentido, é possível depreender que a organização social capitalista induz o sujeito ao impulso de destruição de que fala Adorno (1995), por suas próprias condições de existência. Impedir tais processos, para ele, deve ser fundamental na educação, onde, “o problema propriamente dito da emancipação hoje é se e como a gente — e quem é “a gente”, eis uma grande questão a mais — pode enfrentá-lo”. (ADORNO, 1995, p. 181-182). A questão do “como” está presente nos fundamentos da Educação Popular, tendo em vista sua natureza subversiva e o compromisso com o alcance da transformação social.

O enfrentamento, nesse sentido, só pode ocorrer por meio de uma educação emancipada, fundada nos princípios da conscientização e da autonomia, bem como uma prática pedagógica que atue para além da dominação ideológica que atinge o contexto educacional dos seres humanos, mesmo estando dentro dele. Numa perspectiva dialética, o sujeito deve ser educado para lidar com a realidade concreta, a partir das contradições do sistema capitalista de produção.

Adorno (1995) pontua a importância que a educação possui, no processo, numa abordagem crítica da sociedade industrial. Para ele, o esclarecimento kantiano é essencial na construção de um sujeito racional e emancipado, mas, no entanto, é necessária a superação da concepção individualista de emancipação, para ampliá-la a todo o conjunto da sociedade. Essa superação permitiria, inclusive, o desvelo de toda a estrutura de dominação e alienação a que estamos submetidos.

Nesse aspecto, para Adorno (1995), emancipar-se exige (com)viver, (inter)agir, trabalhar e criar, guiando-se por normas próprias, o que implica desvencilhar-se das normas de outro, seja especificamente o patrão que compra a força de trabalho do/a trabalhador/a pagando apenas o mínimo para que a/o trabalhador/a não morra e possa continuar servindo-lhe como mercadoria e produzindo acima de tudo mais-valia, seja obedecendo às normas e leis do modo de produção capitalista imposto pelo capital e capitalistas.

Nessa perspectiva, a emancipação humana, em Marx (2010), não se destina somente a um sujeito, a uma classe ou a uma determinada organização social, mas a todos os seres humanos. Nesse aspecto, o modelo de sociedade sugerido por Marx (2010), ao falar de emancipação humana, sobretudo na obra *Manuscritos econômico-filosóficos*, é o modelo comunista, relacionando-o à “suprassunção”¹¹ da propriedade privada. O comunismo seria, então, o “retorno pleno, tornado consciente e interior a toda a riqueza do desenvolvimento até aqui realizado, retorno do homem para si enquanto homem social, isto é, humano” (MARX, 2010, p. 105).

A suprassunção de que Marx (2010) se refere, diz respeito a uma experiência humana vivida em sua totalidade, em todas as dimensões que compõem a existência humana, usurpadas pelo capitalismo. Sem a suprassunção da propriedade privada, a Emancipação Humana não teria como se efetivar. Nessa perspectiva de emancipação, poderíamos evitar a perpetuação do esvaziamento das capacidades humanas em favor do capital.

Nesse sentido, é necessário que haja também a apropriação produtiva total por parte da classe trabalhadora. Assim, a propriedade privada seria superada. No entanto, para que essa apropriação ocorra, os indivíduos necessitam de condições materiais básicas de sobrevivência. Nessa perspectiva, Marx e Engels (2007),

¹¹ “A suprassunção (*Aufhebung*) positiva da propriedade privada, enquanto apropriação da vida humana é, por conseguinte, a suprassunção positiva de todo estranhamento (*Entfremdung*), portanto o retorno do homem da religião, família, estado etc., à sua existência (*Desin*) humana, isto é, social” (MARX, 2010, p. 106).

delineiam que “é preciso estar em condições de viver para poder ‘fazer história’. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais” (Idem, p. 33). Tratam-se de questões essenciais para que a experiência humana seja vivida em totalidade.

Quando os autores atribuem vasta importância a tais “meios”, estão se referindo a condições materiais básicas de existência, que, são também pressupostos da Emancipação Humana. Para além dessa questão, a emancipação aqui defendida também requer capacidade de organização e articulação política da classe trabalhadora, que ocorre por meio de sua constituição em classe autônoma e independente.

A conquista do poder político por parte da classe trabalhadora seria, então, considerada uma espécie de transição socialista, que, por mais que seja pressuposto da Emancipação Humana, ainda não equivale a ela. Nesse momento histórico, a livre associação dos trabalhadores é fundamental, sendo ela pressuposto da conquista do poder político, ou seja, de um modelo socialista de produção, que, por sua vez, é também pressuposto emancipatório. Essa forma de organização deve permitir que as necessidades não somente materiais, mas históricas, da classe trabalhadora, sejam discutidas de forma autônoma, consciente, num movimento onde é a própria classe quem irá decidir o que quer para si. Nesse aspecto, tal discussão nos conduz a remontar o pensamento de Adorno (1995), que pensa a Emancipação Humana num contexto onde o modo de produção capitalista possui uma tendência imanente ao colapso, que inclusive o caracteriza.

Ainda, falar em Emancipação Humana é falar dos problemas e barbáries que ocorrem na sociedade de classes, onde, para Adorno (1995), desbarbarizar tornou-se a questão mais urgente hoje em dia. Trata-se do ano de 1947, primeira edição da obra *Educação e Emancipação*, que investiga a potencialidade da educação em relação à transformação social. Barbárie, para Adorno (1995), é um estado onde as pessoas se encontram atrasadas do modo peculiarmente disforme em relação à sua própria civilização, de uma agressividade e ódio primitivos.

O atual modelo de produção se manifesta por meio da barbárie e necessita dela para a manutenção de sua existência. Superá-la, é decisivo para nossa sobrevivência. Combatê-la por meio da educação, se dá no interior dos processos sociais que regem a sociedade. Tais processos, inclusive, indicam que ninguém está livre de traços de barbárie, pois, processos educativos também possuem

dimensão contraditória.

O próprio movimento histórico e dialético da sociedade, e, por meio dos movimentos sociais, da iniciativa popular e dos processos que compõem tal universo, demonstram momentos históricos em que os limites da legalidade, no aspecto jurídico-político, são rompidos. Um exemplo disso é quando o patrimônio público é depredado em meio a uma manifestação popular ou quando os manifestantes são violentos. Para muitos, tal rompimento pode apontar a barbárie, mas se trata “da dialética existente quando em certas circunstâncias a antibarbárie requer a barbárie” (ADORNO, 1995, p. 165).

O compromisso com a Emancipação Humana deve ser pautado “por fins transparentes e humanos, e não a reflexões em abstrato” (ADORNO, 1995, p. 161). Tal premissa faz com que nos indaguemos sobre como educar por meio de objetivos humanos, ou seja, como construímos uma educação fundamentalmente humana. É necessário, nesse aspecto, “dotar as pessoas de um modo de se relacionar com as coisas” (ADORNO, 1995, p. 163). Tal modo de se relacionar torna a tarefa ademais complexa pelas inibições das situações que o sistema nos impõe, pois, “não se poderá nem mais nem menos mudar essa situação, porém será possível gerar um clima que é incomparavelmente mais favorável a uma transformação do que o clima vigente” (ADORNO, 1995, p. 164).

A perspectiva de educação emancipadora encontrada na filosofia adorniana, de educar o sujeito para o real, de desvelar mecanismos ideológicos aparentemente inofensivos, mas que contribuem para a manutenção do sistema, cronologicamente, veio antes do sistema de educação proposto por Paulo Freire. No entanto, dialogam na medida em que colaboram para processos de transformação social, pois “[...] se a educação não pode tudo, alguma coisa fundamental a educação pode. Se a educação não é a chave das transformações sociais, não é também simplesmente reprodutora da ideologia dominante” (FREIRE, 1996, p. 112). Por sua vez, Adorno (1995), desse modo, aponta que a figura em que a emancipação se concretiza precisa ser elaborada em todos os planos de nossa vida, para que, efetivamente, tenhamos uma educação para a contradição e para a resistência. Esses processos, inclusive, nos conduzem a um despertar de consciência em direção à autonomia.

Tal perspectiva, em sociedades democráticas, possibilita que as desigualdades sociais específicas das classes não se perpetuem. Ainda, ela não diz respeito a um paradigma de Educação para todos, comumente apropriada por

políticas de governo para a manutenção do capital, mas a uma oferta de ensino inter e multicultural, atribuindo, assim, centralidade à cultura.

A percepção de que a história não se move, apenas, pela luta de classes - mas tem outros componentes de mudanças sem abandonar a questão das lutas de classes, mostra outros componentes que vão dos novos movimentos sociais às questões ambientais, passando pelo protagonismo das mulheres na sociedade civil organizada, entre outros paradigmas. (SCOCUGLIA, 2020, p. 19)

A dimensão cultural enquanto um paradigma que também constitui os sujeitos, é pano de fundo de sua atuação, que é, sobretudo, política. É a partir de tal centralidade que o sujeito supera a condição de oprimido, tendo em vista a necessidade de pensar não somente o que o oprime, mas também pensar acerca de processos de libertação do pensamento.

Dessa maneira, a Educação para a contradição que abrange a totalidade dos processos em que ela está inserida, é fundamental no movimento de construção da Emancipação Humana. Para tanto, conforme Scocuglia (2020), é fundamental considerarmos a luta de classes em sua multidimensionalidade, bem como suas múltiplas determinações. É nesse cenário que surge a necessidade de práticas educativas, fundadas nos princípios da conscientização e da autonomia, no movimento emancipatório. Tal movimento, portanto, construído sob a colaboração de projetos emancipadores como o da Teoria Crítica e da Educação Popular, que dialogam por meio do potencial que a criticidade possui nos processos de exploração, como buscamos apresentar.

2.2 Dialogando com a perspectiva freireana de emancipação

A presente sessão visa trazer a perspectiva freireana de emancipação por meio da contribuição da iniciativa popular e de processos educativos que visam a humanização para a transformação social, que, por sua vez, demandam conscientização, autonomia e diálogo em sua dimensão dialética.

Nesse aspecto, a iniciativa popular enquanto elemento fundante da Educação Popular contribui diretamente para a Emancipação Humana na medida em que ela pode ser instrumento de mediação na produção de saberes por parte de sujeitos membros de coletivos populares, que, no decorrer do processo, se reconhecem enquanto produtores e sujeitos de conhecimento, valores, culturas, e, conseqüentemente, promotores de processos de Emancipação. A mediação, nessa perspectiva, opera a partir de sua dimensão ontológica e é fundamental para

processos de conscientização, bem como na saída da aparência e na busca da essência em processos educativos que objetivam a transformação.

Em Paulo Freire, a Emancipação Humana é abordada no sentido da humanização do sujeito oprimido pela classe dominante opressora, num movimento de superação dessa condição, para se tornar um sujeito autônomo, bem como sujeito de transformação. Nessa perspectiva, a Educação Popular passa a ser importante aliada da Emancipação Humana, e, conseqüentemente, para a transformação social para um modelo onde a classe trabalhadora alcance, melhores condições de vida.

Aqui, a transformação social também é uma problemática central, mas existe todo um caminho e todo um trabalho de construção social a ser percorrido dialeticamente para atingirmos outro modelo de sociedade. Para tanto, Freire (1981), na obra *Ação Cultural para a Liberdade*, sugere o reconhecimento do sujeito como responsável por sua constituição humana e a superação da consciência ingênua, para uma consciência crítica, para que haja a superação da condição de oprimido:

A conscientização implica, pois que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica. A conscientização é, nesse sentido, um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais se "desvela" a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por esta mesma razão, a conscientização não consiste em "estar frente à realidade" assumindo uma posição falsamente intelectual. A conscientização não pode existir fora da práxis", ou melhor, sem o ato ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou transformar o mundo que caracteriza o homem. (FREIRE, 1980, p. 26)

Assim, para uma pequena parcela da sociedade, o atual modo de produção é adequado às suas necessidades. No entanto, para a outra grande parcela, a da classe trabalhadora, é necessário que haja uma transformação, no sentido de retirar o valor do capital e atribuir ao trabalho, enquanto um agente que constitui ontologicamente o ser social. A revolução, então, deve partir da classe trabalhadora, enquanto uma classe que, particularmente, não tem suas necessidades básicas materiais contempladas pelo atual modo de produção e representa a classe mais explorada.

No entanto, é necessário que essa classe, parta de uma crítica também radical ao sistema hegemônico, sendo esta, pressuposto da emancipação humana. Tal crítica deve considerar, como principal premissa, a superação do Estado

conforme conhecemos, para que a organização social burguesa também seja superada, visando não só a transformação de uma classe, mas de toda a sociedade. Esse alcance, então, se define como universal.

Nesse movimento transformador, é premente afirmar que o conhecimento popular é construído por meio de ações coletivas por parte de sujeitos que reivindicam melhores condições de vida, num modelo de produção que não contempla a classe trabalhadora. Tal classe é a principal responsável pelas transformações do pensamento social e político, que, trazem consigo um novo movimento educativo juntamente a outras formas de aprendizagem a partir da pressão e da reivindicação de novas pedagogias. Assim, a Educação é conduzida a abranger processos mais complexos da nossa história, processos esses cercados de questões de resistência e luta popular.

Arroyo (2015) assinala que as lutas sociais são marcadas por sujeitos históricos resistindo, em movimento. São sujeitos da própria ação educativa que inauguram um novo modo de pensar a Educação e o fazer pedagógico. Nessa perspectiva, “os indivíduos mais desfavorecidos, os oprimidos, coletivamente organizados, através do desvelamento crítico da realidade, podem transformar suas existências concretas, libertando-se da opressão” (Ambrosini, 2012, p. 41). Desse modo, podemos afirmar que tal organização é fundada em práticas de humanização e emancipação, sendo a humanização um dos pressupostos da Emancipação Humana.

Em Arroyo (2015) vemos que a ocupação dos “latifúndios do saber”, são as principais estratégias de desestabilização de todos os modelos educativos dominantes, que em nada contemplam a classe popular trabalhadora. Ainda para o autor, as lutas têm sido por ocupar as instituições que mantêm a exclusividade do conhecimento, mas também por criar seus espaços de produção e diálogo de conhecimentos produzidos na militância.

Nesse sentido, “o diálogo, porém, não pode excluir o conflito, sob pena de ser um diálogo ingênuo. Eles atuam dialeticamente” (GADOTTI, 1998, p. 17). A dimensão contraditória do conflito, então, não pode ser negligenciada. No *lócus* de pesquisa conflituoso aqui trabalhado, por exemplo, seria ingenuidade esperar um campo harmonioso, dados a complexidade e o conflito de interesses no território. É necessário, então, trabalhar por meio da unidade na oposição dos

contrários existentes. Assim, não podemos idealizar um cenário que, pelo contrário, requer um trabalho real e concreto, nesse sentido:

Podem provocar o desânimo e a frustração do professor que espera condições favoráveis para uma relação amigável, unitária, e encontra, ao contrário, uma realidade adversa. E o resultado pode ser o oposto: a volta à escola autoritária. Diante do fracasso do diálogo apela-se para a autoridade do professor. Nas relações pedagógicas existe também o conflito, que não anula o diálogo, que é parte dele, e, por isso, é necessário que seja enfrentado e trabalhado. (GADOTTI, 1998, p. 18)

Assim como Gadotti (1998, p.22) preconiza que “a escola deixa de ser considerada aquela ilha de pureza sonhada pelos educadores que viam a educação como a redentora da humanidade”, não podemos esperar que a comunidade, por ser um espaço de luta e resistência, apenas apresente essas duas dimensões em suas práticas, por se tratar de um espaço contraditório que também apresenta recuos e desacordos. É necessário que reconheçamos esse espaço em sua multidimensionalidade. Historicamente, desse modo, o diálogo estava inscrito numa concepção demasiadamente idealizada, pois preconizava duas pessoas nas mesmas condições de igualdade. Contudo, numa sociedade de classes, existem claras diferenças.

Não somente em Freire (2005), mas a abertura para o diálogo, historicamente, ocupa lugar central na filosofia da educação, também a partir de outros autores, como Gadotti (1998), que também assinala a importância do mesmo em processos de libertação. Na educação, é com o movimento da Escola Nova¹² que ele ganha maior significação, em contraponto à figura autoritária do professor, e não de autoridade. Por terem a imagem da escola que evadiram, como pontua Reis (2011), a comunidade, somente por meio da formação política, compreendeu a diferença entre autoritarismo e autoridade, bem como, qual lugar a/o coordenadora/o do círculo de cultura ocupa no processo.

Um diálogo ingênuo, nesse sentido, que visa apenas estabelecer relações amigáveis entre sujeitos inscritos num processo educativo, não atinge a raiz de problemas que requerem a colaboração da educação para a libertação. Todavia, não atinge a raiz das problemáticas que a comunidade precisou e precisa enfrentar para o exercício de superação que buscam. É nesse momento, e, considerando essas questões, que Gadotti (1998) pontua que a pedagogia

¹² Foi um movimento de renovação dos processos de ensino e aprendizagem que descentralizou a importância apenas na figura do professor, focando na necessidade do estudante em sua integralidade.

dialógica vai “esbarrando com seus próprios limites, tornando-se mais dialética que dialógica”. (p. 17). Nesse momento, a contradição se faz presente e necessária para o processo de conscientização e autonomia.

De acordo com Gadotti (1998) e conforme o movimento histórico e dialético da sociedade, o diálogo ganha novos contornos em função de novas condições socio-históricas e continua ganhando tais contornos em função dos conflitos que vão emergindo. Esses novos aspectos, em sua múltipla dimensionalidade, só podem ser compreendidos em totalidade, a partir de uma dimensão contraditória. Na realidade da comunidade, o diálogo se insere na dimensão político-pedagógica de transformação social, orientado pelo sistema de educação de Paulo Freire (1967, 1970), estando a superação de situações-problema-desafios no cerne da prática educativa. Nessa perspectiva, o diálogo não é somente uma troca de ideias.

Foi nesse contexto que, segundo Gadotti (1998), “a crítica à pedagogia dialógica foi também exercendo-se no seu interior, a partir da sua própria prática, superando-se gradativamente e esbarrando com seus próprios limites, tornando-se mais dialética que dialógica”. (p. 17). As práticas educativas do processo de formação política da comunidade, então, necessitavam de uma abordagem a altura dos conflitos. Nesse momento, a compreensão fornecida pelo método do materialismo histórico e dialético se fez presente e necessária.

Assim, é premente afirmar que a criação de espaços de produção e diálogo, no âmbito acadêmico, político, cultural ou social, só pode se afirmar por meio da práxis revolucionária enquanto a perspectiva que “parte do que há, para além do que há” (RÊSES; CASTRO; BARBOSA, 2018, p. 97). Ou seja, considera a realidade objetiva como um ponto de partida e demonstra de que formas os processos educativos emancipatórios operam: dialeticamente no interior do capitalismo.

2.3 A práxis revolucionária como ato contínuo de produção e reprodução social: práticas educativas emancipadoras

A presente sessão teórica possui o objetivo de realizar uma discussão acerca do conceito de práxis revolucionária como ato contínuo de produção e reprodução social, através de práticas educativas emancipadoras. A práxis, a que nos referimos diz respeito às práticas emancipadoras presentes na Comunidade

Viva Deus, bem como no Movimento Sem-Terra e operam por meio da Educação Popular e Educação de Jovens e Adultos. Nesse sentido, para Rêses, Castro e Barbosa (2018):

Significa dizer que a práxis revolucionária considera o que há, a partir do que há, para além do que há, no sentido de alimentar uma consciência histórica omnilateral que guia a ação intencionalmente. Por isso, é preciso reconhecer a hegemonia, como ponto de partida, pois os seres humanos têm vivido fundamentalmente alienados (RÊSES, CASTRO e BARBOSA, 2018, p. 97).

Dessa maneira, a práxis é um conceito largamente utilizado em fazeres educativos intimamente ligados à perspectiva da transformação social, num contexto onde suas ações pedagógicas estão ligadas às formas de organização de uma determinada sociedade, no caso, capitalista. Portanto, a práxis revolucionária implica numa construção histórico-cultural da Emancipação Humana, a partir das condições objetivas que a realidade social apresenta.

Enquanto princípios basilares, e de constituição da práxis revolucionária, também estão o trabalho, em sua dimensão ontológica¹³, no compromisso com a constituição de um modelo de sociedade mais justa e igualitária. Nesse aspecto, para fundamentar o conceito de práxis, Freire (2009), utiliza-se do pensamento marxista, onde o trabalho é quem atribui a capacidade de transformação ao ser humano:

Os homens, pelo contrário, ao terem consciência de sua atividade e do mundo em que estão, ao atuarem em função de finalidades que propõem e se propõem, ao terem o ponto de decisão de sua busca em si e em suas relações com o mundo, e com os outros, ao impregnarem o mundo de sua presença criadora através da transformação que realizam nele, na medida em que dele podem separar-se e, separando-se, podem com ele ficar, os homens, ao contrário do animal, não somente vivem, mas existem, e sua existência é histórica (FREIRE, 2009, p. 103-104).

Nesse aspecto, o fazer educativo se torna revolucionário por meio da práxis, enquanto uma filosofia que se compromete com os processos de libertação dos sujeitos da condição de oprimidos. “Papel de tal práxis educativa é a realização do ser mais, da humanização dos homens e mulheres envolvidos nessa práxis” (COUTINHO, 2012, p. 129). Dessa maneira, o ser mais é um conceito freireano bastante utilizado na perspectiva progressista e libertadora da Educação, sendo o resultante de um trabalho prático, que inscreve o homem e a mulher como sujeitos de transformação.

¹³ Essa dimensão insere o trabalho no cerne da criação da vida, sendo o processo histórico pelo qual o homem transforma a natureza e a si mesmo.

Em toda e qualquer área do conhecimento, é necessária uma abordagem que apreenda a totalidade, bem como a multidimensionalidade dos fenômenos sociais. Em Educação Popular não é diferente. Nesse aspecto, o materialismo histórico e dialético diz respeito a uma abordagem que leva em conta tais aspectos, na medida em que considera a realidade objetiva tal como é, bem como dá suporte para que a Educação Popular colabore para que as necessidades humanas estejam acima das do capital, ou seja, para a Emancipação Humana.

Não obstante, essa é uma perspectiva que pressupõe que a teoria e a prática caminhem juntas, podendo tal relação “servir ao trabalho de construir um outro tipo de mundo” (BRANDÃO, 2007, p. 99). Ou seja, o compromisso social, nesse momento, está fortemente presente. Nessa perspectiva, não há como ser de outra forma.

Desse modo, na perspectiva da práxis revolucionária, a Educação de Jovens e Adultos está presente e situada, na presente pesquisa, num contexto de educação popular, compreendendo sujeitos que tiveram o saber sistematizado historicamente negado que compõem a classe trabalhadora. Tal modalidade, ainda, se inscreve na latente desigualdade social existente entre ricos e pobres, que “se expressa em todos os sentidos da vida social, econômica, política e cultural, excluindo a maioria da participação dos prazeres materiais e espirituais que [...] são apropriados e usufruídos por apenas uma minoria” (Rêses, Castro e Barbosa 2018, p. 79). Isso diz respeito à materialidade da produção da vida, em que os reais produtores, a classe trabalhadora, possuem o direito ao usufruto, historicamente negado. Por conta disso, eis a necessidade de que haja transformação.

Para colaborar com a problemática supracitada, no contexto da Educação Popular no campo, existem experiências educacionais que vem colaborando historicamente para a classe trabalhadora, sendo uma a pedagogia do Movimento Sem Terra, que vê na Educação do Campo uma fundamentação objetiva para colaborar com a luta e com os processos de resistência, tendo em vista que se trata de uma proposta de educação intimamente relacionada com um projeto de sociedade e que integra diversas lutas.

Nesse contexto, para Caldart (2009), para os movimentos sociais, lutar pela Educação do campo é passar a pensar na educação do conjunto da classe

trabalhadora e é buscar pautar dessa forma, em uma perspectiva de classe, a questão da política educacional:

Parece, aliás, que essa relação da Educação do campo com a escola incomoda a alguns: nasceu lutando por escolas e escolas públicas (através do MST fazendo a luta por escolas nos acampamentos e assentamentos), continua centrada nisso, e ao mesmo tempo nasceu, desde a radicalidade da Pedagogia dos Movimentos Sociais, afirmando que educação é mais do que escola..., vinculando-se a lutas sociais por uma humanização mais plena: luta pela terra, pelo trabalho, pela desalienação do trabalho, a favor da democratização do acesso à cultura e à sua produção, pela participação política, pela defesa do meio ambiente. Desde os movimentos sociais a Educação do campo nasceu trazendo novas (e velhas) interrogações à política educacional e à teoria pedagógica próprias dos tempos 'modernos' (isso também incomoda a uns quantos). (CALDART, 2009, p. 43)

Desse modo, a plena humanização, bem como a formação humana em totalidade, constitui o objetivo educacional do MST, visto que não teria como ser diferente por se tratar de um movimento que atua em prol da vida humana, da continuidade da existência, por meio da luta em defesa da terra, da educação, da cultura, do ecossistema, do trabalho em sua dimensão ontológica, da soberania alimentar, enfim, do bem-viver¹⁴. Para tanto, o lema é “Ocupar, resistir, produzir”.

Assim, no que diz respeito ao modo de conceber a escola e a educação como um todo, o MST faz delas instrumentos de luta, onde, em Caldart (2009), “ela precisa ser feita/pensada como apropriação da escola pelos trabalhadores, pelo seu projeto histórico e não apenas pelos interesses imediatos da organização, por mais justos, politizados e amplos que eles possam ser” (CALDART, 2009, p. 53). Dessa maneira, como já mencionado, o que importa é pensar um outro modelo de sociedade que, de fato, contemple as necessidades humanas, tornando esse pensar, uma diretriz das práticas educacionais desenvolvidas em áreas de assentamento ou acampamento, orientada pela historicidade e pelo movimento histórico e dialético da sociedade, que é, em essência, contraditório:

Como entender que um movimento social, como o MST, de base social camponesa, radicalize as lutas de enfrentamento direto ao capital e ao mesmo tempo aceite participar de debates de formulação de políticas de governo, ainda que depois não seja considerado nelas? Uma análise mais histórica das próprias transformações na luta pela reforma agrária, provocadas pela própria dinâmica contraditória do capitalismo, certamente colocaria a questão muito mais no plano dos impasses do que no da 'estranheza' ou mesmo da incoerência. (CALDART, 2009, p. 55).

¹⁴ Para Gonçalves (2018) “Bem Viver” é um nome novo usado para conceitualizar a cosmovisão de comunidades tradicionais que se organizavam a partir do coletivo. É um modo de vida que abarca a relação entre as pessoas, a natureza e o modelo econômico em sociedades que não tinham no capitalismo o modo possível de se organizar.

Ou seja, o enfrentamento ao capital é fundamental na luta do movimento por políticas públicas básicas principalmente para a garantia da sobrevivência. Apesar de representar uma relação contraditória, são duas coisas distintas, pois a Educação do Campo é um direito historicamente conquistado, previsto na lei, bem como é responsabilidade do estado. Assim, os direitos conquistados a partir da Educação popular no campo, mesmo não incluindo os sujeitos no processo, demonstra a mesma luta por toda a sociedade, não somente pelo campo.

Assim sendo, o projeto pensado no campo, por meio da atuação de movimentos sociais como o Movimento Sem Terra, o MST, por meio da Educação do Campo, serve para pensarmos conceitos fundamentais para a existência humana em totalidade. Atua rumo à processos de Emancipação Humana, que representa um contexto em que todos/as usufruirão de todos os frutos produzidos pelo trabalho humano enquanto sujeitos totais, cognitivos, afetivos, éticos, etc. Dessa forma, o MST constrói coletivamente, práticas educativas por meio de propostas pedagógicas como a pedagogia da alternância enquanto uma proposta que é um método que busca a interação entre o estudante que vive no campo e a realidade que ele vivencia em seu cotidiano, por meio das diversas Escolas Famílias Agrícolas existentes em nosso país, bem como a proposta da Escola Itinerante, que acompanha os processos de deslocamento das famílias Sem Terra e garante às crianças, jovens e adultos acampados o direito à educação.

No que diz respeito a tais práticas emancipadoras, a pedagogia da libertação freireana, para Fernandes (2016) visa superar a opressão através de um processo de conscientização crítica fundamentada na unidade dialética entre teoria e prática transformadoras. Tal unidade também se inscreve na práxis, que, em sua dimensão revolucionária, consiste “na quebra da dicotomia do pensamento e ação, exigindo que esses ocorram simultaneamente e dialeticamente, a fim de proporcionar uma leitura da realidade e suas contradições que vise à criação de alternativas libertadoras”. (Fernandes, 2016, p. 490). Portanto, é premente afirmar que o pensamento e a ação, inscritos na relação entre teoria e prática, devem caminhar juntos, o que demanda rompermos o paradigma construído historicamente de que tais dimensões estão dissociadas ou que deveriam estar.

Para tanto, é necessária uma compreensão dialética de que o movimento histórico não é estático, está em constante movimento e também se modifica. É isso que Freire (2010) quer dizer quando fala do “ser mais” como vocação ontológica do

homem e da mulher. Não obstante, trata-se de uma dialética de construção para que alcancemos uma consciência emancipada e emancipadora. Ou seja, a construção da emancipação se inscreve num caminho.

2.4 A dialética de construção de uma consciência emancipada e emancipadora: contribuições freireanas

A dialética, sistematizada por Marx e Engels (2010), contou com estrita colaboração do método hegeliano. No entanto, “em Hegel a dialética está de cabeça para baixo. É necessário pô-la de cabeça para cima, a fim de descobrir a substância racional dentro do indivíduo místico” (MARX, 2012, p. 28-29). Assim, o marxismo foi o responsável por pensar e trazer a ideia real e concreta de homem e mulher, em detrimento da ideia abstrata, pois a dialética traz em seu cerne esse mesmo sujeito em seu desenvolvimento histórico, bem como protagonista de processos de superação, num movimento histórico em que os “filósofos apenas interpretaram o mundo diferentemente, importa é transformá-lo”. (MARX e ENGELS, 2010, p. 29).

A perspectiva da transformação, desse modo, é fundante na obra de Paulo Freire, pois “não se reduzindo tão somente a uma das dimensões de que participa – a natural e a cultural – da primeira, pelo seu aspecto biológico, da segunda, pelo seu poder criador, o homem pode ser eminentemente interferidor” (FREIRE, 2000, p. 49). Em sua dimensão educacional, Freire (2000) adverte que o homem interfere na realidade por suas próprias condições de existência: em seu aspecto biológico e de poder criador.

Assim, é necessário ressaltar que se trata de uma proposta fundada em processos de conscientização, que conforme Freitas e Freitas (2013), “esse movimento permeia por entre as entranhas do sistema socioeconômico e político, interferindo nas relações sociais de produção e nos interesses de classe aos quais os sujeitos estão submetidos” (p. 06). Então, há quem diga que a transformação não se efetiva no interior da Educação, mas em sua Terceira Carta Pedagógica, Freire (2000), pontua: “Se a educação sozinha, não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (FREIRE, 2000, p.67). Por conta disso, trata-se de um processo contraditório de transformação.

Freire (2000), a partir de seu legado de educação transformadora e libertadora, atende às necessidades humanas e não às do modo de produção, que, inclusive, não as atende. Portanto, a educação se apresenta como um instrumento

de mediação para a humanização dos sujeitos que atuam e são atuantes nos processos de transformação da realidade, e, em busca da Emancipação Humana, através da conscientização, uma vez que os homens “são um corpo consciente”, vivem uma relação dialética entre os condicionamentos e sua liberdade” (FREIRE, 2004, p. 51).

Portanto, o fato de sermos determinados historicamente não significa que a nossa história está pronta e acabada, mas que vivemos num determinado contexto histórico e dialético que condiciona e permeia nossas práticas. No entanto, não podemos inserir os seres humanos num lugar de passividade, pois são eles os fazedores, o motor da história. Humanizar então, na perspectiva aqui defendida, é argumentar a favor da formação de autonomia, por meio de um processo consciente, em prol da libertação do capitalismo.

Assim, “Falar, por exemplo, em democracia e silenciar o povo é uma farsa. Falar em humanização e negar os homens é uma mentira” (FREIRE, 2004, p. 46). Contudo, não podemos excluir a ação, o fazer o humano, dos acontecimentos históricos e que são motores do processo de superação. Freire (2004) reverbera essa questão, associando a produção do saber a um objetivo real e concreto, que é a satisfação das necessidades humanas, e que estes usufruam de todas as esferas espirituais, cognitivas, materiais, intelectuais e históricas. Para tanto, é necessário que o modo de produção da existência esteja voltado a essas questões, e não à processos de acumulação.

Nesse aspecto, a dimensão da consciência é de fundamental importância, sendo ela o resultado de um desenvolvimento histórico socioeconômico e da subjetividade humana, que tocada pelas contradições sociais impulsiona ações objetivas de transformação ou manutenção da realidade. Esse processo, então, ocorre do social para o sujeito e do sujeito para social, por meio de uma interlocução dialética e dialógica:

O nível de aproximação entre o concreto e o reflexo deste concreto na consciência será determinado pela capacidade cognitiva do sujeito que pretende conhecer. Esta capacidade é dada, de modo geral, pelo nível de desenvolvimento da consciência do sujeito e, em particular, no Modo de Produção Capitalista, pela ação ideológica das classes sobre esta consciência. (CRUZ, BIGLIARDI e MINASI, 2014, p. 44)

A perspectiva freireana, nesse movimento, amplia a dialética, tomando ela como base constitutiva de outras sínteses. Portanto, para Freitas e Freitas (2013), o

“processo teórico freireano desloca-se do real ao abstrato e retorna ao real concebido pelo pensamento, caracterizando um movimento por entre abstrato e concreto onde se supera a abstração pela percepção crítica do concreto” (p. 10). Assim, para haver emancipação e transformação, é necessário que haja um trabalho educativo circunscrito num movimento prático de constituição, uma vez que a individualidade e relações sociais andam juntas. Se trata de uma dinâmica que articula dialética e reciprocamente a Educação com as demandas sociais. Desse modo:

Não há dominação que não produza nos dominantes e nos dominados, posições e atitudes, valores e formas de leitura do mundo que são contrários uns aos outros. Ninguém, nenhuma pessoa, nenhuma classe, nenhum grupo sob dominação até ontem e demonstrando um comportamento ambivalente e duplo, passa a ser diferente hoje. Um novo homem e uma nova mulher nunca serão o resultado de uma ação mecânica, mas apenas de um processo histórico e social profundo e complexo. Um novo homem nasce pouco a pouco, gradualmente; ele não nasce adulto. (FREIRE, 1996, p. 174).

O movimento educativo de constituição humana, então, opera por meio de um processo de conscientização do social para o sujeito e do sujeito para o social, o que demanda uma mudança nos padrões de comportamento humano a nível de consciência, que ocorre no campo da subjetividade, pois o processo de transformação social não ocorre apenas na esfera da base econômica. É necessária, assim, para Reis (2000), uma iniciativa subjetiva política transformadora, na dialética recíproca da base econômica e superestrutural, por meio da ação humana.

A base econômica e superestrutural, conforme assevera Reis (2000), se sobrepõe às nossas práticas, o que demanda uma postura vigilante de reflexão em relação ao grande capital, no sentido de que: até que ponto eu reproduzo a conduta opressora do capitalismo? Pois, em Fernandes (2016), vemos que, nessa luta, importa que o oprimido seja educado para a libertação, isto é, antes que o sujeito comece a agir de modo a transformar o *status quo*, primeiro é preciso eliminar o viés opressor que nele vive. O movimento de conscientização para autonomia, desse modo, é parte do projeto de emancipação humana da Educação Popular, bem como colabora para o afastamento da consciência opressora que vive na consciência oprimida, para dar espaço para a formação da consciência crítica e emancipada.

Tal formação “só é possível graças à formação de uma unidade dialética entre subjetividades e objetividades, ao invés de uma dualidade” (Fernandes, 2016, p.

484). Assim, essa unidade é fundamental para os processos de transformação social, pois, em Reis (2011), vemos que a individualidade e as relações sociais caminham lado a lado, não podendo uma ser considerada acima ou em detrimento da outra. O autor, ainda, afirma que na medida em que o sujeito se constitui, ele também constitui as relações sociais de que faz parte. Tal premissa, inclusive, demanda um processo formativo emancipador, que, aqui, está circunscrito nos fundamentos da Educação Popular, bem como na formação da autonomia por meio da conscientização.

No contexto aqui apresentado, o alcance da Emancipação Humana, então, pode se efetivar por meio da Educação Popular, num movimento que vai da conscientização para a formação de autonomia. Tendo isso em vista, a emancipação humana, como já mencionado, aqui é abordada no sentido da humanização do sujeito oprimido pelo modo de produção por meio de práticas educativas. Esse movimento requer um caminho de construção social percorrido dialeticamente e é orientado pela busca de outro modelo de sociedade.

Assim, “a relação dialética entre oprimido e opressor é o que constitui as suas posições e os coloca em contradição. Libertação, portanto, consiste em superar a relação de opressão, a fim de eliminar essa contradição” (FERNANDES, 2016, p. 483). Tal contradição, inclusive, está circunscrita dentro de cada um de nós, mas não justifica o imobilismo de não se posicionar e não lutar contra imposições estruturais do capital, que em nada nos contempla enquanto classe trabalhadora. Para tanto, é necessária a consciência crítica, que, em Fernandes (2016):

Permite desafiar a reificação e substituí-la com a subjetivação do eu — a transformação dos seres humanos de objetos em sujeitos. Mais importante, a pessoa se torna um sujeito político dentro do qual a capacidade de contestação, o diálogo e a representação verdadeira da realidade podem ser alimentadas. (FERNANDES, 2016, p. 485).

Desse modo, a contestação e o diálogo são centrais para processos de conscientização, enquanto processos que se opõem à reificação¹⁵ a qual estamos submetidos/as, que obstaculiza processos de transformação social, pois como objetos, quase que inanimados, as pessoas não possuem autonomia de intervir na realidade e ser protagonista. No entanto, é importante ressaltar que essa mesma realidade é historicamente desenvolvida e, portanto, construída por nós. Trata-se de um movimento do objeto para o sujeito. Assim:

¹⁵ Tratar os seres humanos como objetos, sendo uma forma de alienação.

“Para que esta luta tenha um significado, os oprimidos não devem, na tentativa de recuperar a sua humanidade (que é uma forma de criá-la), tornarem-se por sua vez opressores dos opressores, mas sim restauradores da humanidade de ambos. Essa, então, é a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos: libertarem a si e aos seus opressores”. (FREIRE, 1970, p. 28).

O significado, então, a partir de Freire (1970), bem como o que importa apreendermos, é que é uma luta por libertação também dos opressores, e não somente dos oprimidos. Quando lutarmos, reivindicamos nossos direitos, resistimos à processos de exploração do trabalho e da vida humana como um todo, estamos lutando por todos e todas. Pelos que aqui estão e pelos que virão, fazendo parte da classe trabalhadora ou não. Nesse sentido, Freire (2005) pontua que um ser humano não consegue libertar a ele mesmo ou a outro sozinho, mas que seres humanos se libertam como uma comunidade, mesmo num contexto em que o capitalismo deixe a impressão de que não há outra saída:

O poder do capitalismo é derivado da capacidade de impedir o acesso a uma visão histórica da existência e, por consequência, à agência da criação e da subjetividade que separa os seres humanos de outros seres. A cognição de um indivíduo sobre sua própria humanidade (e as potencialidades históricas que se seguem) é um passo para tornar-se consciente de como se é oprimido. (FERNANDES, 2016, p. 489)

A transformação social, então, não ocorre somente no campo da subjetividade do ser. É necessário que haja a articulação dialética entre pensamento e ação, circunscrita na práxis, como já mencionado. Ademais, segundo Fernandes (2016), inclusive a ação para a mudança, opera como realidade transformada. Pontua, não obstante, que Marcuse (1991) argumenta que “o socialismo deve tornar-se realidade com o primeiro ato da revolução porque ele já deve estar na consciência e ação daqueles que realizaram a revolução” (MARCUSE, 1991, p. 41). Ou seja, a luta por transformação já representa a própria transformação.

A ideia de outra sociedade, por meio do pensamento e na ação já operar como realidade é condição premente para a Emancipação Humana. É exatamente no centro do capitalismo, a partir da realidade objetiva, que se deve penetrar. “As potencialidades humanas são mais propensas a florescer quando as capacidades conscientes estão em linha com a atividade prática” (FERNANDES, 2016, p. 495). Portanto, é necessário frisar que a conscientização representa parte do processo, e, inclusive está suscetível à contradição, pois trata-se de um movimento dialético de construção da realidade.

Assim, é importante ressaltar que a história não é movida apenas pela base econômica, pois existem fatores, também, importante que dela decorrem e/ou por ela são condicionados, como por exemplo, o lugar da história na determinação do ser humano e como ela é fundamental na transformação da realidade:

O conhecimento está sempre se transformando. Isto é, o ato de saber tem historicidade, então o conhecimento de hoje sobre alguma coisa não é necessariamente o mesmo amanhã. O conhecimento transforma-se à medida que a realidade também se movimenta e se transforma. Então a teoria também faz o mesmo. Não é algo estável, imobilizado. (FREIRE; HORTON, 2003, p.)

Assim como o conhecimento, a sociedade está sempre se transformando. O movimento é constante e histórico. Portanto, a Educação possui vocação ontológica para projetar um modelo de sociedade que ainda não existe. Nesse sentido, existem uma série de possibilidades de fortalecimento da dimensão emancipatória, a exemplo do processo de formação para a autonomia, onde a contribuição do sistema freireano de educação é fundamental.

2.5 Dialogando com a perspectiva freireana de autonomia: possibilidades emancipatórias

Nesse sentido, não se pode falar em possibilidades emancipatórias sem abordar o conceito de autonomia. Para que a emancipação se sustente, existem uma série de outros conceitos, a exemplo do diálogo e da conscientização, que precisam estar presentes, dentre eles, autonomia é essencial. Nos processos de luta pela conquista da emancipação humana, o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros. Ainda, em Freire (1996), a autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si é processo, é vir a ser, o que acompanha o movimento histórico e dialético da sociedade. Nesse aspecto, podemos afirmar que o conceito freireano de autonomia colabora para processos de Emancipação Humana, pois a transformação social demanda sujeitos autônomos. Desse modo:

O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros. Precisamente porque éticos podemos desrespeitar a rigorosidade da ética e resvalar para a sua negação, por isso é imprescindível deixar claro que a possibilidade do desvio ético não pode receber outra designação senão a de transgressão. (FREIRE, 1996, p. 31).

O imperativo-ético de que Freire (1996) fala, opera a favor da vida, tão ameaçada nos contextos de desumanização em que vivemos. Assim, só uma

postura transgressora e subversiva pode colaborar para processos de transformação social, ou seja, de Emancipação Humana. Nessa perspectiva, é fundamental frisar que lutarmos pela construção de um modelo de sociabilidade que priorize os valores do trabalho ao invés dos do capital, também requer uma postura transgressora. Isso quer dizer que é necessário colocarmos as necessidades humanas acima das do capital.

Nesse aspecto, a autonomia, para Freire (1996), diz respeito a uma pedagogia fundada na ética, no respeito à dignidade e à própria autonomia do ser humano. Desse modo, podemos afirmar que ela é parte constitutiva da Emancipação Humana, na medida em que sujeitos autônomos se assumem enquanto “sujeitos sóciohistóricos culturais do ato de conhecer. Pressupõe romper com concepções e práticas que negam a compreensão da educação como uma situação gnoseológica” (FREIRE, 1996, p. 7), estando a gnosiologia voltada ao ato de conhecer. Assim:

A autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si, é processo, é vir a ser. Não ocorre em data marcada. É neste sentido que uma pedagogia da autonomia tem de estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitosas da liberdade. (FREIRE, 1996, p. 55).

Tal processo ocorre de acordo com o movimento histórico e dialético da sociedade, e ocorre não de forma linear, mas numa espiral que avança e retrocede a partir da contradição. A ética que rege essa dimensão da constituição humana necessita estar centrada no comprometimento social para com a própria classe, na busca de estabelecer que o trabalho possa estar a serviço das necessidades humanas. Desse modo, é importante frisar que o círculo de cultura sistematizado por Paulo Freire (1991), também rompe com quaisquer estruturas de ensino que obstaculizam a constituição do ser humano em totalidade, postas pelo capitalismo, sendo, também, uma via para a Emancipação Humana.

A fronteira da desumanização demarca todo território que nega a formação e constituição humana a partir dos saberes acumulados historicamente. Tal contexto é comum na conjuntura de um ideário neoliberal em que vivemos, e só pode ser superado por meio de uma prática educativo-progressista. Contudo, para Freire (1996) é necessário que se tenha tal acesso para que nos assumamos enquanto “sujeitos sócio históricos e culturalmente constituídos”. Portanto, é necessário estarmos atentos/as.

Desse modo, a Emancipação Humana diz respeito a uma categoria que, há muito, acompanha a história da Educação e da filosofia, numa perspectiva crítica e aliada de processos de transformação radical da sociedade. Nesse aspecto, as discussões demonstram consenso, na premissa de que a Educação pode ou não contribuir para a perpetuação do modo de produção e que demandam compromisso com uma dimensão política em busca de modelo de sociabilidade que se pretende conquistar:

Envolvendo fundamentalmente uma decisão política, em coerência com o projeto de sociedade que se procura criar, esta transformação radical requer certas condições materiais em que se funde, ao mesmo tempo em que as incentive. Requer não apenas o aumento indispensável da produção, mas a sua reorientação, ao lado de uma diferente concepção da distribuição. A clareza política na determinação do que produzir, do como, do para que, do para quem produzir. Transformação radical que, ao ser iniciada, mesmo timidamente, e em função das novas condições materiais, em um de seus principais aspectos, o da superação, por exemplo, da dicotomia trabalho manual-trabalho intelectual, provoca, necessariamente, resistências da velha ideologia que sobrevive, como um dado concreto, aos esforços de criação da nova sociedade. (FREIRE, 1978, p. 16)

Desse modo, é possível afirmar que a reorientação da produção, conforme apontada por Freire (1978) refira-se à necessidade de que tal produção humana esteja voltada aos seres humanos, e não ao capitalismo, como ocorre. Para tanto, é necessário superar a dicotomia entre trabalho manual e intelectual que tanto segrega a classe trabalhadora e impede o movimento de renovação da sociedade. É nesse cenário que figura a Educação Popular, como um instrumento que colabora para a luta da classe trabalhadora e que nasceu sob a égide da atuação dos movimentos sociais, apresentando, ela própria, uma transformação no modo de se conceber a educação, a partir da superação de um sistema herdado pelo colonizador:

Daí que a transformação radical do sistema educacional herdado do colonizador exija um esforço interestrutural, quer dizer, um trabalho de transformação ao nível da infraestrutura e uma ação simultânea ao nível da ideologia. A reorganização do modo de produção e o envolvimento crítico dos trabalhadores numa forma distinta de educação, em que mais que "adestrados" para produzir, sejam chamados a entender o próprio processo de trabalho. (FREIRE, 1978, p. 16).

Assim, a Educação Popular atua em nível da infraestrutura, por meio de um "esforço interestrutural" (FREIRE, 1978, p. 16), pois, não teria sentido estabelecermos um modelo de educação que não problematizasse a realidade social, a partir dos fenômenos que oprimem a classe trabalhadora. Nesse aspecto, a perspectiva freireana é revolucionária, uma vez que situa a Educação num

espaço de superação e construção de um modelo de sociedade mais justa, a partir de uma metodologia de trabalho baseada nas práticas sociais dos sujeitos.

As discussões em torno da alfabetização de adultos não poderiam prescindir de outras tantas a propósito destes problemas, aqui, apenas, sumariamente referidos. Isto não significa, obviamente, que as atividades no setor da alfabetização de adultos devessem começar após a transformação radical do sistema educacional herdado do colonizador. Significa, porém, que a transformação radical de tal sistema – e não sua pura reforma – deve ser um objetivo que se persiga de maneira cada vez mais clara e mais rápidas. (FREIRE, 1978, p. 17).

A educação/alfabetização de adultos/as, hoje no Brasil, ainda figura nesse movimento dialético, de luta de classes, pois, apesar de demandar um modelo educacional contra hegemônico, opera exatamente no contexto hegemônico, que é onde está presente a classe trabalhadora, especialmente a que não foi alfabetizada. É nesse cenário que a desumanização mais está presente. Por conta disso, Freire (1978), pontua que ela não deve começar somente após a transformação social. Inclusive, dela partirá a revolução.

É nessa direção que a obra *Pedagogia da Esperança* (1997), por exemplo, atua. Direção essa, pautada num estado de consciência humana relacionado a uma perspectiva transformadora não somente na esfera material, mas também de consciência, onde o sujeito passa a ter direito à palavra e a ser sujeito da própria história que lhe foi historicamente negada.

Freire (1997) pontua que em cada uma dessas esquinas, há esperança e não importa que nem sempre audaz. No contexto humano, é impossível lutar sem esperança. “A esperança é necessidade ontológica; a desesperança, esperança que, perdendo o endereço, se torna distorção da necessidade ontológica” (FREIRE, 1997, p. 5). Desse modo, a perspectiva freireana de esperança, bem como de Emancipação Humana, operam juntas, na construção de um outro modelo de sociabilidade, e representam uma necessidade ontológica da humanidade.

Assim, temos diversas visões e concepções de mundo que marcam seu pensamento, bem como as relações constituídas durante toda a construção de sua obra. Estas, dialógicas e dialéticas na medida em que acompanham o movimento histórico e dialético de construção da realidade, que vê o sujeito como protagonista e interventor dessa mesma realidade, que está imersa numa sociabilidade que oprime e segrega quem não corresponde à lógica de pensamento hegemônico.

Freitas e Freitas (2013) apontam que a literatura freireana, “argumenta sobre a teoria do conhecimento, sustenta que não é possível ao professor apenas exercer

uma oratória sobre as razões: ontológica, epistemológicas e políticas da teoria, mas pelo contrário o discurso sobre a teoria deve ser o exemplo concreto e prático da teoria, enfim a sua encarnação”. Assim, é necessário ressaltar que a literatura freireana representa todo um arcabouço epistemológico, que, em sua dimensão praxica, colabora para processos de transformação social, por meio da ação-reflexão.

A transformação social, então, demanda humanização, que só se efetiva por meio da práxis. A dinâmica da transformação, segundo Freitas e Freitas (2013), foi melhor compreendida a partir da revolução francesa e do movimento iluminista. Trata-se de dois movimentos que marcaram a história da humanidade e que foram motores da transformação social de conjunturas que não mais contemplavam as necessidades dos seres humanos.

Assim, é possível afirmar que a superação, tanto da condição de oprimido, quanto do modelo de sociabilidade enquanto o agente causador da miséria humana é dialético e possui o movimento como ponto de partida. Tal superação da condição de oprimido parte da conscientização da classe trabalhadora, pois, de acordo com Reis (2000), são quem sente em si, o peso da exclusão. Nessa mesma perspectiva pensa Mézáros (2015):

O sujeito social da emancipação é o proletariado porque é forçado, pela maturação das contradições antagônicas do sistema do capital, a subverter a ordem social dominante, ao mesmo tempo que é incapaz de impor a si próprio como uma nova parcialidade dominante- uma classe dominante mantida pelo trabalho de outras – sobre toda a sociedade” (MESZAROS, 2015 p. 121).

O modelo de sociabilidade, então, é o pano de fundo onde pensamos práticas educativas emancipadoras para a superação das atuais condições de vida existentes no modo de produção capitalista. Tais condições acabam por forçar a classe trabalhadora a reivindicar outro modelo de sociabilidade. É importante ressaltar que o capitalismo nos passa a impressão de que não há outra saída, mas é necessário termos consciência de que somos seres inacabados e constituídos por múltiplas determinações que estão em constante transformação.

A construção do movimento emancipatório, então, demanda também que homens e mulheres estejam envolvidos no processo, onde é necessário que as mulheres superem a condição de dominação em que estão historicamente submetidas. Esse caminho para a superação já está sendo construído, uma vez que são as mulheres quem mais têm ocupado as trincheiras de luta, a exemplo do que

foi identificado no presente trabalho: mulheres se articulando politicamente com outras, bem como, com os movimentos sociais, mas compreendendo que os homens também são essenciais na busca da Emancipação Humana.

2.6 A construção do movimento emancipatório: a importância das mulheres

Analisando o caminho percorrido na Comunidade Viva Deus em direção à emancipação, a autonomia dos sujeitos é alcançada por meio das práticas educativas desenvolvidas, bem como na atuação política dos mesmos junto às pautas de reivindicação, que demonstraram um movimento de constituição da Emancipação Humana.

O conflito existente entre a Comunidade Viva Deus e estruturas de poder globais que agem localmente, figura desde 2013 e 2014, a partir da construção da Suzano Papel e Celulose na Estrada do Arroz. Desde então, o acampamento vem sofrendo negligências por parte do poder público. No entanto, a comunidade, por meio de um processo de luta, resistência e formação política, continua resistindo na terra, e, a presente investigação identificou que são as mulheres as grandes protagonistas da luta. Nesse sentido, a perspectiva de gênero, e educação, caminham juntas na construção da autonomia por meio da conscientização.

Assim, de acordo com Ochoa (2008), a introdução da reflexão a respeito das relações de gênero e educação iniciaram a partir da educação popular, por volta do final dos anos 60 e início dos anos 70, quando na América Latina começou a se pensar em projetos educativos para as mulheres. Assim, pensar na necessidade de mulheres ocuparem espaços políticos, democráticos e sociais, é pensar a transformação social, bem como representa uma condição *sine qua nom* da mesma. Para tanto, ainda em Ochoa (2008), é necessário que exista:

[...] deconstrucción - construcción, concientización, práctica, expresión, e identificación de la semejanza y la diferencia." Tales operaciones - "acciones, lógicas de acción o una serie de actividades estructuradas" – sirven como "recursos que detonan la aproximación a los objetos educativos, el desarrollo de habilidades y la elaboración de conocimientos. (OCHOA, 2008, p.13).

A luta das mulheres por igualdade, reconhecimento e por todo o esforço empreendido para entender e identificar diversos níveis de opressão masculina, bem como do sistema patriarcal, requer aproximação com processos educativos, que possibilitem pedagogicamente o desenvolvimento de habilidades fundamentais para

elaborarmos o conhecimento necessário no processo de rompimento do patriarcado. Assim, é importante reconhecer que não há transformação sem feminismo.

O cenário da Comunidade Viva Deus é marcado pela forte presença de mulheres que enfrentam diariamente os processos de exploração capitalista, inclusive juntos aos homens, mas, no entanto, vivem “processos de negação de suas identidades e anulação de sua importância diante da lógica instrumental e produtivista que as enclausura em uma condição opressiva” (SILVA, 2011, p.11). Ou seja, mesmo que possuam atuações políticas que caminham lado a lado dos homens, há certa invisibilidade da luta da mulher, decorrente de sua condição histórica de oprimida.

As mulheres da Comunidade Viva Deus, por mais que não se autodenominem feministas, se orientam por meio de práticas feministas na medida em que deixam de ser objeto e passam a ser sujeitas, protagonistas da própria história, participando politicamente das deliberações da associação ou de qualquer situação que demande posicionamento.

“Muitas vezes, as pessoas que empregam livremente certos termos – como “teoria” ou “feminismo” – não são necessariamente praticantes cujos hábitos de ser e de viver incorporam a ação, a prática de teorizar ou se engajar na luta feminista. Com efeito, o ato privilegiado de nomear muitas vezes abre aos poderosos o acesso a modos de comunicação e os habilita a projetar uma interpretação, uma definição, uma descrição de seu trabalho e de seus atos que pode não ser exata, pode esconder o que realmente está acontecendo” (HOOKS, 2013, p. 86)

Hooks (2013), nesse aspecto, pontua a experiência de um coletivo na qual participara, onde “essas negras não defendiam abertamente o feminismo (se é que conheciam a palavra), mas o próprio fato de insistirem na excelência acadêmica e no pensamento crítico e aberto para as negras jovens em uma prática antissexista” (HOOKS, 2013, p. 74). Assim, o domínio de alguns conceitos tem se apresentado como privilégio acadêmico. No entanto, mesmo fora dessa esfera, não podemos deixar de reconhecer que são práticas feministas. Nesse sentido:

Costumo criticar o feminismo baseado num estilo de vida determinado, pois temo que qualquer processo de transformação feminista que busque mudar a sociedade seja facilmente cooptado se não estiver radicado num compromisso político com um movimento feminista de massas. (HOOKS, 2013, p. 98).

Desse modo, é importante frisar que o movimento também deve ser de massa, contemplando também as diversas trajetórias femininas existentes, pois o

simples fato de essas mulheres se fazerem presentes no mundo, ocuparem espaços de decisão política, bem como quaisquer espaços fora do ambiente doméstico e/ou familiar, já se constitui como uma prática antissexista, sendo elemento base do feminismo.

Quanto a se autodenominarem feministas ou não, Hooks (2013) pontua que a “posse de um termo não dá existência a um processo ou prática; [...] uma pessoa pode praticar a teorização sem jamais conhecer/possuir o termo, assim como podemos viver e atuar na resistência feminista sem jamais usar a palavra “feminismo” (HOOKS, 2013, p. 86). Eis a necessidade “de reivindicar continuamente a teoria como uma prática necessária dentro de uma estrutura holística de ativismo libertadora” (HOOKS, 2013, p. 96). Portanto, não podemos enclausurar o exercício de teorização e intelectualidade somente na esfera acadêmica ou dentre vertentes que tem acesso às construções sistematizadas acerca do que é o feminismo.

Nesse cenário, com os movimentos sociais, as ocupações de terra, a presença de mulheres, bem como de projetos que atuam a partir do ensino, da pesquisa e da extensão, fazem parte de um processo que mais atrai a perspectiva emancipatória. Isso ocorre porque tais perspectivas rompem com a ideologia dominante, rompe com a resignação cultural imposta secularmente pelo capital e porque tem fôlego para subverter a estrutura latifundiária, como é o caso da Comunidade Viva Deus.

3. CAMINHOS METODOLÓGICOS: PERSPECTIVA QUALITATIVA DE INVESTIGAÇÃO

A metodologia utilizada na presente pesquisa está centrada em processos qualitativos de investigação, por meio da pesquisa-ação que é uma forma de investigação-ação que pressupõe intervenção, tendo em vista que o principal objetivo é apresentar a colaboração da pesquisa-ação para processos de emancipação humana, a partir da perspectiva da Educação Popular, por meio do círculo de cultura e das situações-problema-desafios vivenciadas em comunidade.

Nesse sentido, a pesquisa qualitativa é a metodologia que melhor se encaixa, pois compreende a questão do ser humano em sua dimensão educacional. Aqui, não se investiga visando resultados, mas foca-se na questão

do comportamento humano a partir de diversos contextos, ou seja, caminhos de construção para a Emancipação Humana, por meio da atuação política de sujeitos inseridos em contexto de luta popular por terra. Assim, para Demo (2012):

[...]. O analista qualitativo observa tudo, o que é ou não dito: os gestos, o olhar, o balanço, o meneio do corpo, o vaivém das mãos, a cara de quem fala ou deixe de falar, porque tudo pode estar imbuído de sentido e expressar mais do que a própria fala, pois a comunicação humana é feita de sutilezas, não de grosserias. Por isso, é impossível reduzir o entrevistado a objeto. (DEMO, 2012, p. 33)

Historicamente, o único método visto como científico na pesquisa em educação estava centrado na quantificação. Somente em 1960, a abordagem qualitativa veio a ser utilizada como uma metodologia que possibilitava ao pesquisador identificar problemas sociais na educação das chamadas minorias sociais. Assim, houve um maior reconhecimento e a sociedade como um todo passou a olhar para os excluídos, o que abriu caminhos para o espírito democrático.

A educação, em específico, a Educação Popular, está intrínseca a formação humana na medida em que se tornou um referencial importantíssimo não para sugerir modelos, mas para colaborar na busca de caminhos educativos e para o desenvolvimento de categorias essenciais para acessar os saberes produzidos e reproduzidos por mulheres e homens.

O ganho de espaço da Educação Popular seja na academia ou fora dela, faz parte do movimento de renovação pedagógica ao qual fazemos parte, num contexto onde o diálogo aberto com os sujeitos do processo é crucial. Não obstante, tudo isso está inerente ao viver humano e garantir aprendizagens humanas, como frisa Arroyo (2015) é a finalidade primeira da Educação Básica Universal e colocar o conteúdo ensinado a serviço dessas aprendizagens é nosso ofício, do educador e da educadora.

A perspectiva qualitativa de investigação envolve processos extremamente complexos, estando em permanente construção e requer sensibilidade a novas ideias, descobertas ou até mesmo novas percepções. Ainda, possui compromisso direto com a construção do conhecimento na medida em que evita procedimentos metodológicos previamente estabelecidos, o que implica considerar o fenômeno pesquisado como algo em permanente construção e inacabado. Não obstante,

constitui-se como uma perspectiva largamente utilizada em processos educativos voltados para a Emancipação Humana.

Aqui, o compromisso com a dimensão histórico-social do conhecimento é essencial para que contemplemos o conjunto da visão social de mundo dos educandos e educandas. A pesquisa qualitativa permite ao pesquisador entender a própria metodologia situada dentro de determinado contexto histórico. Para dialogar com a perspectiva metodológica aqui definida, me utilizo da abordagem da Pesquisa Qualitativa, com base em Zanette (2017), Demo (1998), e Minayo (2007), autores que desenvolvem pesquisas em educação e nos princípios metodológicos da pesquisa - ação de Thiollent (1985).

No entanto, antes de contemplar as perspectivas metodológicas citadas acima, é indispensável levar em consideração a perspectiva freireana (1970) de Educação, devendo estar a serviço da conscientização e do exame crítico da realidade, onde a conscientização é a categoria fundante do processo de construção de uma consciência crítica em relação a posição social que o indivíduo ocupa socialmente, bem como superar um possível estado de opressão.

Nesse aspecto, no cenário da pesquisa qualitativa, Gatti e André (2011, p. 34, apud ZANETTE, 2017, p. 159), nos traz a mudança de abordagem ocorrida nas pesquisas do Brasil com a incorporação do método qualitativo de investigação, marcada por posturas investigativas mais flexíveis, a constatação de que é necessário recorrer a enfoques multidisciplinares, a retratação do ponto de vista dos sujeitos e a consciência de que a subjetividade intervém na pesquisa.

3.1 A Pesquisa-ação: uma ferramenta democrática e interventiva

Desse modo, a pesquisa-ação enquanto uma ferramenta metodológica para a pesquisa qualitativa, aqui utilizada, encontra fundamentação teórica nos pressupostos metodológicos de Thiollent (1985), onde, para ele, a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes se relacionam de modo cooperativo.

Do ponto de vista epistemológico e filosófico, Thiollent (2020), numa *live* realizada em tempos de pandemia, repensa os fundamentos da pesquisa-ação, tendo em vista que se trata de uma proposta que visa a transformação social e possui uma certa “interferência” em relação aos atores envolvidos. As mudanças

nas condições de atuação conduzem uma constante reavaliação, pois de acordo com o tempo histórico, ela pode ser mais ou menos aceita e difundida.

Nessa perspectiva, ela é largamente usada em projetos de extensão, sendo este um contexto que permite que a pesquisa-ação se efetive em sua totalidade. Primeiro, ela tem a pretensão de pesquisar uma situação concreta que envolve diversos fatores sociais, dentre estes, sobretudo está profundamente ligada a sujeitos desfavorecidos economicamente em contextos complexos que geralmente não tem solução. Assim, a pesquisa-ação nos conduz a refletir sobre o que dificulta essa solução, se é o poder hegemônico ou o que seja.

Para tanto, é necessário compreender a linguagem local e construir interações entre os grupos para que se converta o conhecimento em ação, tendo a ação como uma forma de conhecimento mais profundo e como uma ferramenta transformadora. Do ponto de vista filosófico, hermenêutico e fenomenológico, essa relação permite que vários aspectos se manifestem no processo. Ela não se propõe a uma solução imediata. A pesquisa-ação promove o aprendizado de todos os participantes envolvidos no projeto e ela não impõe o que deve ser ensinado, o que estimula a criatividade, a colaboração, a interação e a participação, esta, se manifestando em variados níveis.

A pesquisa-ação se relaciona com a transdisciplinaridade, e interage com diversos âmbitos da sociedade de forma sistêmica e complexa. Assim, ela não somente cria pontes, mas atravessa as áreas do conhecimento e exige um alto grau de implicação e engajamento do pesquisador com o que ele está pesquisando, mesmo diante de paradigmas que exigem o distanciamento do pesquisador com o objeto estudado. É um método, não obstante, que permite ao/a pesquisador/pesquisadora, participar das mais diversas experiências que o contexto da pesquisa apresenta, seja ele qual for, como retrata a imagem a seguir, em que eu conversava com um morador acerca da produção de feijão da comunidade:



Figura 3 – Diálogos acerca da produção de feijão de um morador (Acervo GEPEEP, 2018).

Por suas próprias condições de existência, a pesquisa em educação leva em consideração o posicionamento político do pesquisador. O campo da educação de fato tem uma dimensão política, e não se pode deixar de tê-la (CHARLOT, 2006). Portanto, é impossível fazer ciência de forma neutra. É necessário que haja uma opção de classe. Assim, a tradição filosófica que guia o presente trabalho decorre da dialética, enquanto uma opção que considera a realidade a partir do que ela é, bem como considera o materialismo histórico e dialético como método e possibilidade de interpretação dos fenômenos sociais.

3.2 As categorias do materialismo histórico e dialético em questão: uma possibilidade de interpretação

De acordo com Konder (1981), o materialismo histórico e dialético representa uma possibilidade teórica de interpretação da realidade social que é essencialmente contraditória e em permanente transformação. A contradição, nesse sentido, é uma categoria que faz parte de um raciocínio dialético, que foi pensado e reinterpretado por Marx a partir de Hegel, bem como de outros pensadores que marcaram a história da humanidade como Copérnico, ao afirmar que uma coisa é e não é ao mesmo tempo.

Nesse sentido, Pires (1997) adverte que Marx deu o caráter material (os homens se organizam na sociedade para a produção e a reprodução da vida) e o caráter histórico (como eles vêm se organizando através de sua história). No entanto, é premente pontuar que “não é a predominância dos motivos econômicos

na explicação da história que distingue decisivamente o marxismo da ciência burguesa: é o ponto de vista da totalidade”. (LUKÁCS, 1974, p.64). Ou seja, não se parte somente do modo de produção vigente ou do modelo de sociedade instituído, mas de ambos, bem como de outros diversos fatores, que, juntos, constituem a totalidade.

Para que a prática seja efetivamente dialética, é necessário partir da realidade objetiva tal como se apresenta, independentemente dos ideais que nos norteiam, caminhar por ela no sentido de compreender como as pessoas se organizam, refletir teoricamente o que foi captado concretamente, para então, termos uma compreensão fidedigna de um objeto que é construído por múltiplas determinações, que partem da construção histórica de homens e mulheres:

A história não faz nada, não possui nenhuma imensa riqueza, não liberta nenhuma classe de lutas: quem faz tudo isso, quem possui e luta é o homem mesmo, o homem real, vivo; não é a história que utiliza o homem como meio para trabalhar seus fins – como se tratasse de uma pessoa à parte – pois a história não é senão a atividade do homem que persegue seus objetivos. (FREIRE, 1981, p. 133)

Dialeticamente, então, a realidade é uma constante, como afirma Reis (2011), um “em sendo”. Ou seja, ela é construída historicamente. Como assevera Pires (1997), a mesma requer construção material (trabalho social) e histórica (organização social do trabalho). O trabalho então é um princípio educativo desse modelo de compreensão, onde se educa pelo trabalho, e não para o trabalho, expresso na práxis. Dessa forma, é necessário estabelecermos quais categorias são essenciais à análise: totalidade, mediação, contradição e historicidade, pois estão presentes na presente pesquisa em sua dimensão teórico-metodológica.

Assim, é importante considerarmos a totalidade enquanto a categoria que está presente nos processos educativos regidos pela Educação Popular na busca pelo alcance da transformação social. Ela, então, implica a “[...] concepção da realidade enquanto um todo em processo dinâmico de estruturação e de autocriação” (KUENZER, 1998, p. 65). Assim, os “[...] fatos podem ser racionalmente compreendidos a partir do lugar que ocupam na totalidade do próprio real e das relações que estabelecem com os outros fatos e com o todo”. (KUENZER, 1998, p. 64). Considerar o todo, portanto, faz parte da dinâmica de autocriação dos indivíduos, que se inscreve na capacidade que temos de nos autodeterminar. No entanto, para que tal autodeterminação ocorra, são necessárias práticas educativas

emancipadoras. Sem elas, o *status quo* continuará se reproduzindo, em seu contexto alienante.

Segundo Kuenzer (1998) “a contradição ocorre quando se capta o movimento e as múltiplas complexidades do real de maneira dialética, buscando compreender os tempos e sentidos que incluem e excluem, desaparecem ou originam uma nova realidade” (apud MECHEIN, VIGANO e LAFFIN, 2018, p. 101). Ou seja, a inclusão e exclusão de determinados aspectos, atuam dialeticamente na construção de outro movimento enquanto a resultante de um movimento contraditório. Este, é determinado historicamente pelo fazer humano. Assim, ainda em Kuenzer (1998, p. 65) “[...] o pensamento deverá mover-se durante o transcurso da investigação, entre os pólos dialeticamente relacionados” (apud MECHEIN, VIGANO e LAFFIN 2018, p. 101), o que pressupõe uma postura que valorize o processo existente entre o ponto de partida e chegada da mudança. Coadunando com essa perspectiva, Freire (1979) pontua que:

Seria outra ingenuidade pensar que as forças contrárias à mudança não percebem que a mudança de uma parte promove a mudança de outra, até que chega a mudança da totalidade, como seria ingenuidade também não contar com a reação, sempre mais forte, a estas transformações parciais. (FREIRE, 1979, p. 29)

A contradição, então, se revela como um pressuposto inerente à condição humana, onde permite apreendermos a realidade a fim de que seja possível intervir sobre ela, superando situações-problemas-desafios que se apresentam aos seres humanos. Nesse sentido, Freire (1997) pontua que não há mundo humano sem contradição: um mundo humano só é porque está sendo. A contradição, então, também está presente na capacidade humana de superação, uma vez que:

[...] não são as situações limites, em si mesmas, geradoras de um clima de desesperança, mas a percepção que os homens tenham dela num dado momento histórico, como um freio a eles, como algo que eles não podem ultrapassar. No momento em que a percepção crítica se instaura, na ação mesma, se desenvolve um clima de esperança e confiança que leva os homens a se empenharem na superação das situações limites. (FREIRE, 2005, p. 105).

Ou seja, se de um lado temos a desesperança, de outro temos a esperança. Esta, decorre da criticidade. A contradição, ainda, é a categoria que nos ensina a compreender a relação dos contrários, que colabora para que a realidade tome

uma nova forma e seja transformada, de fato. Portanto, sem compreender que um fato é e não é ao mesmo tempo, e que para estado de opressão, há um estado de resistência, não se pode compreender um fenômeno em sua totalidade, sendo esta, uma forma de representação. A respeito da totalidade, Freire (1979) pontua:

Se não a vê [a realidade] e não a capta como uma totalidade, cujas partes se encontram em permanente interação. Daí sua ação não poder incidir sobre as partes isoladas, pensando que assim transforma a realidade, mas sobre a totalidade. É transformando a totalidade que se transformam as partes e não o contrário. No primeiro caso, sua ação, que estaria baseada numa visão ingênua, meramente “focalista” de realidade, não poderia constituir um compromisso. (FREIRE, 1979, p. 21).

Dessa maneira, a totalidade para Cruz, Bigliardi e Minasi (2014), é a mais completa e profunda abstração sobre o fenômeno material, e que compreendê-la é “compreender a relação das partes com o todo, as leis de seu movimento, isolando o fenômeno de forma abstrata e decompondo-o no mundo das ideias, interpretando-o [...] de forma que seja possível descrever suas múltiplas determinações”. (P. 47). Compreender as partes e o lugar que as mesmas ocupam na composição do todo, então, se torna fundamental na passagem da aparência para a essência da realidade social.

Não obstante, sobre a questão da abstração é premente afirmar que a totalidade constitui uma representação altamente elaborada do real, apesar de não representar o fenômeno em si, e é parte constituinte de práticas educativas libertadoras, uma vez que, estas, no presente trabalho, estão inscritas na luta de classes, na disputa por espaços de poder, na luta pela conquista de espaço para bem-viver, numa territorialidade dominada pela monocultura do agronegócio.

[...] na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas pelo contrário, o seu ser social é que determina sua consciência. (MARX, 1996, p. 47).

A totalidade então representa determinados aspectos da análise das relações de produção, e colabora para entendermos, também determinadas formas de consciência social. Tais formas indicam que a realidade é passível de

transformação. Basta apreendermos a realidade a partir da dimensão da historicidade. A determinação, ainda, conforme Marx (1996) está sujeita a consciência subjetiva do homem e da mulher aos seus seres sociais. Tais determinações são múltiplas e são partes constitutivas da realidade. O todo, denominamos totalidade. Nesse aspecto, Freire (1997) pontua que se a estrutura social é uma totalidade, significa a existência em si de partes que, em interação a constituem.

As formulações de Karl Marx acerca da historicidade do homem e de sua capacidade de superar historicamente e socialmente as determinações materiais lançam por terra análises que restringem os seus estudos à sociedade capitalista os modos como o homem atua sobre a natureza, transformando-a para sua sobrevivência e perpetuação da espécie, são desenvolvidos historicamente e socialmente e, por conseguinte, aperfeiçoados e transferidos às gerações que se sucedem.

A categoria da historicidade existe para anunciar que nada decorre de princípios abstratos, mas de construção humana, que é histórica e materialista. É no seio da história que as necessidades humanas são forjadas, supridas ou parcialmente supridas, a depender do modelo de sociedade. A análise de tais fenômenos, então, precisa considerar a historicidade. Nesse sentido:

O simples fato de cada geração posterior deparar-se com forças produtivas adquiridas pelas gerações precedentes, que lhe servem de matéria-prima para as novas produções, cria na história dos homens uma conexão, cria uma história da humanidade, que é tanto mais a história da humanidade quanto mais as forças produtivas dos homens e, por conseguinte, as suas relações sociais adquiriram maior desenvolvimento. Consequência disso: a história social dos homens é sempre a história do seu desenvolvimento individual, tenham ou não consciência dos fatos. (MARX, 1985, p. 206 - 207).

Assim, na medida em que o homem forja uma nova necessidade, são forjadas, também, novas relações sociais, determinadas historicamente. Assim, conforme Marx (1985), o desenvolvimento da história, bem como a transformação social, é resultado do desenvolvimento individual dos homens e das mulheres, que ocorre consciente ou inconscientemente. Portanto, o compromisso com a transformação implica em práticas educativas subjetivas, para que a história tome rumos de libertação.

O desenvolvimento histórico, então, é impulsionado pelo ser humano. Ele é quem interfere no processo de desenvolvimento, para além da esfera econômica,

bem como das “forças produtivas”. Nesse aspecto, Sader (2004, p. 12) adverte que “o mundo é produto do trabalho humano, como realidade histórica construída coletivamente pelos homens. Também pela primeira vez afirma-se, na filosofia, que o homem é um ser histórico, o que é dado por sua capacidade de trabalho”. Portanto, por meio do trabalho que, historicamente, o ser humano supera as situações-problema-desafios que a ele são apresentadas.

Outra categoria muito utilizada na pesquisa em educação materialista, histórico e dialética é a mediação, que se constitui como uma das categorias centrais da dialética. Nesse sentido, Moraes e Martinelli (2012) assinalam:

Inscrita no contexto da ontologia do ser social e que possui uma dupla dimensão: ontológica - que pertence ao real, está presente em qualquer realidade independente do conhecimento do sujeito e reflexiva - elaborada pela razão, para ultrapassar o plano da imediatez (aparência) em busca da essência, necessita construir intelectualmente mediações para reconstruir o próprio movimento do objeto. (MORAES e MARTINELLI, 2012, p. 3).

Possuindo dimensão ontológica e racional, “[...] sua construção se consolida tanto por operações intelectuais, como valorativas apoiadas no conhecimento crítico do real, possibilidade fundamentalmente pela intervenção da consciência”. (MARTINELLI, 1993, p. 137). Assim, a mediação está circunscrita numa perspectiva que permite apreendermos a realidade, por meio de um processo consciente, retirando dela qualquer elemento que não nos permita sair do aparente.

Desse modo, a mediação é o ponto de partida do salto da abstração para o fato real e concreto enquanto síntese de múltiplas determinações. Somente através da mediação é possível dar esse salto. É ela quem torna a compreensão do fenômeno em sua processualidade, desvelando o imediatismo que circunda as abstrações. No entanto, é premente pontuar que em Marx (1974), a mediação não é apenas uma forma de atividade cerebral ou forma de intervenção:

O criticável para ele [Marx] é a mediação exclusivamente como atividade cerebral, fechada no ambiente mental e descolada do mundo real. Para Marx, a capacidade que os homens e as mulheres têm de transformar a natureza está nas mediações que podem fazer diante das coisas que os desafiam. (GAMA, 2015, p. 50).

Se a história da humanidade foi construída superando situações-problema-desafios, foram as mediações que tornou possível os processos de superação, tendo em vista que é por meio dela que homens e mulheres produzem a

existência, uma vez que todas as “representações e a consciência dos seres humanos estão diretamente relacionadas com a atividade material de produção de suas existências e com as relações sociais que estabelecem com os seus semelhantes”. (GAMA, 2015, p. 53-54). Ou seja, os seres humanos projetam mentalmente quais desafios necessitam superar, para, então, produzir melhores condições de existência.

3.3 Construindo a pesquisa: Diário de campo, relatorias, círculo de cultura e a situação-problema-desafio

As definições de ordem teórico-metodológica dos processos constituídos a partir do campo da Educação Popular necessitam estar articulados com as exigências da práxis, enquanto a dialética que rege a relação entre teoria e prática. Desse modo, as práticas educativas em contextos populares apresentam situações que, por sua própria condição de existência, requerem intervenção, ações concretas de enfrentamento, em razão dos processos de luta e da essencialidade de uma ação transformadora, na práxis. Assim, é necessário que também se tenha claro que concepção de educação rege a prática educativa, bem como o projeto político, uma vez que ambos necessitam estar articulados. Como já mencionado, uma compreensão práxica do processo é essencial, tendo em vista que:

A integração teoria e prática a partir de rumos definidos é um ato de criticidade nos dois sentidos: a prática aferindo conceitos, atualizando categorias, ajudando a construção de um paradigma científico que perpassa a intencionalidade, e a teoria orientando, corrigindo e, evidentemente, permitindo à prática ganhar em eficiência. (FALKEMBACK, 1987, p. 2).

Desse modo, se trata de uma relação dialética na maneira de conceber o conhecimento em relação ao objeto estudado. Ademais, o grande objetivo necessita ser o da transformação social e isso precisa se manifestar sobre os níveis de consciência, na busca da superação dos valores do capital em prol dos valores do trabalho.

Para tanto, Falkemback (1987) pontua que se faz necessário um corpo de conceitos e proposições que permitam a investigação da realidade numa perspectiva materialista e histórica, bem como uma análise dialética. Essa perspectiva, para Rêses, Castro e Barbosa (2018):

Busca também expressar e fazer emergir ações políticas que colocam outras possibilidades para a espécie humana, outra possibilidade de construção psicofísica para os produtores das riquezas, que tem na ética

o princípio básico de uma nova cultura, sendo a justiça seu ponto de partida. (RÊSES, CASTRO e BARBOSA, 2018, p. 100).

Também, compartilha dessa perspectiva, Ciavatta (2005, p. 2 apud RÊSES, CASTRO e BARBOSA, 2018, p. 99), quando assinala que buscamos focar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos.

Ou seja, é necessário ter claro que existe um modo de produção hegemônico em relação aos interesses da classe trabalhadora, que foi historicamente determinado, o que requer compreensão das contradições apresentadas pela influência que a vida material possui sobre a realidade social. Nesse sentido, uma importante técnica que permite ao pesquisador apreender todos os fenômenos decorrentes do campo de investigação é o diário de campo, onde, para Bosco Pinto (2014), cronologicamente falando, o diário de campo é o primeiro instrumento da metodologia de investigação-ação (apud FALKEMBACH, 1987, p. 3). Ainda:

Nele se anotam todas as observações de fatos concretos, fenômenos sociais, acontecimentos, relações verificadas, experiências pessoais do investigador, suas reflexões e comentários. Ele facilita criar o hábito de observar com atenção, descrever com precisão e refletir sobre os acontecimentos de um dia de trabalho. (FALKEMBACH, 1987, p. 3-4)

Assim, podemos afirmar que ele é um instrumento de anotações, onde constam todas as reflexões empreendidas pelo pesquisador durante a imersão no campo e permite o acompanhamento de todos os fenômenos que vão processualmente ocorrendo, bem como suas relações com os fatos. Historicamente, o advento do diário de campo possibilitou o desenvolvimento da ciência que ocorreu de encontro com a expansão do uso da escrita, conforme assinala Zaccarelli e Godoy (2010):

Os diários surgem tanto na Europa quanto no Japão por volta do século X. Pelo fato de as habilidades de escrita nesta época serem restritas, os diários foram inicialmente elaborados por membros de elites – como o caso da corte japonesa ou do clero anglo-saxão. Quando o uso da escrita e os meios técnicos se expandiram, os depoimentos escritos regularmente com caráter pessoal também se ampliaram. Assim, por volta do século XVII, inúmeros documentos desse tipo foram criados, não apenas por religiosos e nobres, mas por cientistas, arquitetos e outros. (ZACCARELLI e GODOY, 2010, p. 01)

Assim, o caráter pessoal que marca o diário de campo foi constituído historicamente, sendo a subjetividade uma dimensão componente do mesmo, na medida em que possibilita a apreensão dos significados dos fenômenos sociais.

Desse modo, é importante frisar que a função do diário de campo, em espaços populares de discussão, não é só o de constar reflexões ou impressões, mas também de anotar todas as decisões tomadas durante as assembleias, círculos de cultura ou durante as discussões. Assim, ao pontuar tais decisões, é necessário que o pesquisador deixe claro sob que condições elas foram tomadas, para a garantia de que, de fato, foram decisões tomadas coletivamente.

Nessa perspectiva, com o diário de campo, é possível mantermos compromisso com a práxis na medida em que podemos acompanhar e verificar a profundidade da análise, ou seja, se, de fato, ela foi elaborada a partir da realidade objetiva dos fenômenos sociais. É fundamental que tal aproximação ocorra tanto através da reflexão quanto da ação:

[...], as notas de campo consistem em dois tipos de materiais. O primeiro é descritivo, em que a preocupação é captar uma imagem por palavras do local, pessoas, ações e conversas observadas. O outro é reflexivo – a parte que apreende mais o ponto de vista do observador, as ideias e preocupações. (BOGDAN e BIKLEN, 1994, p. 152).

Todas as anotações que deram fruto a esse trabalho foram gestadas no próprio *lócus* da pesquisa-ação, outras no trajeto ao campo, outras durante os círculos de cultura do grupo de pesquisa na universidade, outras em casa, ou horas depois da formação política na comunidade. Nesse modelo de construção, o diário de campo favorece tanto elaborações construídas diretamente do local (de caráter descritivo), quanto elaborações mais aproximadas com a subjetividade do pesquisador (de caráter reflexivo).

Assim, para Oliveira (2014), a escrita das notas de campo no diário de pesquisa demanda tempo cronológico, atenção, calma e persistência. Tais características são essenciais para uma tarefa que exige cuidado para as reflexões e análises da/na pesquisa. Em função de tais demandas, no uso do diário de campo, é necessária a devida cautela, pois a má utilização pode culminar em análises deturpadas, o que prejudica a qualidade da reflexão empreendida.



Figura 4 – Anotações no diário de campo (Acervo GEPEEP, 2018).

Como demonstra a imagem acima, o diário de campo serve para apreendermos os elementos teóricos que emergem durante a realização dos círculos de cultura, servindo de instrumento para enxergar a realidade de forma crítica, onde:

Tais elementos teóricos são problematizados no círculo de cultura, de modo que cada sujeito desse processo possa se ver representado nessas leituras, em busca de uma visão mais ampliada acerca da realidade. Desse processo, os temas geradores emergem e a teorização sobre o trabalho profissional permite descobrir as contradições internas desse trabalho, ir além da aparência dos fatos até alcançar seus aspectos essenciais, passando do conhecimento empírico ao conhecimento teórico. Assim, o cotidiano vai sendo lido dentro de um conjunto da totalidade social, fazendo um movimento complementar à ação-reflexão-ação, que sai da particularidade para a generalidade; do específico para o global; do micro para o macro. Esse processo de confrontar nossos conhecimentos com outros conhecimentos contribui para a reflexão e reinterpretações da teoria, possibilitando-nos ampliar nossa visão de mundo e nosso trabalho profissional. (KOSOKAWA; PINI; LOUREIRO; SANTOS; ABREU, 2020, p. 69)

Historicamente, o círculo de cultura surgiu na conjuntura sociopolítica efervescente da década de 1960 que foi de revoluções culturais a sucessivos golpes militares. João Goulart estava no poder e possuía um modelo de política democrático e voltado para a reforma agrária e para a melhoria de vida da classe trabalhadora, modelo esse que apresentava muitas vias para processos de Emancipação Humana. Assim, para Dantas e Linhares (2014):

O Círculo de Cultura constitui-se lócus da vivência democrática, de formas de pensamentos, experiências, linguagens e de vida, que possibilita o estabelecimento de condições efetivas para a democracia de expressões, de pensamentos e de lógicas com base no respeito às diferenças e no incentivo à participação em uma dinâmica que lança o sujeito ao debate, focando os problemas comuns. (DANTAS e LINHARES, 2014, p. 76)

Nessa década havia um grupo de trabalhadores/as que se reuniam para discutir questões que diziam respeito às experiências de vida de cada um deles/as, o que resultava em processos de alfabetização de jovens e adultos, e era coordenado por Paulo Freire. Tal experiência de formação política ocorreu em Angicos/RN, em nível de Brasil, e, principalmente na região nordeste, ocorriam diversas experiências de alfabetização de adultos.

Por sua gênese, bem como por suas próprias condições de existência, o círculo de cultura não possui apenas a alfabetização como principal objetivo, mas sim ampliar os horizontes de quem participa, a partir das próprias vivências, bem como socializar experiências e contribuir para que os/as trabalhadores/as superem a condição de opressão a qual estão submetidos/as.

O círculo de cultura, para Freire (1989) é uma prática na qual instituímos debates de grupo, ora em busca do esclarecimento de situações, ora em busca de ação da mesma, decorrente do esclarecimento das situações. Ou seja, o círculo de cultura acolhe discussões coletivas que buscam “clarear” problemáticas que requerem intervenções. Assim:

O círculo de cultura se expressa numa ideia que substitui a alfabetização formal em sala de aula. A nomenclatura de círculo se dá porque todos os participantes formam a figura geométrica de um círculo, numa disposição em que todos possam se olhar e se ver. Chamamos cultura por conta de uma interação que há entre a realidade vivida e seus participantes. Conforme o autor, no círculo de cultura o homem “vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo que ele mesmo é fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura”. (FREIRE, 2003, p. 51, apud FREITAS, 2019, p. 36).

Desse modo, podemos afirmar que diz respeito a uma proposta pedagógica revolucionária na medida em que rompe paradigmas e uma estrutura de ensino que trata o/a professor/a como detentor/a do conhecimento e que está acima dos demais. Aqui, o processo é conduzido coletivamente pelo/a coordenador/a, de modo que todos/as possam participar da discussão. É, portanto, uma proposta democrática, libertadora que pode colaborar fortemente para processos de Emancipação Humana. De acordo com Dantas e Linhares (2014), essa concepção promove a horizontalidade na relação educador-educando e a valorização das

culturas locais, da oralidade, contrapondo-se em seu caráter humanístico, à visão elitista de educação. Ou seja, as vivências de todos/as os/as envolvidos/as no círculo, são elemento base para a formação. Além disso, todos/as são protagonistas do processo, como ilustra a imagem abaixo:



Figura 5 – Horizontalidade promovida pelo círculo de cultura (Acervo GEPEEP, 2018).

Não obstante, o círculo de cultura propõe uma práxis revolucionária, inteiramente comprometida com processos de Emancipação Humana, que faz com que o conteúdo da aprendizagem esteja a serviço a ação. Esse processo favorece, também, processos de conscientização, sendo ela, de acordo com Freitas (2019):

A conscientização é “o teste do ambiente, da realidade”, constitui um “apoderar-se da realidade”. Essa conscientização constitui um compromisso social e histórico do homem com a sua própria realidade, ou seja, ninguém é mais responsável por superar o contexto vivido mais do que ele mesmo. Ainda para o autor, a conscientização é o aprofundamento da tomada de consciência [...]. Significa que, com a apropriação de uma consciência crítica, criamos também uma forma crítica de abordar o mundo. (FREIRE 1979, p.15 apud FREITAS, 2019, p. 30).

O compromisso social e histórico do homem e da mulher para com a realidade social em que estão inseridos/as, presente em processos de conscientização, também é central no círculo de cultura. A partir disso, o/a participante identifica problemas que antes não conseguia enxergar, que era impossibilitado pela estrutura do capitalismo, que se utiliza de todos os subterfúgios para que pensemos que ele é a única saída e não existem possibilidades de transformação social.

Assim, problematizar é fundamental para que seja desenvolvida consciência crítica e para que sujeitos se percebam como protagonistas dos rumos pelos quais o movimento histórico e dialético da sociedade irá tomar. Além disso, o diálogo, também central no círculo de cultura, subverte toda a estrutura de dominação e opressão a que os/as trabalhadores/as estiveram e estão submetidos historicamente. Nessa perspectiva, o diálogo, para Dantas e Linhares (2014):

Possibilita a ampliação da consciência crítica sobre a realidade ao trabalhar a horizontalidade, a igualdade em que todos procuram pensar e agir criticamente com suporte na linguagem comum, captada no próprio meio onde vai ser executada a ação pedagógica e que exprime um pensamento baseado em uma realidade concreta. (DANTAS e LINHARES, 2014, p. 75).

Outro instrumento metodológico utilizado na presente pesquisa, diz respeito às situações-problema-desafios, que, segundo Freitas (2019), permite que se trabalhe de forma dialógica, sobre os saberes e questões cotidianas, levantadas e escolhidas pelos próprios sujeitos da comunidade para o processo de formação/constituição. Também, é um instrumento característico de contextos marcados pela Educação Popular, que possibilita a identificação de problemas que requerem intervenção.

Ocorre, também, no círculo de cultura, e, para Reis e Rios (2010), onde, após a discussão-debate em sala de aula e escolha da dificuldade ou problema, mais premente, há uma reunião de todos os alfabetizandos e alfabetizandas argumentando o porquê da escolha de uma determinada dificuldade ou problema. A partir disso, tal problema torna-se a base para os desdobramentos e discussões posteriores do círculo de cultura.

Nesse processo, concomitantemente, o grupo aponta o motivo da escolha, para que possam ocorrer os desdobramentos necessários para a situação. Desse modo, a situação-problema-desafio precede a escolha da palavra geradora, sendo esta a palavra mais recorrente do círculo de cultura e indica a situação que mais demanda ação, sendo a palavra que todos/as integrantes do grupo apontam, buscando alternativas para a problemática apresentada.

Assim, como o círculo de cultura, a situação-problema-desafio, também apresenta uma proposta revolucionária, pois tem compromisso direto com a ação, na medida em que conclama a saída de um estado de opressão, propondo alternativas para os problemas apresentados. Nessa perspectiva, para Freitas (2019):

É por meio dos instrumentos e procedimentos metodológicos, do círculo de cultura e situações-problemas-desafios, que nos comunicamos pedagogicamente em grupo, bem como, para desenvolvermos nosso processo de formação/constituição política, o qual é pautado no próprio universo do cotidiano vivido em comunidade. Essa perspectiva metodológica, nos dá suporte para lidar com as questões em grupo, e, assim, promover os processos de alfabetização/formação dos sujeitos. Porém, não se constitui em fórmulas prontas para aprendizagem ou conteúdo. Tudo é construído em coletivo na comunidade e para a comunidade. (FREITAS, 2019, p. 37).

Ou seja, por meio dos procedimentos aqui citados, a comunidade tem acesso aos instrumentos necessários para superar os problemas vivenciados. Isso ocorre por meio da formação política, bem como da metodologia prática de trabalho freireano, e da metodologia da situação-problema-desafio.

3.4 Investigando *in loco*: localizando o território da Comunidade Viva Deus

Nesse aspecto, a realização da presente pesquisa, a partir dos procedimentos metodológicos supracitados, ocorre no mesmo lócus de pesquisa trabalhado pelo Ensino Pesquisa e Extensão em Educação Popular - GEPEEP, ou seja, na Comunidade Viva Deus, espaço que abriga os acampados da desapropriação da fazenda El Dourado e está situada na Estrada do Arroz (atual Estrada Padre Josimo), em Imperatriz/MA.

Os sujeitos acampados organizam-se por meio de uma Associação de Agricultores e Agricultoras Rurais, objetivando a regularização do território por meio de sua organização popular. Atualmente, a comunidade, para resistir e sobreviver no espaço ocupado utiliza-se da Agricultura Familiar como uma estratégia de resistência, o que constitui um resultado já alcançado pelo trabalho realizado pelo GEPEEP.



Figura 6 – Fachada do galpão onde são realizadas as assembleias e círculos de cultura (Acervo GEPEEP, 2018).

A Comunidade Viva Deus, como a imagem acima apresenta, territorialmente falando, está inserida num movimento dialético de espaço-processo, tendo em vista que constantemente estão chegando novas pessoas, sendo um espaço que vai socialmente se delineando, e, portanto, territorializado. Nesse movimento, existe uma série de relações de poder, responsável também por influenciar as relações sociais da comunidade, balizadas pela presença de empreendimentos capitalistas, que se manifestam por meio do capitalismo contemporâneo.

Para descrever o a Comunidade Viva Deus, convém mencionar o contexto de reestruturação produtiva dialética em que o território faz parte, sendo um fenômeno que representa uma saída para a crise estrutural do capital, que se utiliza do campo para os processos de acumulação do capital, obstaculizando a luta dos trabalhadores sem-terra e o *bem viver* no campo. A Comunidade Viva Deus é afetada diretamente por esse fenômeno, através da instalação e permanência da empresa Suzano Papel e Celulose, apesar de ser um território destinado para projetos de assentamento.

A presença da referida empresa empobrece o solo de modo que impossibilita a produção e reprodução da existência no território da comunidade. Nesse aspecto, temos dois objetivos antagônicos no que diz respeito ao uso da terra. Na medida em que o capital, a monocultura de eucalipto e o agronegócio como um todo, produzem *comodities*, os trabalhadores que lutam por terra,

produzem a existência através da agricultura familiar e práticas sustentáveis de sobrevivência.

A constituição da comunidade ocorreu sem o amparo de políticas públicas básicas, uma vez que a regularização fundiária não foi efetivada, o que demonstra o descaso do poder público para, com os acampados e acampadas, mas colabora completamente com assistência para o estabelecimento de empresas. As famílias foram direcionadas por meio do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Imperatriz (STTR – Imperatriz), que vinham da Fazenda Tramontina, em São Pedro da Água Branca/MA, pois lá não havia espaço o suficiente para alocar a todos e todas. Para dar suporte à luta, foi criada a Associação dos Pequenos Produtores e Produtoras Rurais da Estrada do Arroz, que hoje é denominada Associação de Agricultores e Agricultoras Rurais da Comunidade Viva Deus, como demonstra o círculo de cultura da imagem abaixo:



Figura 7 – Participação do grupo de extensão na assembleia da associação (Acervo GEPEEP, 2018).

Dessa forma, o sindicato foi o responsável por solicitar ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, o IBAMA, a vistoria da área para desapropriação. Nesse aspecto, o INCRA e o IBAMA foram os responsáveis por realizar a vistoria. A partir de tais processos, o espaço foi ocupado pelas famílias, sendo ele o meio de materialização da existência humana (LEFEBVRE, 1991, p. 102).

Para a Comunidade Viva Deus, desde a ocupação, a terra é sagrada. Contudo, a partir de processos de expansão do capitalismo internacional, os trabalhadores e trabalhadoras da comunidade presenciaram suas terras serem engolidas pelo capital através da instalação de empresas no campo, por meio de processos de reestruturação produtiva. No cenário maranhense, não só a terra má distribuída, mas a estrutura fundiária também é desigual, o que faz com que o trabalhador e a trabalhadora do campo, se encontrem numa situação de desvantagem diante do grande capital. Desse modo, entendemos que esse conflito se inscreve por meio da luta de classes, que se expressa na luta diária dos movimentos sociais de ressignificar o espaço hegemônico.

Nesse sentido, o estado do Maranhão vem caminhando no movimento de inserção no capitalismo monopolista mundial, a partir do caráter desenvolvimentista do atual governo e da relação de dependência da economia brasileira na divisão internacional do trabalho. A resultante desse movimento é a de que as condições de existência humana no campo maranhense vão se tornando cada vez mais remotas, pois as possibilidades de manutenção da vida que a terra fornece, vão sendo aniquiladas para ceder espaço para a monocultura e concentração de terras.

A Comunidade Viva Deus, bem como a Estrada do Arroz e as outras comunidades ao redor, foi constituída por imigrantes vindos em sua maioria da região nordeste buscando sobreviver. O território, historicamente, vem sendo marcado por suas ligações com o grande capital, que impedem o *bem-viver* das famílias em sua plenitude. Nesse sentido, a empresa que mais se destaca é a Suzano Papel e Celulose, que se utiliza de políticas compensatórias, bem como do discurso de “desenvolvimento sustentável”, visando promover a indústria de pasta de celulose, através do monocultivo do eucalipto para investimentos estrangeiros.

A Suzano Papel e Celulose estabeleceu-se na região por meio do projeto Celulose do Maranhão (CELMAR) que, por sua vez, para Franklin (2008), passou a comprar áreas dos mais diversos tamanhos, desde pequenas propriedades de lavradores a grandes fazendas da região, para o que contratou intermediários que utilizavam as mais variadas formas de pressão para conseguirem as aquisições necessárias à formação de grandes áreas contíguas. Assim, de acordo com dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o Maranhão foi o

estado que mais desmatou o cerrado, para a agricultura, pecuária e plantio de eucalipto entre agosto de 2019 e julho de 2020, o que representa um crescimento de 13% nesse período. A imagem abaixo apresenta a sede da empresa na cidade de Imperatriz/MA:



Figura 8 – Imagem aérea da Suzano Papel e Celulose (Fonte: O petróleo, 2016).

A concessão da terra para a Suzano Papel e Celulose decorre de um programa de formação de pólos florestais na Amazônia Brasileira, implantado durante o breve governo de Fernando Collor de Mello (1990 – 1992). Nessa conjuntura sociopolítica foi criada a CELMAR, empresa destinada a plantação de eucalipto no Maranhão, que foi substituída pela Ferro-Gusa Carajás, em decorrência da privatização da Companhia Vale do Rio Doce, que vendeu aproximadamente 80 mil hectares de terra para a Suzano Papel e Celulose expandir a plantação de eucalipto para a produção de papel e celulose.

Com exceção dos povos e comunidades tradicionais do entorno, o poder público e a sociedade imperatrizense foram receptivos, com a chegada da empresa Suzano, a partir do discurso de progresso e geração de empregos. Isenções fiscais, facilidade de acesso a créditos, bem como a alta do desemprego na região, favoreceram a instalação da empresa. A resistência em permanecer na terra, por parte dos trabalhadores/as da Comunidade Viva Deus, acarreta numa série de violências por parte da empresa. Por meio de jagunços, as plantações são envenenadas, barracos são derrubados, pessoas são agredidas, ameaçadas, bem como, a ocorrência de monitoramento (controle) do território, diante do

argumento de que não podem fazer nada da cerca para dentro, pois é uma área privada, o que demandaria reintegração de posse caso as famílias avancem no território.

A Suzano Papel e Celulose, para Martin (2014), foi inaugurada em março de 2014, estando localizada na Estrada do Arroz e ocupando uma área de 1,5 milhões de metros quadrados, sendo 96 mil de área construída (MARTIN, 2014, p. 26). É associada com a mineradora Vale do Rio Doce para escoar a produção das propriedades do eucalipto, “com a qual foram assinados contratos entre os anos de 2014 a 2043, para a utilização das ferrovias Norte-Sul e Carajás” (SANTOS, 2015, p. 58). O programa Grande Carajás (PGC), como demonstra a imagem de satélite abaixo, diz respeito a um complexo de atividades mineradoras que corresponde a um décimo do território brasileiro e é cortada pelos rios Xingu, Tocantins e Araguaia.



Figura 9 – Imagem de satélite da extensão do Programa Grande Carajás (Fonte: Google Earth, 2018).

Para facilitar o processo de negociação das terras devolutas, a empresa contratou moradores que conheciam bem a região e as pessoas. Estas, chamadas de cooptadas pelas comunidades, eram quem abriam espaço para a chegada da empresa, mesmo tendo sido formadas por movimentos sociais. É um fenômeno que ocorre em função da miséria e da pobreza, que faz com que as pessoas se vendam, em troca de muito pouco.

A chegada da Suzano Papel e Celulose na estrada do arroz foi marcada por políticas de compensação, venda de terras cultiváveis por parte de posseiros

majoritariamente não escolarizados, discursos de progresso e desenvolvimento, bem como propaganda. Essa extensão da rodovia estadual Pe. Josimo foi denominada estrada do arroz em função da produção do chamado ciclo do arroz na região, que ocorreu entre as décadas de 1960 e 1970 e abastecia municípios vizinhos. Após tais décadas houve a diversificação da produção, decorrente de mudanças estruturais. Por meio dos projetos do Programa Grande Carajás, —intensificou-se o processo de transferência de terras devolutas para corporações empresariais Santos (2015 apud ARAUJO e NOBREGA, 2013, p. 07). Nesse aspecto, Franklin (2008) pontua:

A fragilidade dos posseiros se dava principalmente porque a quase totalidade dos que imigraram para o sudoeste maranhense era de camponeses analfabetos ou pessoas de pouca instrução, sem noção legal de posse ou propriedade; para quem a terra devoluta, sem produção e sem reclamante, era território de quem nele se atrevesse a derrubar, queimar, plantar e colher; que tivesse disposição e coragem para a lida da roça. Documentação de terra não era objeto de sua preocupação. (FRANKLIN, 2008, p. 135)

Portanto, foi por meio desse processo que a empresa foi tomando posse das terras, mesmo que devolutas. O que era facilitado pela pouca escolarização dos moradores e moradoras. No entanto, é premente afirmar que isso não é fator determinante, pois sabemos que o grande capital age e avança massivamente sobre quaisquer modelos de organização. Sejam pessoas escolarizadas, ou não. Para tanto, é necessária uma determinada formação política, conscientização, bem como os grupos estarem situados em suas condições de classe, o que requer articulação, formação e participação política, seja em sindicatos da categoria, cooperativas, associações ou reuniões informais com os demais companheiros/as para a defesa de suas pautas de reivindicação.

A Comunidade Viva Deus está situada nessa conjuntura de projetos em desenvolvimento e ditos progressistas. No entanto, tal progresso não chegou aos moradores da comunidade, bem como da estrada do arroz. As condições de vida, que continuam precárias, foram intensificadas com a chegada da empresa e seus objetivos de acumulação, produção de *comodities* e concentração fundiária. Também sofrem com essa imposição, os povoados de Esperantina I e II, Nova Bacaba, São José da Matança, Olho D'água dos Martins, Coquelândia, São Félix e Petrolina. A comunidade está organizada por meio de uma associação, onde:

A associação de trabalhadores em torno de um objetivo comum, no que se reflete às suas lutas e reivindicações, são manifestações contra uma condição social histórica de marginalização, em que muitos grupos sociais

ao longo da história têm sofrido os mais variados tipos de violência e privações. A estratégia utilizada para combater os conflitos gerados pela ação empresarial e do agronegócio é a mobilização. Nesta as comunidades acionam um sentimento de solidariedade entre si, proporcionando, assim, o fortalecimento de suas identidades e do grupo como um todo. Esta é uma estratégia para lutar não só por seus direitos, mas também pelo reconhecimento e valorização de suas identidades coletivas. (SANTOS, 2015, p. 76)

A tomada das terras, historicamente, como ocorre até hoje, causou bruscas transformações nos meios de vida dos/das habitantes da região, que se viram e se vêem obrigados a deixarem suas terras em busca da sobrevivência nas grandes cidades. Entretanto, como pontua Santos (2015) é premente afirmar que há resistência nas formas de organização, seja por meio de associações, reivindicações ou manifestações, no entanto, esse movimento configura:

Processo extremamente perverso esse, porque coloca as famílias numa espécie de purgatório social permanente, sem direito ao céu nem ao inferno. De um ponto de vista geral, sob as condições vigentes, (...) acabam representando a segregação dessas pessoas, que não tem mais lugar na organização produtiva do campo e não terão lugar na dinâmica urbana. (SILVA, 2008, p. 171)

Nesse sentido, muitos membros e membras da Comunidade Viva Deus trabalham em um mercado popular da cidade de Imperatriz/MA, desenvolvendo as mais diversas atividades, desde a função de carregador para a carga e descarga de mercadorias, até a venda de lanches, atividade mais desenvolvida pelas mulheres, bem como desenvolvem atividades em serviços de bares, restaurantes ou borracharias na própria estrada do arroz. Mas, segundo os/as próprios/as moradores/as é insuficiente para sobreviver.

Essa destruição dos modos de vida tradicionais, segundo Mesquita (2011), contribuiu para o declínio da agricultura familiar e do extrativismo do babaçu, típico na região. Entretanto, é urgente afirmar que a comunidade não abandonou suas identidades de agricultores e quebradeiras de coco babaçu que são, pois essa preservação funciona como um mecanismo de resistência.

É exatamente nos momentos de crise e dificuldade que a Comunidade Viva Deus mais tem garra e força para lutar pelo bem-viver e por permanecerem em seus territórios. É isso que ocorre quando existem ameaças de desapropriação por parte da Suzano Papel e Celulose. A comunidade, de forma autônoma, por meio dos processos de formação política desenvolvidos a partir do GEPEEP, se movimentam, se articulam, buscando orientação jurídica, verificando

documentações junto ao INCRA, bem como tornando a expropriação pauta da reunião da associação, verificando junto aos/às companheiras/os de luta, uma estratégia de intervenção.

Nesse confronto dialético, o Maranhão permanece sendo um dos estados mais empobrecidos do Brasil, no que diz respeito à indicadores sociais. O que é produzido no estado, passa a ser importado para outros países, que, por sua vez, garantem soberania sobre nós. Para manter a monocultura do eucalipto, os recursos hídricos da região estão sofrendo um processo de esgotamento, bem como há um empobrecimento do solo. Vão se tornando inférteis. Assim:

Os recursos naturais, sintetizados então na ideia de terra' e as mobilizações no sentido de sua conservação, servem de reforço à reivindicação da identidade coletiva. As novas formas de interpretar a 'natureza' e de defendê-la fazem parte de seu novo significado, que não pode mais ser dissociados de territorialização, que levam os sujeitos sociais a construir suas próprias territorialidades específicas, segundo seus critérios culturais intrínsecos e seus conhecimentos profundos das realidades localizadas. Rios, igarapés, olhos d'água, reservas de mata, castanhais, babaçuais, campinas, campinaranas, açazais, buritizais e/ou terras agriculturáveis passam a compor um conjunto considerado indispensável para a reprodução física e social (ALMEIDA, 2008, p. 38-39).

Ou seja, junto ao território, no cenário da Comunidade Viva Deus, há uma diversidade de elementos necessários para a reprodução e manutenção da vida e da continuidade da existência dos modos tradicionais. No entanto, o extrativismo predatório, por meio da exploração massiva de tais recursos, causa a transformação nos modos de sobrevivência e leva as populações a ressignificarem suas relações com a natureza, ao mesmo tempo em que sentem medo de construir suas próprias territorialidades, como por exemplo, plantar, sob a alegação da empresa de que não podem avançar na terra. A Suzano Papel e Celulose, ainda se mantém travestida pelo discurso da sustentabilidade, dizendo estar contribuindo para a preservação dos ecossistemas. Santos (2015), nesse sentido, pontua que:

No resumo público do Plano de Manejo Florestal – núcleo Cidelândia de 2014, a empresa Suzano apresentou os objetivos de seus projetos, em que está: Focada na renovação dos ciclos de crescimento, a empresa investe em processos produtivos eco eficientes de manejo florestal, priorizando a conservação de ecossistemas e a restauração ambiental, também em programas que resultem na elevação da qualidade de vida das comunidades próximas às áreas industriais e florestais, na melhoria na infraestrutura municipal de saúde e investimento em educação, geração de trabalho e renda, promoção cultural e educacional (SANTOS, 2015, p. 69 apud SUZANO, 2014, p. 2).

Não obstante, o plantio de eucalipto é denominado reflorestamento pela empresa, bem como é tido pelos mesmos, como um meio de preservação de áreas desmatadas. Esse é o discurso oficial. Por outro lado, a destruição não é passiva. Os/as moradores se posicionam articuladamente para dizerem que não aceitam as imposições, o que gera conflito com a empresa, que reage derrubando barracos no acampamento, envenenando as plantações, agredindo os moradores através de funcionários de empresas de segurança, conhecidos historicamente como jagunços.

Em uma perspectiva abrangente, esse movimento revela-se parte de um processo maior, que é a recente articulação do espaço maranhense, em particular, e do amazônico, como um todo, à lógica de acumulação do capital em escala mundial, processo esse que se consubstancia mais claramente no conjunto dos empreendimentos viabilizados pelo Programa Grande Carajás (PGC). (SILVA, 2008, p. 138)

Desse modo, não há como citar a presença truculenta dos jagunços no território, por exemplo, sem explicitar a que lógica capitalista que esse processo atende. As ofensivas da Suzano Papel e Celulose representam o movimento de reestruturação do capital no campo, para sua reprodução em escala mundial, atendendo o mercado internacional. Para além dos ataques diretos, a empresa exerce pressão nos sujeitos da comunidade, na incerteza quanto à regularização fundiária da terra, tendo em vista que a simples presença de um empreendimento da magnitude da Suzano no território é suficiente para que muitos e muitas fiquem desesperançados.

Para se proteger, a comunidade se articula em suas bases organizativas, como o sindicalismo, junto ao associativismo, enquanto as formas históricas de organização e articulação política da comunidade. Essa forma de articulação constituiu e continua ocupando um lugar de destaque na representação dos trabalhadores/as da região, frente ao Movimento Sem-Terra, o MST. Este tem vasta atuação na região, coordenando centenas de ocupações, a exemplo do Acampamento Marielle Franco, na cidade de Itinga, localizado também na região amazônica do estado do Maranhão. Quanto ao caráter sindical de organização da comunidade:

O processo de organização dos trabalhadores rurais no Maranhão configura-se numa trajetória de lutas na qual emergiram entidades sindicais e associativas, com ativa presença de setores da igreja católica e, mais tarde, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Centro de Educação do Trabalhador Rural (CENTRU). (SILVA, 2008, p. 200)

No entanto, existem relações da comunidade com o MST, em que, por meio de representantes como Divina Lopes, dirigente nacional do MST e membro do setor de educação, já conduziu uma série de círculos de cultura para promover formação política junto aos membros da comunidade, bem como para que houvesse a troca de experiências. Por mais que o MST seja uma organização mais jovem do que o modelo sindical, existem associados/as na comunidade que tiveram suas primeiras experiências de luta e ocupações de terra, por meio do MST, o que demonstra que as estruturas tradicionais de ocupação da terra no campo continuam se ressignificando, bem como se articulando com outros movimentos sociais existentes, reconhecidos internacionalmente, a exemplo do MST.

Questões como as supracitadas reverberam a necessidade da luta pelo fortalecimento da reforma agrária, tendo em vista que a mesma também requer reconfiguração, pois foi pensada nos moldes das velhas elites agrárias do latifúndio. Contudo, como não se pode retroceder, as práticas de luta operam com base na agricultura familiar, o que representa um elemento de Emancipação Humana, na medida em que contribui para um novo modelo de sociabilidade.

É nessa direção, da Emancipação Humana, que a Comunidade Viva Deus caminha. O esperar, em Freire (1997), é o que mantém e sustenta a luta e a resistência no território, pois os sujeitos, de fato, trabalham por dias melhores. Fazem por onde, e não simplesmente esperam ser assentados. O meio que a comunidade tem encontrado para superar as situações-problema-desafios tem sido plantar, resistir e lutar. Tais práticas de articulação vão sendo construídas através da formação política.

3.5 Os interlocutores: uma breve definição

Os interlocutores da pesquisa são majoritariamente idosos, onde, no processo formativo, compreendem a categoria da Educação de Jovens, Adultos e Idosos. Desse modo, são sujeitos de aprendizagens e participantes de um movimento popular de luta pela terra, movimento esse responsável, por todo o processo formativo que ocorre entre os sujeitos. Assim, podemos caracterizar nossos sujeitos.

Dona Zizi, como é popularmente conhecida, diz respeito a Alzenira Texeira Sousa, casada com Antônio Alves de Sousa, representa luta e esperança para a

comunidade, pois, nos momentos em que a conjuntura não se mostra favorável para a comunidade, ela sempre está firme em seus ideais e objetivos no que se refere a conquista da terra. Assim, como outras companheiras de postura aguerrida, dona Zizi nunca faltava às reuniões de formação política, sempre opinando e participando de todas as tomadas de decisões, junto ao seu companheiro.

Dona Zenilde é como chamamos a vice-presidente da associação, Zenilde dos Santos Silva, é casada com Carmir Barbosa da Silva, que chamamos sr. Barbosa, e representa uma liderança importantíssima para a comunidade. Recentemente, ela lançou sua candidatura a vereadora pelo Partido Comunista Brasileiro, PCB, em Imperatriz. No lançamento, dona Zenilde agregou todas as pautas identitárias que diziam respeito a sua existência e que também representou as demais companheiras: mulher, negra, sem-terra, quebradeira de coco e agricultora. Além dessas questões, ela também trouxe a luta pela terra da Comunidade Viva Deus como o pano de fundo que rege todas as outras reivindicações, bem como trouxe visibilidade para as lutas travadas na Estrada do Arroz, que, segundo ela, necessitam de espaço na câmara de vereadores.

Gato Félix é quem chamamos o Sr. Félix Lima da Silva, e é uma liderança não só na comunidade, mas em toda região, pois, historicamente, sempre se fez presente em diversos movimentos de luta e pautas de reivindicação, sendo a luta contra o grande capital a mais importante e essencial para ele, sobretudo em processos de luta pela terra. Gato Félix é membro do Partido Comunista Brasileiro, da Unidade Classista e está sempre presente em rodas de discussão que buscam trazer melhorias para a classe trabalhadora na cidade de Imperatriz, seja em sessões da câmara de vereadores, seja na praça, na cidade, no campo ou onde sua presença for requerida pelos movimentos sociais. Ele também é membro da Comunidade Viva Deus, participa das tomadas de decisão e reuniões da associação, constituindo uma representação importantíssima para a comunidade, tendo em vista toda sua experiência de luta.

O fato desses sujeitos estarem mobilizados e possuírem compromisso com a luta, bem como os/as demais companheiros/as, decorre da questão da busca pela sobrevivência. Fator esse que, ontologicamente, constitui mulheres e homens. Na dimensão da busca por sobrevivência, a necessidade material é central, pois é ela quem os/as move na direção de melhores condições de vida, bem-viver, não somente de sobreviver. A busca de superação de obstáculos impostos pela lógica

estrutural capitalista, então, bem como da negação de terra para viver e plantar, água, e condições dignas de moradia, constituem-se como situações-problemas-desafio que movimentam a luta. Uma das maiores movimentadoras dos processos de luta se chama Alzenira Texeira Sousa, apresentada na imagem abaixo, chamada por Dona Zizi, e é uma das moradoras mais engajadas no processo formativo:



Figura 10 – Dona Zizi participando da Festa da Colheita (Acervo GEPEEP, 2018).

Ademais, a comunidade vive hoje nos limites da sobrevivência. Além das dificuldades enfrentadas por fatores externos, como o conflito com a Suzano Papel e Celulose, também existem conflitos de ordem interna decorrentes, principalmente, da chegada de novos/as acampados/as que causaram receio nos/nas acampados/as mais antigos, tendo em vista que hoje existem mais de 400 famílias, e o assentamento só está destinado para 130, o que é grande problemático, pois a terra deveria ser para todos/as.

4. DO MOVIMENTO DE CONSCIENTIZAÇÃO À AUTONOMIA PARA A EMANCIPAÇÃO HUMANA NA COMUNIDADE VIVA DEUS

O objetivo do presente capítulo é o de apresentar o movimento de construção, bem como a colaboração da Educação Popular para a Emancipação Humana, por meio da conscientização e da autonomia. Para tanto, serão abordadas as experiências de luta da Comunidade Viva Deus, a dimensão contraditória do movimento emancipatório aqui descrito, e, por fim, apresentar como a comunidade está resistindo às atuais situações-problema-desafios, por

meio do ato de plantar, para compreendermos as múltiplas dimensões dos fenômenos que emergiram durante a pesquisa-ação.

Assim, apresento alguns elementos, que surgiram no processo da pesquisa-ação: candidatura à câmara de vereadores/as da dona Zenilde; aumento da participação política; ocupação de outros campos e espaços de luta; maior visibilidade; compromisso com a luta coletiva; parceria com o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu; autonomia na construção de estratégias de ação coletiva; fortalecimento das relações de pertencimento com o território; o ato de plantar e sua significação na esperança; continuidade do desenvolvimento de círculos de cultura; fortalecimento de identidade; abertura para o diálogo; engajamento no processo formativo; construção da Festa da Colheita; revolta e denúncia à grilagem de terras; autorepresentação; formação de chapa para concorrer à presidência da associação; oficinas; festas como momentos de socialização; cursos de formação, bem como o exercício da plantação como superação das situações-problemas-desafio.

4.1 Experiências de luta da Comunidade Viva Deus: algumas práticas de resistência

Na Comunidade Viva Deus são os próprios membros que atribuem sentido às relações sociais, bem como atribuem significação à luta por terra, diante do cenário que compõe a Estrada do Arroz, o de uma ruralidade autoritária proveniente das velhas elites agrárias que estão em constante interrelação e reconfiguração com o capitalismo global, expressado pelo fenômeno da reestruturação produtiva, enquanto o processo de flexibilização do trabalho na cadeia produtiva, que se resignifica no campo.

Por meio da formação política desempenhada pelo grupo de extensão, a comunidade entende que plantar é crucial não só para a sobrevivência, mas também para a resistência, tendo em vista que se trata de uma agricultura predominantemente de subsistência. Plantar, então, sendo um resultado de superação da situação-problema-desafio apresentada pela comunidade, que é resistir no território, também se constitui como prática educativa de resistência. Desse modo, tal prática foi alcançada e significada por meio de trajetórias de luta, onde a roça, a plantação, bem como o ato de trabalhar na terra, são responsáveis por fortalecer a luta, como demonstra a imponente imagem abaixo:



Figura 11 – Roça de feijão (Acervo GEPEEP, 2018).

Nesse sentido, no dia 5 e 6 de dezembro do ano de 2018, ocorreu o VIII Encontro Regional das Quebradeiras de Coco Babaçu na Comunidade Tradicional Água Preta¹⁶ localizada na Cidade Amarante –MA. Da Comunidade Viva Deus, participou dona Zizi, dona Eunice e dona Terezinha, conhecida por Índia. Dia 16 de dezembro desse mesmo ano, o grupo de extensão se reuniu para avaliar o encontro. A partir do relato de dona Zizi, no encontro foi discutida a importância do coco babaçu para as comunidades que vivem da quebra e beneficiamento do mesmo, assim como a importância disso para o equilíbrio da natureza.

Dona Zizi relata que quando criança ia com a mãe quebrar coco babaçu na roça, mas que naquele tempo não era dada tanta importância como se dá hoje. Inclusive, a atribuição da importância ao babaçu de que fala dona Zizi, veio da luta das mulheres quebradeiras de coco babaçu, que vinculam trabalho e gênero, pela valorização dos seus modos de vida tradicionais e do uso do coco para a manutenção da subsistência.

Outro fator relatado foi o da descoberta de que em alguns territórios a coleta do coco é proibida pelos fazendeiros donos das terras, mas, até aquele momento a coleta era livre na comunidade. Os moradores da Comunidade Água

¹⁶ Tratou-se de um momento de articulação desempenhado pelas quebradeiras de coco, para preparação das mesmas para o VIII Encontro das Quebradeiras de Coco Babaçu, ocorrido nos dias 07 e 09 de fevereiro de 2019, com o tema “Mulheres quebradeiras de coco: Resistência nos babaçuais”, em São Domingos do Araguaia, no estado do Pará.

Preta, conforme dona Zizi, inclusive compram coco babaçu dos fazendeiros para o processo de beneficiamento, que é o aproveitamento dos derivados do coco. Por conta dessa problemática, a luta das quebradeiras é pelo livre acesso aos babaçuais, e está intimamente ligada por um sistema de cooperação entre trabalho e gênero.

Dona Eunice, por sua vez, que também participou do encontro, afirma que “eles trabalham juntos e tudo é de todos, da comida até o plantio dos alimentos na roça”, e que foi gratificante ver a força da união numa comunidade unida. Essa é uma percepção muito importante porque tais experiências colaboram para a construção de valores fundamentais para a luta da comunidade, bem como para a transformação social.

O encontrinho do qual Eunice, dona Zizi e dona Terezinha (índia), participaram, foi uma preparação para um evento de maior proporção, o Encontrão da Teia de Povos e Comunidades Tradicionais. Conforme relatoria elaborada pelas mulheres, o objetivo era trazer quatro eixos de discussão: terra, território, babaçu livre e educação conscientizada (emancipação política através da educação). Nesse sentido, a participação das mulheres da comunidade no diálogo acerca de tais temas, ressignifica a luta das mesmas, pois têm a terra e o território como aspectos centrais. Essa articulação é resultante da recente atuação em redes dos movimentos sociais, que buscam a unificação das pautas, fazendo com que as mulheres da comunidade consigam ultrapassar as fronteiras da Estrada do Arroz e alcancem visibilidade para a luta que travam.

No dia 03 de fevereiro de 2019, retornando o semestre que foi finalizado com a avaliação do encontrinho, iniciamos com um círculo de cultura na comunidade retomando as discussões acerca da instalação da energia elétrica na comunidade, que estava em curso e há muito tempo vem sendo negada para a comunidade pela Companhia de Energia Elétrica do Maranhão, a CEMAR, hoje Equatorial Energia. Cansada de tantas tentativas sem sucesso, a comunidade informa que resolveu, por conta própria, providenciar a compra de fios e instalar energia elétrica sem as devidas autorizações.

Enquanto grupo de extensão que atua nos limites de uma instituição pública de ensino, não havíamos como nos responsabilizar por quaisquer tomadas de atitude nesse sentido. No entanto, é importante ressaltar que a comunidade é soberana nos processos de decisão, qualquer que seja. Ademais,

a comunidade prosseguiu se mobilizando em direção aos processos legítimos de instalação, conforme o discutido nos círculos de cultura. Tratava-se de um momento onde a necessidade por condições materiais básicas de sobrevivência se sobrepôs ao que era legítimo ou não, do ponto de vista do que é autorizado pelo estado.

A movimentação, conforme relatoria, em busca do objetivo de ter energia elétrica, fez a comunidade percorrer caminhos contraditórios. Buscavam regularizar a situação junto à companhia de energia elétrica, mas também elaboravam um planejamento do orçamento da compra de materiais para a instalação, discutiam em assembleia a compra em conjunto para o transformador para o atendimento de necessidades básicas, o que compreendia o uso de uma máquina para o beneficiamento da farinha de mandioca. Ligações irregulares de energia costumam ser comuns em áreas economicamente pobres, e na comunidade, como demonstra a imagem abaixo, a iluminação é feita por lamparinas. Segundo a empresa de energia, a comunidade não pôde ser incluída no Programa Luz para Todos¹⁷ em decorrência da falta da titulação da terra.



Figura 12 – Lamparina iluminando a casa de uma moradora (Acervo GEPEEP, 2018).

Além da pauta referente à problemática da energia elétrica, no círculo de cultura também foi feito um resgate de conjuntura para compreendermos o momento em que vivíamos. Este, de sucateamento e desmonte das instituições

¹⁷ O programa social Luz Para Todos foi criado em 2003, durante o Governo Lula, com planos nacionais e estaduais e parcerias com a iniciativa privada, para levar energia elétrica para regiões que ainda não tinham acesso.

públicas, que refletia diretamente no nosso trabalho na comunidade. Nesse sentido, Gato Félix que também participou do momento, pontua que “o governo Bolsonaro chegou para privatizar tudo, onde 12 aeroportos já foram privatizados e ainda haviam 25 para serem privatizados”.

Por sua vez, dona Maria coloca que assiste aos jornais e que “não tem nada de bom para os trabalhadores da roça”, além de pontuar que ouviu falar de uma medida provisória onde os aposentados não teriam mais aumentos. Tais colocações demonstram que a comunidade busca informação acerca dos desdobramentos da política brasileira e debatem tais temas em grupo, para avaliar essas implicações em relação às suas pautas de reivindicação. Em decorrência da discussão, expuseram tais questões durante o círculo de cultura.

Além das situações-problema-desafios aqui apresentadas, nesse mesmo período, de fevereiro de 2019, a comunidade seguia plantando, sendo esse um resultado, uma estratégia de superação desenvolvida por meio da metodologia da situação-problema-desafio da formação política. Para o escoamento da produção, foi sugerido que a comunidade comercializasse os produtos na Feirinha da Beira Rio de Imperatriz/MA, organizada pelo Governo de Estado do Maranhão. Tratava-se de um espaço organizado para valorizar a agricultura familiar e com uma programação cultural para apresentar artistas da terra.

A comunidade, então, se mobilizou e se articulou com os/as demais companheiros/as para expor os produtos na feirinha. Foi um momento em que pudemos perceber autonomia principalmente as articulações, nas pesquisas acerca do preço de mercado da macaxeira, por exemplo. Conforme relatoria, o então presidente da associação Silvio, destacou uma preocupação com outro companheiro da comunidade, o sr. José Carlos, que estava passando por necessidades financeiras mesmo tendo uma plantação de macaxeira, pois não havia “despertado para lucrar da sua produção”. Nesse sentido, logo a comunidade se mobilizou para colaborar na comercialização da produção familiar do sr. José Carlos.

Contudo, é importante ressaltar que a presença da autonomia nas ações desempenhadas pela comunidade, foi alcançada a partir do trabalho de formação política, por meio da tríade do ensino, pesquisa e extensão do Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Popular – GEPEEP. Nesse sentido, a autonomia, por meio da conscientização, contribui para identificarmos e

superarmos a desumanização a qual a classe trabalhadora está submetida, a partir do próprio trabalho na perspectiva ontológica e histórica. Quanto à autonomia, Freire (1996) assegura:

A pedagogia da autonomia nos apresenta elementos constitutivos da compreensão da prática docente enquanto dimensão social da formação humana. Para além da redução ao aspecto estritamente pedagógico e marcado pela natureza política de seu pensamento, Freire, adverte-nos para a necessidade de assumirmos uma postura vigilante contra todas as práticas de desumanização. (FREIRE, 1996, p. 7)

A postura vigilante, a abertura do aspecto pedagógico ao político, bem como um registro do exercício da autonomia que nos fala Freire (1996), pode ser visualizado na comunidade por meio da candidatura à câmara de vereadores/as da dona Zenilde, que, também, decorreu do trabalho de formação política do GEPEEP que sempre estimulou a participação política junto aos movimentos sociais da região, a partir da premissa de que é necessário ocupar outros campos e espaços de luta, para além da comunidade, para que haja maior visibilidade da luta. Contudo, ela não conseguiu ocupar o cargo de vereadora.

No entanto, houve um processo de conscientização e de autonomia decorrentes de todo um caminho percorrido desde o início do desenvolvimento do projeto na comunidade, onde, ao chegarmos, não se utilizavam de todo o potencial de luta que tinham, sendo necessário que houvesse um processo formativo para o desenvolvimento de estratégias de resistência, tendo em vista que cultura do silêncio de que nos fala Freire (1981), estava presente:

Os analfabetos sabem que são seres concretos. Sabem que fazem coisas. Mas o que às vezes não sabem, na cultura do silêncio, em que se tornam ambíguos e duais, é que sua ação transformadora, como tal, os caracteriza como seres criadores e recriadores. Submetidos aos mitos da cultura dominante, entre eles o de sua “natural inferioridade”, não percebem, quase sempre, a significação real de sua ação transformadora sobre o mundo. Dificultados em reconhecer a razão de ser dos fatos que os envolvem, é natural que muitos, entre eles, não estabeleçam a relação entre não “ter voz”, não “dizer a palavra”, e o sistema de exploração em que vivem. (FREIRE, 1981, P. 41)

Desse modo, a comunidade necessitava perceber, conforme Freire (1981), a significação real de sua ação transformadora no mundo, pois as implicações da luta desempenhada num território como o da Comunidade Viva Deus, num cenário como o da estrada do arroz, permeada historicamente por conflitos de terra, é extremamente potente para colaborar com a construção da emancipação humana de toda a sociedade.

No processo de formação política ocorrida tanto na comunidade, bem como

por meio de reuniões na condição remota com o grupo de extensão, foi discutida a pertinência da candidatura da dona Zenilde para os objetivos da comunidade e que a grande questão emancipatória não está restrita a ocupar a cadeira na câmara ou sermos vitoriosas/os na eleição, mas sim no processo, bem como no ato de participar politicamente. Em função da nossa metodologia de trabalho, a importância está no processo, não no resultado.

Ou seja, por se tratar de um caminho que se faz ao ser trilhado, expressa a ideia de movimento, fluxo, onde existem, além de avanços, também recuos, limitações, desacordos, além de idas e voltas. A candidatura foi extremamente significativa, uma vez que, em reunião remota com o GEPEEP, ela pontua que aceitou se candidatar porque a comunidade necessitava de representatividade também na câmara de vereadores/as, pois, segundo ela, “vivemos lá jogados e abandonados pelo poder público”, quadro esse que só piorou após a saída do GEPEEP, segundo a mesma.

Para ela, a colaboração com a comunidade só se efetiva através de luta, e, em parceria com movimentos em que já participa, como a Unidade Classista. Esse relato demonstra que a dona Zenilde estava firme em seus ideais e com o compromisso com a luta coletiva e com seu próprio processo de constituição, tendo em vista, segundo Reis (2011), a importância da dimensão subjetivo-individual para a constituição também da comunidade.

A presente investigação considera que o movimento de conscientização para autonomia é parte do projeto de emancipação humana da Educação Popular, bem como colabora para o afastamento da consciência opressora que vive na consciência oprimida, para dar espaço para a formação da consciência crítica e emancipada, por meio da unidade dialética entre subjetividades e objetividades, como já mencionado. Assim, essa unidade é fundamental para processos de transformação social, pois, em Reis (2011), vemos que a individualidade e as relações sociais caminham lado a lado. Tal premissa, inclusive, demanda um processo formativo emancipador, que, aqui, está circunscrito nos fundamentos da Educação Popular, bem como na formação da autonomia por meio da conscientização política.

No contexto aqui apresentado, o alcance da Emancipação Humana, então, só se efetiva por vias da Educação Popular, num movimento que vai da conscientização para a formação de autonomia. Tendo isso em vista, a

emancipação humana, como já mencionado, é abordada no sentido da humanização do sujeito oprimido pelo modo de produção por meio de caminhos educativos. Esse movimento requer um movimento de construção social percorrido dialeticamente e é orientado pela busca de outro modelo de sociedade.

A candidatura da dona Zenilde, nesse sentido, demonstrou o movimento de Emancipação Humana se constituindo por meio da autonomia, da participação social, compromisso com a luta, processos de constituição humana, que é parte integrante de processos de transformação social. No entanto, é importante ressaltar que a candidatura, bem como o engajamento político-partidário não possui dimensão unicamente individual, mas também coletiva, tendo em vista a natureza coletiva do movimento do qual a dona Zenilde emergiu e que contribuiu para que ela participasse de uma eleição partidária.

Nesse sentido, a candidatura decorreu do processo de conscientização para o fortalecimento da autonomia das mulheres ocorrido na comunidade, principalmente após a parceria com o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB, pois hoje as mulheres estão presentes em todas as esferas da luta, não somente na doméstica, onde historicamente estiveram. Assim, mesmo que as mulheres estejam à frente de diversas frentes de luta, principalmente junto ao MIQCB, nos processos de decisão, elas também entendem que os homens são imprescindíveis no processo, uma vez que a Emancipação Humana, em totalidade, compreende homens e mulheres. A imagem abaixo representa a participação da comunidade nos movimentos sociais, bem como a ocupação de outros espaços de luta, onde a presente mobilização se posicionava contra a Reforma da Previdência:



Figura 13 – Mobilização contra a reforma da previdência (Acervo GEPEEP, 2019).

A parceria com o MIQCB foi de extrema colaboração para os processos de Emancipação Humana da Comunidade Viva Deus, principalmente no que diz respeito à formação de conscientização e à autonomia, pois as quebradeiras de coco possuem pautas de reivindicação semelhantes às da comunidade, tendo em vista que também lutam pela terra na medida em que lutam pelo livre acesso aos babaçuais:

Possuem um discurso de identidade que se expressa na busca do bem-viver, enquanto a cosmovisão e concepção de vida que as rege. Tal busca ocorre mesmo diante de uma conjuntura cheia de problemas e desafios, o que requer coragem e mobilização para a construção de autonomia, que, na esfera cotidiana da vida em comunidade, possibilita transformações e superação das dificuldades vivenciadas por elas. (BARROSO, FREITAS e FIGUEIREDO, 2021, p. 117)

Desse modo, a construção de autonomia enquanto a dimensão possibilitadora de processos de transformação, também pode ser encontrada na comunidade, uma vez que “são as necessidades básicas materiais de sobrevivência que levam tais mulheres a se organizarem politicamente, bem como os laços de solidariedade existentes entre si” (BARROSO, FREITAS e FIGUEIREDO, 2021, p. 119). Ou seja, a negação do acesso às condições materiais básicas de existência em função do modelo neoliberal de estado, demanda que a Comunidade Viva Deus, assim como na dinâmica das quebradeiras de coco, crie laços de solidariedade para conseguirem sobreviver, bem como para superarem os desafios apresentados pela esfera cotidiana.

Nesse sentido, a formação de parceria com o MIQCB, também contribuiu

para o fortalecimento da união e da coletividade nos processos decisórios que estavam em curso através dos processos de formação política. Nessa perspectiva, “pode-se inferir que as comunidades tradicionais têm um viés de convivência voltado para a unidade do grupo, de modo que seus membros estejam sempre em conexão uns com os outros” (BARROSO, FREITAS e FIGUEIREDO, 2021, p. 122).

Assim, a dinâmica de funcionamento de uma comunidade tradicional, circunscrita na cosmovisão das quebradeiras de coco, que é marcada pelo gênero enquanto a concepção que agrega as particularidades de um grupo constituído por mulheres possibilitou que a comunidade valorizasse a unidade dos membros e das membras, bem como reconhecesse a importância que isso tem na superação das situações-problema-desafios, o que não exclui a possibilidade de conflitos ocorrerem.

Esse movimento, desse modo, demonstra a autonomia e o protagonismo político dos sujeitos, das mulheres e dos homens na luta, que é constatado na medida em que a comunidade já reconhece que a conquista do assentamento depende da própria resistência, bem como estratégias de ação coletiva para o enfrentamento de uma série de ameaças de expropriação, que também demanda a ocupação de outros espaços de poder, para além do território da comunidade.

Na perspectiva da presença da autonomia, também houve fortalecimento das relações de pertencimento com o território, que já era sagrado para a comunidade, construído a partir do encaminhamento de superação da situação-problema-desafio expressa no ato de plantar. É plantando que a comunidade tem esperança de dias melhores, se fixam no território, dialogam sobre a produção, garantem a subsistência, compartilham a produção alimentar entre as/os companheiras/os, o que colabora para que continuem resistindo às ofensivas do capital, inscritas nas diversas ameaças de expropriação por parte da Suzano Papel e Celulose, que, segundo Freitas (2019), caso plantem, serão expulsos da terra.

Não obstante, o fortalecimento da autonomia também está presente nas articulações das estratégias políticas, na continuidade do desenvolvimento de círculos de cultura para reunir as/os companheiras/os, tendo em vista a ausência do GEPEEP presencialmente (fisicamente) no território, em função da pandemia e do distanciamento social. No que diz respeito às ações de fortalecimento, a comunidade demonstrou auto-organização no Tribunal dos Povos e Comunidades

Tradicionais¹⁸, onde a comunidade levantou, por meio do diálogo, coletiva e autonomamente, as próprias pautas de reivindicação a serem apresentadas.

Em decorrência de tais aspectos, houve fortalecimento de identidade, constituído a partir do trabalho coletivo do MIQCB e GEPEEP junto à comunidade, especialmente no que diz respeito ao reconhecimento da identidade das mulheres enquanto quebradeiras de coco. Segundo Gonçalves e Moura (2016, p. 02). “o sujeito constrói sua identidade por meio do processo de socialização”. Assim, as mulheres identificando que havia um forte vínculo ontológico com a quebra do coco, passaram a assumir sua identidade e se posicionaram a partir do reconhecimento com um grupo que luta em prol da mesma pauta: terra para viver e trabalhar.

Em 2018, por meio da articulação do MIQCB com as mulheres e homens da comunidade, ocorreu a Festa da Colheita, sendo este um momento importantíssimo de socialização e de exercício de autonomia, com o objetivo de diversificar a produção alimentar da comunidade, bem como a troca de experiência entre os acampados, o que fortalece a união, a coesão do grupo, bem como os processos de conscientização, tão obstaculizados pelos conflitos internos. Tratou-se, também, do desenvolvimento de místicas para o fortalecimento da luta e da coletividade, como demonstra a participação da comunidade, por meio do círculo de cultura, na construção de uma mandala que visou socializar a produção alimentar entre o grupo:

¹⁸ Tribunal dos Povos e Comunidades Tradicionais é organizado pela Campanha Nacional em Defesa do Cerrado, que, sob colaboração de diversos movimentos sociais, julga crimes contra o Cerrado e toda forma de vida existente nele, em preparação para o Tribunal Permanente dos Povos (TPP), que foi fundado em 1979 em Bolonha, na Itália. O Tribunal, fundado pelo advogado e senador italiano Lelio Basso.



Figura 14 – Comunidade contemplando a mandala construída coletivamente (Acervo GEPEEP, 2019).

A festa da colheita, nesse sentido, demonstrou conscientização e autonomia na articulação, por ter sido um momento de socialização e de construção. Assim, se expressou como importante ferramenta colaborativa para processos de Emancipação Humana, por se tratar de um movimento que demandava a articulação política da comunidade com outros movimentos de luta, como o MIQCB, que tanto contribuiu e contribui para os processos de formação política da comunidade. Assim, o movimento aqui apresentado demonstra o protagonismo político da comunidade na luta, que é constatado na medida em que a comunidade já reconhece que a conquista do assentamento depende da própria iniciativa e resistência, bem como do desenvolvimento de estratégias de ação coletiva para permanecerem na terra, como refletiu a construção da mandala:



Figura 15 – Mandala no centro do círculo de cultura (Acervo GEPEEP, 2019).

Os sujeitos da Comunidade Viva Deus, então, vão se constituindo enquanto sujeitos de aprendizagem dotados de autonomia e isso é construído nas práticas sociais existentes no movimento de luta popular pela fixação da terra no contexto em que estão inseridos, contexto esse que promove, também, o desenvolvimento do projeto de uma escola popular, a qual exerce funções pertinentes à dimensão político-pedagógica do processo.

Desse modo, é necessário aproximarmos a formação política desenvolvida na comunidade por meio do sistema freireano de educação em sua dimensão dialética, para que não negligenciemos questões que, mesmo conflituosas e conflitantes, são constitutivas do movimento histórico e dialético de funcionamento da dinâmica da comunidade, pois “a educação como a experiência basicamente dialética da libertação humana do homem, que pode ser realizada apenas em comum, no diálogo crítico entre educador e educando” (GADOTTI, 1998, p. 19, apud SCHMIED-KOWARZIK, 1983, p. 70).

A tradição dialética, então, não pode estar situada apenas no lugar de filosofia da linguagem ou uma maneira de complexificar o pensamento, mas em seu lugar de “em-sendo” (REIS, 2011), da humanidade em processo. A ideia de construção, de crítica e de libertação são alguns dos pilares de toda a obra freireana, onde, por exemplo, o movimento de alfabetização se constitui como base para a formação política. Alfabetização e politização, então, se complementam. A pedagogia da práxis, então, conforme Gadotti (1998), “procura

não esconder o conflito, a contradição, mas, ao contrário, os afronta, desocultando-os” (p. 28).

Desse modo, a formação de autonomia, o reconhecimento e fortalecimento da identidade, o protagonismo político das mulheres, dentre outros aspectos, fazem parte do movimento emancipatório em que a Educação Popular colabora no processo de construção. Desse modo, é importante afirmar que todo processo de transformação é contraditório e é uma dimensão que precisa ser considerada em processo educativo emancipador.

4.2 A dimensão contraditória do movimento emancipatório

O reconhecimento da dimensão contraditória do processo educativo foi crucial para que a comunidade se engajasse no processo formativo em curso, pois, ao chegarmos, nosso formato e metodologia de trabalho eram alvos de estranhamento. Isso era perceptível por meio de comentários, como: “quando a senhora vai escrever no quadro, professora?”. Após algumas rodas de conversas conseguimos desconstruir a ideia de aula enfileirada e a utilização do “quadro” como regra. Somente então, começamos a utilizar o quadro branco para o desenvolvimento das atividades e para que a comunidade também exercesse lugar de poder, escrevendo no quadro para as/os demais.

Porém, o estranhamento dos membros da comunidade ao se depararem com nosso método de alfabetização, já era esperado. “Excluídos não alfabetizados, quando buscam a alfabetização, tem em seu imaginário o modelo de escola na qual estiveram, evadiram, não permaneceram” (REIS, 2011, p. 70). Inclusive, essa é uma noção que também foi trabalhada no processo. Para nós, foi complexo, pois inicialmente não havia o reconhecimento do grupo a respeito da forma com que trabalhávamos. No entanto, como ocorre em quaisquer espaços educativos, foi necessário insistir e persistir na ideia, até começarmos a “colher os frutos”, como demonstra a imagem abaixo, mesmo diante do imediatismo e ansiedade da comunidade, mas também de nós, enquanto educadores, pois essa foi a lógica de compreensão que constituiu a todos e todas nós. Tais “frutos” dizem respeito à apropriação da comunidade em relação ao uso do quadro branco:



Figura 16 – Sr. Antônio se apropriando do quadro branco (Acervo GEPEEP, 2018).

Os frutos a que me refiro, foram se tornando visíveis na medida em que a comunidade se reconhecia nas práticas educativas, mantendo compromisso e responsabilidade na partilha do processo de formação, tendo em vista que a concepção dominante era bancária, ou seja, o professor era detentor de todo o conhecimento e iria transferi-lo aos alunos. Esperavam ávidos pelo que iríamos trazer da universidade. No entanto, logo o cenário foi modificado em direção a um processo em que havia ampla participação democrática.

O que antes era apenas um cenário de exclusão foi se tornando um lugar de vida, de partilha e acolhimento que tanto contribuíram para a construção dos processos de resistência. Foi justamente no processo de constituição, que os sujeitos reavivaram a luta. A relação contraditória entre trabalho e capital que permeia tais processos, também gera conflitos. Estes carregam consigo contradições, que também abre possibilidade para que haja superação.

A educação, portanto, “é um processo contraditório de elementos subjetivos e objetivos, de forças internas e externas” (GADOTTI, 1998, p. 24), a exemplo da utilização do quadro branco que se constituiu historicamente como um mecanismo de poder, onde só quem detinha o controle poderia utilizá-lo, no caso os professores (as). No contexto da Educação Popular desenvolvido na comunidade, o grupo se utilizou democrática e dialogicamente do mesmo, se apropriando de um espaço que pode e deve ser utilizado coletivamente. O quadro branco, então, se tornou ferramenta fundamental nas articulações e na formação

política, bem como na construção de espaços de socialização para imagens, fotografias, pinturas, dentre outras utilizações.

Nesse sentido, o trabalho na comunidade demonstra que “educar supõe transformar e não há transformação pacífica. Ela é sempre conflituosa. É sempre ruptura com alguma coisa” (p. 29). Ou seja, seria pretensão esperar que, no processo de formação de autonomia para emancipação, não houvesse conflitos. De ordem interna ou externa. Portanto, é com base nesse fato que trabalhamos. Houve momentos de latentes ofensivas da empresa de segurança da Suzano Papel e Celulose, os chamados monitoramentos dos jagunços, onde não havia como prosseguir com o círculo de cultura. No entanto, o processo formativo não poderia parar. E não parava, de fato.

Atualmente, os conflitos existentes na comunidade foram acirrados, pois são áreas especuladas pelos interesses de projetos de agronegócio e monocultura do eucalipto, que conta com massivo apoio do estado para estarem ali. A resultante desse processo se inscreve em práticas relacionadas à grilagem de terras na área, que são denunciadas pela comunidade, e ocorrem por parte de posseiros que chegaram recentemente ao território, o que leva à desaprovação dos demais enquanto um grupo e movimento organizado de trabalhadores, tendo em vista os danos que a grilagem causa. A situação, então, criminaliza a luta legítima da comunidade, onde, autonomamente, convocaram uma reunião e a pauta foi colocada na assembleia da associação que ocorre todo último domingo do mês.

Na discussão, os/as associados/as foram guiados/as por um forte sentimento de revolta, por temerem ser expropriados e acabar “perdendo” a luta de muitos anos, por conta da instalação de novas pessoas no território, que não estavam registradas no decreto para o assentamento. Nesse momento, muitos/as ameaçaram deixar a associação, se afastaram das/dos demais companheiras/os e um forte clima de tensão tomou conta da comunidade por vários dias e inclusive havia pouca presença nas reuniões de formação política do grupo. Nesse sentido, para Cheptulin (2014) “a relação dos contrários – a contradição – determina o movimento interno do fenômeno material, suas alterações não aparentes, de modo que lhe possibilite, em um dado estágio de seu desenvolvimento, tornar-se uma nova unidade” (apud CRUZ, BIGLIARDI & MINASI, 2014, p. 45). Essa nova

unidade, então, representa o movimento de transformação enquanto a resultante de práticas contraditórias.

O movimento da contradição inscrito na atitude dos moradores mais antigos em relação aos mais novos, constituiu uma situação-problema-desafio a ser trabalhada, tendo em vista que sabíamos de onde vinham as ofensivas: do grande capital, bem como da estrutura agrária brasileira que não garante terra para todos/as, não de alguns trabalhadores contra outros. O que ocorre, nesse sentido, é que a ótica da legislação do direito à terra não compreende o sentido sagrado da terra para as comunidades que lutam, bem como não possui a dimensão dos processos que emergem dos territórios. O conflito formado a partir da chegada dos “invasores”, como afirma a comunidade, refletia nas microrrelações existentes no cotidiano dos/das companheiros/as da associação, prejudicando laços de solidariedade já existentes.

Nesse sentido, é necessário ressaltar que a grilagem de terras é um crime cometido por quem registra a terra sem a devida autorização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, enquanto o órgão competente, e tem sido uma prática presente historicamente no cenário dos conflitos que ocorrem no campo, por parte de latifundiários do agronegócio, de posseiros, a partir do suporte bancada ruralista no Congresso Nacional enquanto a esfera do poder público que legitima tais práticas.

A grilagem não define e nunca definiu a luta. São práticas que movimentos legítimos de luta por terra sempre se posicionaram contra, a exemplo do Movimento sem Terra - MST, bem como da própria Comunidade Viva Deus. A grilagem, ainda, se expressa na apropriação do território por parte de invasores, por meio de cercas. As famílias que já estavam e lutavam pelo território ficam privadas de circular livremente por ele. É nesse momento que as concepções de ocupação territorial entram em conflito, tendo em vista que tais processos de colonização têm se sobreposto historicamente e afetado a comunidade.

O fato, dessa prática, estar presente no território em que está situada a comunidade e que prejudica a luta, desequilibrando o grupo não pode ser tomada isoladamente, pois está relacionada às condições de existência modo de produção capitalista, que provoca a imersão de alguns indivíduos numa realidade individualista e individualizada, distorcendo o real sentido da luta por libertação, que sempre foi claro para a comunidade.

A presença da grilagem não só na comunidade, mas em qualquer luta por terra, abre espaço para o aumento dos conflitos no campo. Inclusive, é esse o objetivo do grande capital: desarticular a luta e facilitar a entrada de grandes empreendimentos no campo. Com isso, também há a massiva substituição de camponeses sem-terra comprometidos com a luta coletiva, para a entrada de posseiros articulados com grandes empresários. Nesse aspecto, Rêses, Castro e Barbosa (2018), apontam que:

Sendo então a história um campo de desenvolvimento real das ações humanas concretas ditadas também pelas condições postas, essa história somente se realiza tendo como força o movimento dado pela contradição, pelo confronto interno de um duo oposto que é ao mesmo tempo negativo e positivo, tanto na realidade como no pensamento sobre essa realidade. Assim, a realidade se apresenta ao mesmo tempo como aparência e essência, alienação e emancipação, trabalho negativo e positivo, universal e particular, ética e moral, todo e parte, enfim. (RÊSES, CASTRO & BARBOSA (2018, p. 82)

Assim, é necessário apreendermos quaisquer fenômenos sociais, façam eles parte de lutas coletivas ou não, a partir de suas múltiplas determinações, o que requer uma constante vigilância epistemológica. Na Comunidade Viva Deus, existem momentos em que os sujeitos apresentam comportamento de grupo, mas em outros momentos não. Tal aspecto diz respeito a expressão da realidade objetiva, e é com base nela que devemos atuar.

Não obstante, o agir coletivo também possui papel central na constituição na autonomia, tendo em vista que as estratégias de luta e resistência só podem ser pensadas e elaboradas coletivamente, uma vez que não há como trabalhar a transformação social sem a participação de indivíduos autônomos, pensantes, emancipados, mas também contraditórios.

O próprio momento de desenvolver estratégias de luta possui em seu cerne o respeito às necessidades, as limitações, e, acima de tudo, a autonomia dos educandos. Na busca pela constituição da Emancipação Humana dos sujeitos, nesse contexto, a autonomia passa a ser considerada elemento base para toda a formação política dos sujeitos, uma vez que ela, a partir da literatura freireana, constitui o principal veículo para que possamos atingir níveis de Emancipação Humana.

A autonomia enquanto um elemento, categoria que assegura o desenvolvimento pleno dos educandos é fundamental na construção da emancipação humana, visto que a mesma contribui para processos de

reconhecimento e valorização dos sujeitos para que possam se reconhecer enquanto sujeitos políticos e protagonistas da própria história num cenário em que tiveram seus direitos historicamente negados e possam subverter a condição de opressão em que vivem.

No entanto, é necessário ressaltarmos que mesmo o processo de desenvolvimento da autonomia, também está sujeito à contradição. Na comunidade, tais questões demonstram que o homem é “linear e não linear. Contraditório e não contraditório.” (REIS, 2000, p. 77). A grilagem, então, seria a resultante da contradição, e sua superação só é possível no coletivo. Assim, práticas de posseiros que desarticulam as estratégias, não podem ser vistas simplesmente como falha de caráter ou como tirania, mas como reflexo da ofensiva do capital:

Como poderiam os oprimidos dar início a violência, se eles são o resultado de uma violência? (...) Inauguram a violência os que oprimem, os que exploram, os que não se reconhecem nos outros (...) Inauguram o desamor, não os desamados, mas os que não amam, porque apenas ‘se’ amam. (...). Quem inaugura a tirania não são os tiranizados, mas os tiranos. (...). Quem inaugura a força não são os que se tornaram fracos sob a robustez dos fortes, mas os fortes que o debilitaram. (..) São sempre eles os ‘violentos’, os ‘bárbaros’, os ‘malvados’, os ‘ferozes’, quando reagem a violência dos opressores.” (FREIRE, 2005, p. 47-48)

Assim, a violência, o desamor, a tirania, a força, a barbaridade não vem da comunidade ou até mesmo dos posseiros, bem como não vem das lutas dos povos por libertação, como muito se ouve falar. É inaugurada por quem detém o poder instituído, por quem manda e desmanda e por quem nos submete às condições desumanas de vida que hoje vivenciamos enquanto classe trabalhadora. Tais condições, no entanto, geram um contraponto dialético, pois temos vocação ontológica para superar tais situações-problema-desafios. Nesse sentido, contando a história da trajetória de luta do Centro de Cultura e Desenvolvimento Popular do Paranoá – CEDEP, Reis (2011) assegura:

Essa consciência das condições desumanas de vida, a que estavam submetidos os demais moradores, dá mais força e impulso ao grupo (...) São resultantes decorrentes das relações sociais contraditórias, de forças em embate, no conjunto das quais estavam inseridos: um modo de produção intrinsecamente excludente, marginalizante. (...). É nesse complexo de forças, nesse intrincado de contradições que esses jovens estão se constituindo e desenvolvendo-se historicamente. (REIS, 2011, p. 18-19)

Trata-se, então, de um embate de forças antagônicas. De fato, há opressão. Há marginalização. Mas também há resistência. Na comunidade, para

cada conflito, mesmo interno, há também um movimento de força e disposição para a continuidade da luta. Inclusive a procura pela universidade surgiu da necessidade de sair da letargia e da demanda por alfabetização, pois a não-alfabetização também enfraquece a luta. Tal modelo de formação necessitava ser “um processo de alfabetização que se configure contra ideológico a ideologia dominante”. (REIS, 2011, p. 48). Assim o fizemos.

Nessa perspectiva, pelo compromisso ontológico com o rompimento da lógica hegemônica, a Educação Popular pautada pela relação dialética entre capital e trabalho, possibilita a construção de caminhos para a transformação social, realizada com os sujeitos em constituição. Assim, por se tratar de um caminho, expressa a ideia de movimento, fluxo, onde existem, além de avanços, também recuos, limitações, desacordos, além de idas e voltas. Na comunidade, durante o tempo de formação política desenvolvido desde 2015, houveram também momentos em que a luta exigiu um passo para trás para dar um passo à frente, dada a complexidade do conflito.

Tais desacordos ocorrem porque estamos contaminados/as pelos valores individualistas do capital. No entanto, como um contraponto dialético, trabalhamos rumo ao alcance dos valores do trabalho, num movimento de superação, que se constrói caminhando e perpassa por processos de significação, que, por provocar profundas mudanças nas pessoas, as levam para um lugar onde nunca estiveram:

Concepção esta na qual se concebe o poder como se instituindo, que é instituído e se institui na, com e sobre as pessoas no conjunto das microrrelações do seu cotidiano, numa teia de relações que de uma dimensão micro se imbrica e está imbricada numa mesma teia de relações que tem dimensão macro (...). (REIS, 2011, p. 50-51)

Assim, é na busca de superação das situações-problema-desafios que o poder popular vai se constituindo dialeticamente, numa teia de relações que deve ser vista a partir do lugar que a luta da comunidade ocupa, no cerne dos interesses capitalistas por território. A partir das condições objetivas da totalidade de tais relações sociais, a comunidade vai construindo o próprio movimento de superação, da dimensão micro e macro se relacionando intrinsecamente. Reis (2011), se referindo ao Projeto Paranoá¹⁹:

¹⁹ Conforme Duques e Santos (2020), o Projeto de Alfabetização e Formação de Alfabetizadores de Jovens e Adultos de Camadas Populares-Projeto Paranoá da UnB, desenvolvido na cidade satélite

“O Paranoá é um micromundo de relações sociais, dentro do macromundo da totalidade das relações sociais. E nestas relações estão presente a luta histórica por fixação, os bens de serviço e a luta pela alfabetização de jovens e adultos. (...). Nessa significação e ressignificação do seu cotidiano estes sujeitos produzem dialógica e dialeticamente a sua história e de suas relações sociais: que é saber e ao mesmo tempo poder estar mobilizado/mobilizando minorias subvertedoras da subjetividade e objetividade hegemonicamente estabelecidas. Isso dentro das contradições presentes em nível macro das próprias relações sociais predominantes” (REIS, 2011, p. 202).

Eis o cenário que também encontramos na Comunidade Viva Deus. Reis (2011) assegura que, mesmo dentro das contradições, é possível haver a ressignificação da subjetividade. É possível haver superação. É exatamente esse o contraponto dialético que a comunidade nos apresenta. Ela resiste, não por uma simples escolha, mas pelo compromisso das pessoas com sua classe e por ser o caminho pelo qual precisa ser ontologicamente trilhado, para que haja libertação. As pessoas que compõem a comunidade, em sua maioria, são imigrantes que ali chegaram em busca de melhores condições de vida face à negação histórica dos seus direitos básicos de sobrevivência os quais a comunidade se vê forçada a lutar.

A luta e a resistência fazem parte de um componente do existir dos mesmos. A superação, bem como o caminho em busca da mesma, são duas faces de uma mesma moeda. Hoje, após o trabalho de formação política, a comunidade entende que se trata de um percurso, de uma trajetória que precisa ser intencional e coletivamente articulada, mesmo diante da dificuldade de seguir em frente.

É preciso ressaltar também, que a manipulação capitalista é velada. Ela quer que enxerguemos nossa/o companheira/o como nossa/o inimiga/o. O/a inimigo/a é oculto. Para a libertação e rompimento dessa lógica, é necessário autonomia e conscientização, enquanto as suas dimensões que possibilitam a produção e a reprodução da vida e da existência rumo à transformação social. Trata-se de uma compreensão que requer considerarmos a realidade objetiva

de Paranoá no Distrito Federal, surge em 1985, tendo sua origem articulada ao processo histórico da construção de Brasília, já que a cidade do Paranoá surgiu através de acampamentos de obras construídos com a finalidade, naquele período, de alojar os trabalhadores que atuavam na construção da barragem formadora do Lago Paranoá. O projeto é desenvolvido pelo GENPEX, Grupo de Ensino-Pesquisa-Extensão em Educação Popular (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos) e Estudos Filosóficos e Histórico-Culturais. Segundo o Forumeja.org.br, o grupo foi constituído em abril de 2000, é o desdobramento da parceria entre o Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá - CEDEP e a Universidade de Brasília - UnB.

concreta dos sujeitos, que é complexa, contraditória e dialética. Não a realidade que gostaríamos que existisse.

Trilhar esse caminho, por vezes, tortuoso, então, está circunscrito numa busca que não tem fim, que é contraditória e que se refaz a todo tempo, o que reflete algo que é próprio do existir humano: a busca da completude, mesmo na incompletude. Ainda, é um caminho que requer estratégias, a exemplo de plantar, elaboradas intencionalmente para que a comunidade alcance o objetivo do assentamento, na medida em que o território é a principal condição para se ter uma vida digna.

4.3 “Plantando na esperança de sair a terra”: Como a comunidade tem resistido?

É importante ressaltar que o fato da comunidade ainda não ter sido assentada, está diretamente vinculado com a instalação da empresa Suzano Papel e Celulose no território destinado para o Projeto de Assentamento, na qual tem interesse na área para o plantio de eucalipto. Essa realidade demanda um movimento de articulação e de elaboração de estratégias. É nesse cenário que a Educação Popular, por meio da Educação de Jovens, adultos e idosos, atua em totalidade, devendo atender às necessidades que esse contexto apresenta. As práticas educativas emancipadoras, então, devem estar inseridas no seio das práticas sociais do espaço em que estão inseridas. Essas, de luta e resistência.

Nesse sentido, nos últimos anos, as Comunidades Tradicionais, bem como a Comunidade Viva Deus, passaram a se articular com outros grupos comunitários que tem reunido indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, seringueiros, pescadores, dentre outros coletivos, acompanhando o movimento de luta de outros espaços, construindo o processo de emancipação humana. Tais articulações têm ocorrido em redes e demanda a consciência, por parte das comunidades, que é preciso se mobilizar junto às demais.

Essas articulações tomam forma em eventos que objetivam a socialização de experiências que reúne todos esses povos, como por exemplo, o Encontro da Teia dos Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão²⁰ que também existe

²⁰ Segundo a organização do VI Encontro, a Teia de Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão é uma articulação entre indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, ribeirinhos, quebradeiras de coco, sertanejos e geraizeiros em busca do Bem Viver para todos e todas. Atua,

no Piauí e na Bahia e a Articulação Camponesa de Luta pela Terra e Defesa dos Territórios²¹, como demonstra a imagem abaixo. Trata-se de um movimento político de articulação e engajamento das comunidades em processos autônomos, e, juntas, vão construindo caminhos de superação para os problemas vivenciados, causados pelo modo de produção hegemônico e excludente.



Figura 17 – Participação da comunidade na Teia de Povos e Comunidades Tradicionais na aldeia São José, do povo Krikati, em Montes Altos – MA. (Fonte: Acervo CIMI, 2018).

A Comunidade Viva Deus, então, vai caminhando junto às lutas mais consolidadas, a exemplo dos povos indígenas e quilombolas. A comunidade, em seu espaço de autonomia, constrói maneiras de viver – social, econômica, política e culturalmente – que dependem do território em que estão e de como se relacionam com ele e com seu entorno. Nesse sentido, o que leva a Comunidade Viva Deus a se articular, decorre da situação-problema-desafio de permanecer e resistir no território ocupado, pois estão lá há mais de 17 anos. São pessoas, em sua maioria, idosas. Além disso, a comunidade, ainda não é autossustentável. A produção de elementos agrícolas desenvolveu-se com mais determinação e intensidade após o incentivo e colaboração do “Projeto Escola Comunidade Viva Deus” com o GEPEEEP/UFMA.

ainda, contra o agronegócio da soja, cana-de-açúcar, eucalipto; contra os projetos de geração de energia à custa da destruição de modos de vida; contra projetos governamentais.

²¹ É por meio da Articulação Camponesa de Luta pela Terra e defesa dos Territórios, que as comunidades camponesas apoiadas pela CPT, resistem, fazem lutas políticas e interlocuções com os órgãos públicos (através de reuniões e audiências públicas).

Enquanto uns sujeitos expressam a temeridade que sentem em relação aos empreendimentos locais que ameaçam a conquista da terra, a exemplo da Suzano Papel e Celulose, outros já relatam preocupações relacionadas à agricultura, o que cultivar, e, com base nisso, foi produzido um texto coletivo que uniu essas duas situações, que, para Freitas (2019), teve como resultado a palavra geradora plantação:

Plantar para que haja a produção de feijão, macaxeira, batata, mamão, tomate, cebola, chuchu, cheiro verde, milho, banana, amendoim, cana para caldo, cupu, quiabo, pimenta malagueta, alface, pimentão, cenoura, beterraba, jiló, batata doce, melancia, fava e a cultura, que é o caju. E o fumo que é vendável também. Coco da praia e o maracujá. (FREITAS, 2019, P. 53)

Freitas (2019) aponta que os sujeitos não podem plantar no território ocupado por conta de ameaças vindas da empresa Suzano Papel e Celulose, que se utiliza da “imprudência” dos moradores para impedir que estes plantem, já que plantar é uma forma ancestral de fixação do território em que pretendem ser assentados. Essa situação-problema-desafio, então, não pode estar à mercê dos assuntos discutidos nos círculos de cultura. É necessário, nesse sentido, que o diálogo esteja presente em sua dimensão dialética. Plantar, conforme a experiência de Freitas (2019) foi a palavra geradora que permitiu que a comunidade continuasse resistindo às diversas afrontas da Suzano Papel e Celulose.

O povo tem vontade de trabalhar, mas a empresa Suzano põe na cabeça do povo que se plantar vão ser expulsos da terra. É importante conscientizar a educação para o plantio. E o povo perde o medo. (FREITAS, 2019, P. 53)

Em função do acirramento do conflito, em reunião com o grupo de extensão sob o formato remoto, a comunidade, em especial Sr. Barbosa, companheiro da dona Zenilde, apontou que, hoje, existiam “três polos” de força de atuação na comunidade, e que a atual situação era de descaso em relação às ações da representação legal da associação. Parte da comunidade, especialmente, o grupo dos participantes do processo de formação política, não se sentiam representados pela postura do presidente da associação, que, a partir do relato da comunidade, foi percebido que se distanciou dos objetivos da coletividade desde o período de eleições, sendo este um período onde interesses individualistas de caráter eleitoreiro costumam estar em ênfase. De fato, estavam, conforme a comunidade expressa.

Diante da existência desses “três polos”, a comunidade viu a necessidade da formação de uma chapa para concorrer à presidência, pois o presidente já possuía 11 anos ocupando o cargo, e, de acordo com o estatuto que rege a associação, “no associativismo isso não existe”, conforme sr. Barbosa. No entanto, mesmo vendo a necessidade, sr. Barbosa pontuou a impossibilidade da formação da chapa, “pois o número de pessoas aptas para votar era insuficiente e havia bastante fragmentação”. Esse fato, então, constitui-se como uma situação-problema-desafio.

A necessidade de formação da chapa foi sentida pela comunidade por conta dos novos acampados que não eram legitimados juridicamente como os que estavam há mais tempo e se sentiram ameaçados de expropriação, pois o INCRA só pode assentar quem está registrado documentalmente. Ou seja, 130 famílias. Assim, a comunidade passou a se resguardar por meio dos documentos do processo de assentamento, para que não sofressem “penalidades”, por parte do órgão, a exemplo de expropriação.

Desse grupo, dona Zenilde pontua que “os homens da comunidade são duros, mas estão moles”, se referindo ao receio apresentado pelos homens, à formação da chapa por falta de quórum para votação. Pontua, ainda, conforme a relatoria, que se sente “fortalecida junto às outras mulheres, mas que nada conseguiam sozinhas e precisavam também dos homens nessa luta”, sendo este um forte registro de construção para a emancipação humana. Eis um nível de conscientização jamais alcançado na comunidade e que ocorreu a partir de formação política.

Conforme a relatoria, o grupo de extensão (formado pela comunidade e universidade) pontuou que a formação da chapa não visaria apenas a vitória, mas sim manter posição, e para mostrar que ainda estão firmes na luta por meio de todo um trabalho de movimentação política de articulação e manutenção. Nesse aspecto, o momento de crise e de conflito se fez oportuno para a possibilidade de construção de um movimento de superação, a partir da situação-problema-desafio apresentada.

Para tanto, também foi discutida a necessidade de manter diálogo ativo com o INCRA, com o sindicato e, não menos importante, com os próprios companheiros da comunidade, que são quem estão na trincheira de luta sentindo com mais força os efeitos negativos da desunião e da fragmentação dos

processos de luta em “polos”, como descreve a comunidade. Trabalho coletivo também foi uma saída apresentada pelo grupo.

Dito isso, a comunidade também pontua que especialmente no período de pandemia, “todo o trabalho de formação política realizado pelo GEPEEP, está por um fio”, em função dos conflitos existentes, mas que continuavam se articulando, realizando círculos de cultura para dialogarem a respeito das situações-problemas-desafios vivenciadas e aqui descritas. Um exemplo da continuidade do trabalho é o da articulação do intercâmbio com Tribunal dos Povos e Comunidades Tradicionais, a partir da própria iniciativa da comunidade, em seu espaço de autonomia, junto ao MIQCB e ao GEPEEP.

Tais fatores demonstram autonomia e conscientização, bem como a saída da consciência ingênua para a consciência crítica, pois, mesmo diante da contradição e da oposição de contrários expressa na existência de “três polos”, por meio do processo de formação política, a comunidade possui consciência de que é necessário que todos os polos se movimentem politicamente para que haja emancipação humana. Em suma, a comunidade demonstrou autonomia na articulação e em situações em que o GEPEEP não poderia intervir em função da pandemia, o que aponta que o movimento de Emancipação Humana vem se constituindo.

A autonomia, bem como a constituição de processos de conscientização continuam se fazendo cotidianamente na comunidade. Na articulação para o Tribunal dos Povos e Comunidades Tradicionais, onde, junto ao MIQCB e demais organizações sociais nacionais e internacionais, a exemplo do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais ou *World Rainforest Movement (WRM)*²², dona Zenilde acolheu o grupo em sua casa a fim de que dialogassem a respeito do caso que seria apresentado pela comunidade no tribunal, como demonstra a imagem abaixo:

²² Conforme o site do movimento, a WRM decorre de uma iniciativa internacional que visa contribuir com lutas, reflexões e ações políticas de povos que dependem da floresta, indígenas, camponeses e outras comunidades do Sul global.



Figura 18 – Circulo de cultura entre a comunidade e diversas organizações sociais (Acervo GEPEP, 2019).

Essa reunião ocorreu no dia 26 de fevereiro de 2019, por meio do intercambio e mediação do GEPEEP e do MIQCB, e foi iniciado com a metodologia da água, que consistia em cada um e cada uma apresentar quais as águas ou qual o rio os/as levou até aquele momento. O rio Itapecuru conduziu o sr. Ceará, Eliene, Edileuza, sr. Francisco das Chagas e o sr. Antônio Carlos, o rio bonito conduziu o sr. José Carlos, o Tocantins conduziu Carlos Silva, Eunice Lima, o rio Pindaré nos trouxe a dona Zizi e o sr. Raimundo Nonato, o rio “codozin” conduziu o sr. Domingos e o rio Mearim nos trouxe o Gato Félix.

A visitante Lice estava presente representando o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais ou *World Rainforest Movement* (WRM), é uruguaia e foi trazida pelos rios Uruguai, La Plata e Santa Luzia. Mayron Régis representou o Fórum Carajás²³ e estava presente para discutir e informar sobre a dimensão do conflito que parte da monocultura do eucalipto. Luana estava presente representando a organização Amigos da Terra²⁴, que luta em prol da soberania dos povos e em defesa dos territórios e foi levada pelo rio Guaíba e Comandaí, no Rio Grande do Sul.

²³ Conforme matéria veiculada pelo <https://fundobrasil.org.br>, o Fórum Carajás nasceu da necessidade de articular organizações, produzir e divulgar material de produção científica, de caráter político e ambiental que subsidiasse sindicatos, movimentos sociais e comunidades sobre os impactos relativos à implantação de projetos e políticas na região, especialmente a expansão na fronteira agrícola.

²⁴ Trata-se de uma organização ambiental sem fins lucrativos, anticapitalista, em defesa da soberania e dos direitos coletivos dos povos.

Esse riquíssimo intercâmbio, naquele momento, conforme relatoria, possuía o objetivo de trazer o diálogo a partir da realidade de cada sujeito, em caráter de denúncia, conforme o que vivenciam diante da monocultura do eucalipto. Rosa, representando o MIQCB, pontua que o momento era delicado em função da conjuntura sociopolítica provocada pelo governo Bolsonaro, que caminha em direção contrária à Reforma Agrária, o que requer mobilização. Ali, então, estava sendo criada uma rede de apoio e fortalecimento em favor da policultura²⁵, conforme frisado.

A comunidade se manifestou a partir de fala do sr. Gato Felix: “Trouxemos a UFMA, a UEMASUL e o GEPEEP e iniciamos a educação com o método freireano que nos deu forças, mas vieram pessoas que se agregaram aqui e carregaram nosso presidente da associação.”. Essa fala demonstra a consciência da importância da extensão universitária e como esta colabora para a resistência e luta da comunidade, bem como revela o afastamento do presidente da associação dos objetivos da comunidade. Ademais, ele completa: “A junção é importante para fortalecer nossa luta de trabalhadores”, reverberando a importância da união e da rede de apoio e fortalecimento que estava sendo proposta.

Seguindo a mesma perspectiva, sr. Barbosa pontua que “o MIQCB tem nos ajudado, tem nos dado apoio, para que tenhamos o entendimento da união”, onde “precisamos de agilizar essa conclusão da terra”. A fala também apresenta níveis de conscientização, expressa no reconhecimento do quão a união é importante em contextos como o da comunidade, e o reconhecimento também de que houve um percurso para tanto, mas sem deixar se perder o objetivo de estarem ali: “a conclusão da terra”, conforme o sr. Barbosa. Aqui, inscrito no apoio do MIQCB alcançado por meio do processo de formação política do GEPEEP.

Com base nisso, Rosa pontua que “agir para resolver a situação das comunidades é responsabilidade do INCRA”, e que “precisamos de unificação, para além da união”. Naquele momento, conforme o diálogo era necessário pressionar o INCRA, pois “entra ano e sai ano e nada acontece”. Para tanto, sr. José Carlos pontua que “essa unificação serve para nos fortalecer, e todos nós precisamos compartilhar nossas situações”.

²⁵ É a prática de se cultivar (ou criar) vários tipos de plantas (ou animais) no mesmo terreno. Cultiva diversos produtos em uma área.

Referindo-se aos últimos acontecimentos na comunidade e algumas situações de venda de terra, Rosa alerta que “o errado é fácil e rápido”, mas não é isso o que define a luta e nem mesmo a comunidade, quando nos referimos ao grupo de educandos da formação política, face aos novos moradores. Em relação à posse da terra da comunidade, foi feito, também, um resgate da presença histórica dos empreendimentos que ali estão presentes, como o Projeto Celulose do Maranhão - CELMAR, vendida para a Vale S.A, que, por sua vez, foi vendida para a Suzano Papel e Celulose.

Quanto à falta de celeridade na regularização do processo de assentamento, foi deliberado no círculo de cultura que uma denúncia deveria ser feita ao Ministério Público Federal, o MPF, para averiguar os tramites do processo. Para tanto, se fazia necessária uma ação para obrigar o governo federal, por meio do INCRA, a concluir o processo. Os elementos que comporiam a ação seriam “o desmatamento nas nascentes pelos invasores”, o odor causado pelo processo de industrialização da Suzano, as barreiras jurídicas e o envenenamento das águas, conforme frisado.

Ditas tais questões, as representantes das organizações presentes, pontuam que “a empresa sempre vai querer dividir”, mas é necessário resistência, tendo em vista a riqueza do nosso território e o fato de que “o estado do Maranhão é detentor de mais de boa parte dos recursos hídricos da região nordeste”. Sr. Barbosa pontua que foi “graças ao GEPEEP, fomos aprendendo a ler e tivemos formação agrícola”. Assim, o intercâmbio foi finalizado com a importância da alfabetização e da escola na formação política.

Quando questionados/as acerca de onde tiram força para continuar lutando, o sr. Antônio Vaz também presente afirma que “a força vem dos nossos companheiros”, como demonstra o momento de fortalecimento do círculo de cultura ilustrado na imagem abaixo, e dona Zizi afirma que retira força “plantando na esperança de sair a terra”. É importante ressaltar que a esperança de dona Zizi vem do esperar freireano, e não da espera vã. Em Freire (1997), esperar é agir e fazer acontecer. Trata-se, ainda, de uma experiência de desocultação da verdade.



Figura 19 – Momento de fortalecimento promovido pelo círculo de cultura (Acervo GEPEP, 2018).

Portanto, a luta em defesa da reforma agrária faz parte de um projeto de sociedade, que nasce no campo, no seio dos movimentos sociais e dentre àqueles que não se sentem representados/as pelo atual modo de vida. A comunidade planta, mesmo com todas as dificuldades, para produzir a continuidade da própria existência, bem como de todo o conjunto da sociedade.

A significação de plantar na esperança de sair a terra, para Silva (2008) traduz-se na reafirmação da função social da terra através de seu uso de forma produtiva pelas famílias incorporadas nos diversos assentamentos existentes, bem como em ocupações de terra, caso da comunidade. É uma luta que colabora para toda a sociedade, não só por quem está diretamente nas trincheiras de luta. A existência de conflitos é *sine qua nom* de um território contraditório como o da comunidade. É importante ressaltar que não se pode deslegitimar a luta por conta dos problemas existentes.

As situações-problema-desafios aqui trabalhadas, dizem respeito às situações impostas pelo grande capital e que estão presentes em lutas e processos de resistências. Dentre elas estão condições desfavoráveis no acesso às condições materiais básica de sobrevivência, como moradia digna, dificuldades de liberação de crédito e de implantação de infraestrutura ou ausência de segurança alimentar. O argumento do estado é o de que para haverem políticas públicas destinadas, é necessário que haja titulação da posse, o que é amplamente dificultada.

As denúncias por parte da comunidade em relação às irregularidades praticadas pelo presidente da associação culminaram na procura ao MPF que ocorreu dia 11 de novembro de 2019. Segundo o Sr. Antônio Vaz, membro da comunidade e interlocutor da pesquisa, “é necessário que o documento da denúncia priorize tais irregularidades”, que, segundo dona Eunice, “já passou do tempo dele ser afastado”, conforme o estatuto da associação. Sr. Barbosa, por sua vez, pontua que “a maior necessidade é que o INCRA corte a terra, mas isso tem sido prejudicado pelo presidente da associação, porque há falta de decoro”. As queixas da comunidade, nesse sentido, destinam-se à falta de espaço de fala nas assembleias da associação, o que demonstra o nível de autonomia em que se encontra, pois querem dialogar, querem participar do processo dos tramites da associação, mas estão tendo esse direito negado em decorrência do conflito existente.

Podemos citar o exemplo da atual conjuntura, pois, mesmo diante de uma pandemia mundial, as pessoas estão se manifestando em prol de diversas pautas necessárias à continuação da nossa existência. Enquanto sujeitos produtores da própria história, a Comunidade Viva Deus luta por terra. É em busca dela que veem a necessidade de esperarem para a superação de um modo de produção que não contempla as necessidades humanas.

Após o período de preparação para o Tribunal dos Povos e Comunidades Tradicionais do início de 2019, a comunidade participou de um momento de articulação em São Luís/MA junto ao MIQCB, e, após retornarem, em reunião na universidade com o grupo de extensão e participação do Prof. Dr. Renato Hilário dos Reis, coordenador do Projeto Paranoá, afirmam que foi uma rica experiência e que “se a gente não lutar pela terra que a gente tanto luta, a gente vai perder”. Dona Zenilde, por sua vez, afirma: “Hoje fui na casa do povo e tudo trancado, aí desci do ônibus e o motorista me advertiu que estão sabendo que fui para São Luís para resolver coisa da terra e eles (Suzano Papel e Celulose) estão atrás”. Completa: “A Suzano está com todo o poder na mão e estão prontos para agir”.

A comunidade tem força para lutar, mas isso não exclui o medo, que se faz presente. Medo de serem ameaçados, mortos, atacados ou criminalizados pela empresa, tendo em vista que o Maranhão é um dos estados que possui maior número de mortes por conflitos de terra presente em suas estatísticas. Conforme o último relatório da Comissão Pastoral da Terra, como ilustra a imagem do convite

do lançamento abaixo, nunca tivemos tantas mortes no campo desde 1985, em decorrência da violência do capital. No entanto, o medo não paralisa as lutas. Elas continuam.



Figura 20 – Convite para o lançamento do Relatório anual dos conflitos no campo (Fonte: CNBB, 2020).

Após retornarem da articulação para o tribunal dos povos, dona Zenilde afirma que: “é uma reunião de muitos povos e eu vi que tem gente em situação pior do que a nossa”. A troca de experiências realizada com o intercâmbio com outras comunidades é importantíssima para que a comunidade não se sinta isolada, saiba que faz parte de um projeto amplo de sociedade, que transcende a necessidade por assentamento, bem como o limite territorial da comunidade. Esse entendimento, essa consciência fica claro com a afirmação de que “estou aprendendo mais, isso me dá esperança”, por parte da dona Zenilde, sendo a questão da esperança, recorrente na postura da comunidade.

Ainda sobre o tribunal, o encaminhamento citado foi o da necessidade de reunir documentos do processo de assentamento, vídeos e fotos de abusos cometidos pela empresa, a fim de que isso resguarde a segurança física e jurídica da comunidade. Segundo Dona Eunice, “esse é um jeito de conquistar a terra pra gente”. Assim, mesmo que a atual conjuntura sociopolítica dificulte ainda mais os processos de regularização fundiária, a comunidade, em seu espaço de autonomia, é consciente do caminho que percorrem e devem percorrer rumo à Emancipação Humana. Esta, inclusive, transcende os processos de reforma agrária, bem como os processos de assentamento. No entanto, tratam-se de elementos, práticas de

resistência fundamentais para a construção da mesma.

5. O PRODUTO DA PESQUISA

5.1. Produzindo um e-book



Figura 21 – Capa e Contracapa do e-book (Fonte: a autora, 2021).

Será produzido um manual pedagógico organizado em e-book, contendo um girassol na capa, sendo este um símbolo dos movimentos sociais do campo, bem como da Educação do Campo, contendo temas discutidos no círculo de cultura da Comunidade Viva Deus, para ser útil às atividades de cursos de graduação, pós-graduação, grupos de pesquisa e ensino, que se guiam pelos pressupostos epistemológicos da educação popular, que é tão obstaculizada pela condição remota.

O PPGFOPRED (Programa de Pós-Graduação em Formação Docente em Práticas Educativas), conforme descrição da apresentação do site oficial do programa, promove ampla problematização da prática pedagógica, integrando a pesquisa científica e o desenvolvimento de metodologias de ensino e construção de práticas interculturais e interdisciplinares em ambas as linhas de pesquisa.

Para tal desenvolvimento, é necessário que haja construções de estratégias pedagógicas que contemplem a realidade sociocultural da classe trabalhadora imperatrizense, maranhense, habitantes do campo ou da cidade. Ainda conforme a descrição do programa, as estratégias didáticas, nesse sentido,

devem estar organizadas num produto educacional para contribuir com a realidade em que estamos inseridos.

O presente produto, então, está inserido na lógica de compreensão da linha 2 do programa de mestrado: Pluriculturalidade, Interculturalidade e Práticas Educativas Interdisciplinares, bem como é uma exigência do PPGFOPRED, tendo sido construído com base em saberes pluriculturais, interculturais e interdisciplinares, que considera a educação popular como um mecanismo para entendermos a realidade maranhense. Dessa forma, o produto é uma exigência dos mestrados profissionais, que objetivam formar um pesquisador que tenha contato com a prática profissional, a fim de que teoria e prática andem lado a lado. Essa interrelação, desse modo, precisa estar presente nos princípios que antecedem a construção do produto.

O produto do Mestrado profissional é regulamentado pela portaria normativa Nº 17, de 28 de dezembro de 2009 e possui o objetivo de regulamentar o Mestrado Profissional no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O que importa é que ele (1) conheça por experiência própria o que é pesquisar, (2) saiba onde localizar, no futuro, a pesquisa que interesse a sua profissão, (3) aprenda como incluir a pesquisa existente e a futura no seu trabalho profissional. Nada disso é trivial. O terceiro ponto é, por sinal, razoavelmente difícil. Por isso, o MP não pode ser entendido como um Mestrado facilitado. (ANPG, 2019)

Desse modo, a afirmação da Associação Nacional de Pós-graduandos veio da necessidade de posicionamento diante da premissa de que o mestrado profissional é facilitado principalmente em relação ao acadêmico. No entanto, a exigência de um produto colaborativo em relação à comunidade onde está sendo construído e para a qual se destina, é fundamental para visualizarmos o grau de complexidade do mestrado profissional, especialmente por demandar, por suas próprias condições, que teoria e prática caminhem juntas.

Dessa maneira, a proposta de funcionamento do presente produto, para além de uma exigência da CAPES ou dos mestrados profissionais, atende aos pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa-ação, enquanto uma metodologia de pesquisa que pressupõe a resolução das situações-problemas apresentadas pelo objeto da pesquisa. Para tanto, objetiva-se a construção de um e-book por ter acesso facilitado mesmo em período de pandemia, podendo ser utilizado tanto de maneira remota quanto presencial.

A capa do e-book irá trazer um girassol, pois é símbolo de movimentos sociais do campo e uma flor que traz esperança de dias melhores, ao passo em

que se movimenta de acordo com a localização do sol. Na Comunidade Viva Deus, todos e todas buscam lugar ao sol de maneira compartilhada. É importante que o girassol seja o símbolo da luta por terra. Do campo virão dias melhores. Para tanto, a comunidade esperança, lutando e plantando.

É exatamente essa luta que constará no documento. Inicialmente em PDF e posteriormente organizado no formato e-book para democratizar o acesso virtualmente, uma vez que vivemos em pandemia. Em função do distanciamento social como um método de enfrentamento no período em que vivemos, os grupos de ensino, pesquisa e extensão não estão se reunindo presencialmente, seja na universidade, na comunidade, na escola ou em quaisquer espaços físicos que demandem aglomeração.

No entanto, encontros estão ocorrendo virtualmente, seja por meio da plataforma *Google Meet*, *StreamYard* ou *Zoom*. Nesse espaço, por meio da articulação existente entre o GEPEEP e demais grupos que se utilizam dos fundamentos da educação popular, objetiva-se apresentar o e-book de modo que colabore para processos de formação política, a partir do conteúdo dos temas que foram alvo de discussão na Comunidade Viva Deus, por meio do círculo de cultura.

Na capa, como já mencionado, constará a figura de um girassol, em sua dimensão altamente simbólica. No centro constará o título do presente trabalho de dissertação: “PLANTANDO NA ESPERANÇA DE SAIR A TERRA”: Experiências de luta em Educação Popular e Emancipação Humana na Comunidade Viva Deus. Em cada pétala, uma palavra geradora emergida nos círculos de cultura realizados no período de experiência da presente pesquisa.

A apresentação das palavras geradoras, inicialmente, servirá para introduzir o leitor, relacionando ao poema de Thiago de Mello, acerca do conteúdo do material que ele irá se deparar. Pode ou não se sentir identificado. No entanto, considero que são temas fundamentais para toda reflexão que se orienta por processos de luta e resistência no campo. Ademais, será organizado, inicialmente, por cinco sessões explicativas que se alternarão com fotos:

1. sessão: Breve histórico da Educação Popular na comunidade;

1.2: Definição e dinâmica de funcionamento do círculo de cultura;

2. sessão: O ato de plantar enquanto significação do esperar freireano para a conquista da terra: produção do texto coletivo;

- 3. sessão:** Experiências de luta dos enfrentamentos da Comunidade Viva Deus;
- 4. sessão:** Resignificação das palavras geradoras: significação da emancipação na perspectiva na conscientização e da autonomia
- 4.1 Diálogo em sua dimensão dialética;
- 4.2 Pertencimento com o território e fortalecimento da identidade;
- 4.3 Formação e participação política
- 4.4 Luta Coletiva e ocupação de espaços;
- 4.5 Autonomia/Emancipação na construção de estratégias.
- 5. sessão:** Considerações Finais: A importância da palavra geradora na superação de situações-problema-desafios

Para introduzir o e-book será elaborado um prefácio contendo memórias e experiências que antecederam a construção dos elementos que constam no e-book. Visando facilitar a identificação do leitor com a temática proposta, tais experiências estarão circunscritas em sua dimensão subjetiva, pontuando de que modo me relaciono com a pesquisa e do porquê considero o ato de plantar e se relacionar com a terra, tão importante em contextos de lutas populares como a luta da Comunidade Viva Deus. Ainda na introdução, haverá um poema de Thiago de Mello, faz escuro, mas eu canto:

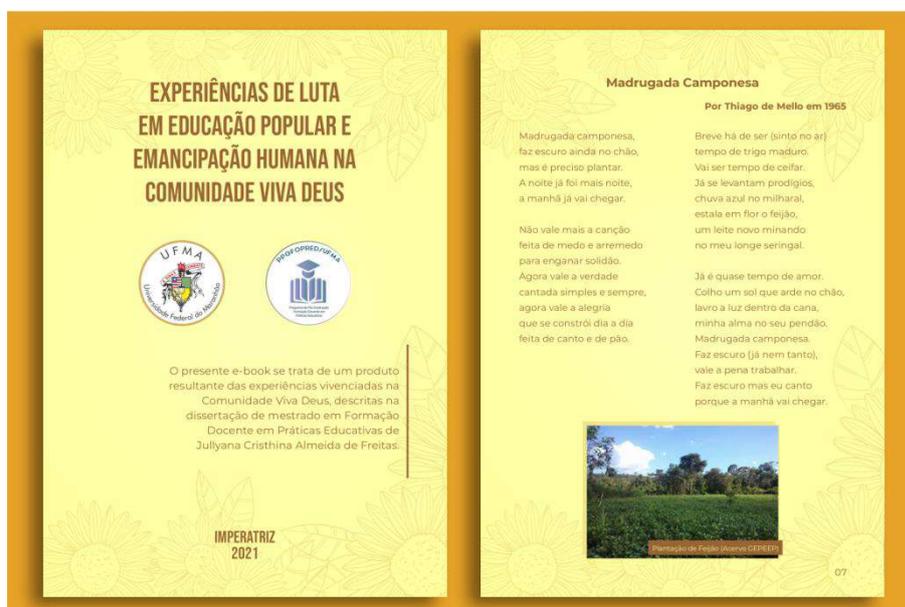


Figura 22 – Identificação e poema presentes no produto (Fonte: a autora, 2021).

Além da importância de situar subjetivamente o tema, no prefácio também é necessário que as sessões sejam contextualizadas conforme os resultados da pesquisa que constam no trabalho de dissertação. Desse modo, o leitor poderá

compreender a relação que os elementos descritos possuem com o a análise presente no trabalho em totalidade.

Ademais, haverá um sumário de apresentação para facilitar a identificação dos elementos, que, por sua vez, estarão organizados em sessões. Após o prefácio e o sumário, haverá um parágrafo introdutório de apresentação do tema, que possuirá o objetivo de descrever quais caminhos percorri para alcançar os elementos descritos. Esse caminho, então, será apresentado brevemente por meio dos procedimentos metodológicos utilizados. Em suma, o e-book contará com capa, contracapa, ficha catalográfica, sumário com as sessões, apresentação com notas para o leitor, uma breve introdução contextualizando brevemente como os elementos foram identificados e construídos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conscientização, a autonomia, bem como práticas emancipatórias, está presente na comunidade, na fala dos sujeitos, bem como nas práticas educativas desenvolvidas. O esperar de Freire (1997), nesse sentido, também está presente nesse movimento de constituição, sendo ele a vida acontecendo, é a filosofia pano de fundo para a luta e para a resistência. Sem esperar, a comunidade não consegue continuar trilhando o caminho. Isso, inclusive, fica claro, na voz dos sujeitos e as palavras que acompanham as reflexões. A comunidade é lugar de conflito, de contradições, mas também um lugar de vida, de existência e de partilha, como demonstra o sorriso das crianças na imagem abaixo:



Figura 23: Crianças da comunidade (Acervo GEPEEP, 2018).

Junto ao GEPEEP, vivenciei diversas experiências formativas junto à comunidade e junto à universidade que tinham como base refletir sobre a construção de caminhos que colaborem para a libertação da classe trabalhadora empobrecida pelo modo de produção que clandestiniza a Educação Popular por meio da perseguição aos movimentos sociais junto às suas articulações políticas. No momento, o grupo de extensão está afastado presencialmente da comunidade em razão da pandemia, do distanciamento social como forma de enfrentamento e da falta de segurança, que ameaça a integridade física dos/as participantes do projeto escola.

Assim, é possível depreender que as estratégias de luta e resistência refletivas coletivamente nos círculos de cultura por meio dos processos de formação política do projeto escola, foram cruciais para que a comunidade se apropriasse de seus espaços, de seu direito à palavra, bem como da dimensão do esperar, que, mesmo sempre presente, era apagada em função da violência do sistema capitalista que invisibiliza a luta, bem como quaisquer modos de vida que não contribuam para a reprodução do mesmo. Para além de tais alcances, a comunidade também contou com certificação de alfabetização, que culminou com um momento de celebração como ilustra a imagem abaixo, tendo possibilitado a leitura de importantes documentos da associação, bem como do processo de assentamento:



Figura 24: Celebração de certificação (Acervo GEPEEP, 2018).

Assim, as oficinas, os círculos de culturas, a festa da colheita, como um importante momento de socialização ilustrado na imagem abaixo, bem como as manifestações e ocupações de espaços de poder para além do território da comunidade, contribuem para a construção de caminhos que colaboram para os processos de transformação social. Além destes, vale reafirmar a importância dos cursos de formação, bem como o exercício da plantação como superação das situações-problemas-desafio, que em muito colaboraram para a formação da conscientização e da autonomia, fundamentais da construção de caminhos para a Emancipação Humana.



Figura 25: Festa da colheita (Acervo GEPEEP, 2018).

Os sujeitos da comunidade, então, vão se constituindo como um coletivo que aponta outras saídas e outras alternativas. Nesse movimento de constituição, o capital interfere de todas as formas, principalmente na organização e articulação política da comunidade. Aqui, denominados conflitos internos. Estes, prejudicam a luta, mas são fatores reais, históricos na luta por terra e fazem parte das múltiplas determinações que compõem a comunidade.

O conceito de luta por terra e de territorialização²⁶, que estão intimamente ligados à utilização da agricultura familiar como estratégia de resistência como demonstra a figura abaixo, estão para além de processos de regularização fundiária. Embora necessários, passam a ser ampliados e vistos como fundamentais nos embates geradores de processos de transformação social. Como mencionado, a terra se constitui como um elemento fundante para pensarmos a existência humana em suas múltiplas dimensões.



Figura 26: Roça de feijão II (Acervo GEPEEP, 2018).

A Comunidade Viva Deus, em seu espaço de autonomia enquanto protagonista da constituição da Emancipação Humana demonstra que também é parte do movimento dialético da contradição, uma vez que os sujeitos, mesmo apresentando posicionamento de grupo e de coletividade na resolução dos problemas, demonstrando emancipação, mas também alienação, que em nada contribui para com a luta.

²⁶ Diz respeito às formas e organização e reorganização social do espaço.

Desse modo, podemos inferir que, na Comunidade Viva Deus existe elementos de Emancipação Humana, na medida em que a comunidade demonstra autonomia, união, movimento coletivo e de grupo, como retrata a imagem abaixo de um momento da festa da colheita, e que, de fato, são sujeitos políticos da regularização fundiária do território em que vivem. No entanto, trata-se de um despertar, ao nível da consciência, alcançado a partir de todo um trabalho de formação política com a Educação Popular na comunidade.



Figura 27: Participantes da Festa da Colheita (Acervo GEPEEP, 2018).

Portanto, busquei apresentar tais questões sob a colaboração da pesquisa, na perspectiva na Educação Popular, para o processo de Emancipação Humana dos sujeitos da Comunidade Viva Deus, que se concretiza por meio do ato de plantar, verificando de que modo a Educação Popular pode contribuir para a formação e constituição humana de trabalhadores/as agricultores/as familiares, por meio do ato de plantar: a principal estratégia de resistência utilizada.

Para tanto, foi necessário investigar a perspectiva freireana de Emancipação Humana, buscando o que foi transformado na atuação política de sujeitos jovens e adultos trabalhadores e agricultores familiares na Comunidade Viva Deus, principalmente para deixar claro qual perspectiva de emancipação, o presente trabalho defende, apresentando como ocorre o movimento de construção da conscientização para a autonomia na Comunidade Viva Deus.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T.W. **Educação e Emancipação**. In: ADORNO, T.W. Educação e Emancipação. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento. Fragmentos Filosóficos** (1947) (Dialektik der Aufklärung – Philosophische Fragmente). Acesso em: 25/05/2020.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Conhecimento tradicional e biodiversidade: normas vigentes e propostas**. v. 1. Manaus: Programa de Pós-Graduação da Universidade do Amazonas - UEA/ Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia/Fundação Ford/ Fundação Universidade do Amazonas, 2008.
- AMBROSINI, T. F., **Educação e Emancipação Humana: Uma Fundamentação Filosófica**. Thaumazein, Ano V, Número 09, Santa Maria (Junho de 2012), pp. 40-56.
- ARROYO, M. G. **Os Movimentos Sociais e a construção de outros currículos**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 55, p. 47-68, jan./mar. 2015. Editora UFPR.
- BARROSO, Betânia Oliveira Barroso. FREITAS, Jullyana Cristhina Almeida de. FIGUEIREDO, Lilian Rolim. **Quebradeiras de coco babaçu do estado do Maranhão: repertórios de luta e resistência**. REVISTA DEBATES INSUBMISSOS, Caruaru, PE. Brasil, Ano 4, v.4, nº 12, jan./abr. 2021.
- BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari, K. **Investigação qualitativa em educação**. Tradução Maria J. Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo M. Baptista. Porto, Portugal: Porto Editora, LDA, 1994.
- BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 9ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- CALDART, Roseli Salete. **Educação FREIdo Campo: notas para uma análise de percurso**. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64, mar./jun.2009
- CONTEMPORÂNEOS, Agenciamentos. **Michel Thiollent - Repensando os fundamentos da Pesquisa-ação**. Youtube, 2020. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=PoEynzBggMY&t=1s>>.
- CORRÊA, Aline Mesquita. **Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul: pedagogia da alternância e possibilidades emancipatórias** / Aline Mesquita Corrêa. – Santa Cruz do Sul, 2016.
- COSTA, Elenice Rabelo. **Pedagogia do Oprimido: Interrelações entre educação, formação e consciência emancipatória** [recurso eletrônico] / Elenice Rabelo Costa. – Limoeiro do Norte, 2017.

COUTINHO, Suzana Costa. **A práxis educativa popular**. Theoria - Revista Eletrônica de Filosofia Faculdade Católica de Pouso Alegre. Volume 04 - Número 10 - Ano 2012

CRUZ, Ricardo Gauterio Cruz; BIGLIARDI, Rossane Vinhas. MINASI, Luis Fernando Minasi. **A dialética materialista de Paulo Freire como método de pesquisa em educação**. Conjectura: Filos. Educ., Caxias do Sul, v. 19, n. 2, p. 40-54, maio./ago. 2014

DANTAS, V. L. A. **Dialogismo e arte na gestão em saúde: a perspectiva popular nas Cirandas da Vida em Fortaleza**. 2010. (Tese de Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2010 P 40 - 41

DANTAS, Vera Lúcia; LINHARES, Ângela Maria Bessa. **Círculos de Cultura: problematização da realidade e protagonismo popular**. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. II Caderno de Educação Popular em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. p.73-80.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e informação qualitativa: aportes metodológicos**. 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

DOWBOR, Ladislau. **Paulo Freire e a revolução digital: a pedagogia do oprimido, hoje, tem um horizonte digital?**. ano 8 | edição 8. Edição Especial I - Centenário Paulo Freire Revista Unifreire, 2020.

FALKEMBACH, Elza Maria Fonseca. **Diário de campo: um instrumento de reflexão**. In: **contexto e Educação**, nº 7, Juí: Injuí, 1987.

FERNANDES, Sabrina. **Pedagogia crítica como práxis marxista humanista: perspectivas sobre solidariedade, opressão e revolução**. Educ. Soc., Campinas, v. 37, n. 135, p. 481-496, 2016.

FRANKLIN, Adalberto. **Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz** / Adalberto Franklin. — Imperatriz, MA: Ética, 2008.

FREIRE, Ana Maria Araújo. **Pedagogia do compromisso: América Latina e educação popular**. Indaiatuba, SP: Villa das Letras, 2008.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez, 1980.

_____. & SHOR, I. (1986). **Medo e Ousadia**. 10ª ed. RJ, Paz e Terra.

_____. (1987). **Pedagogia do Oprimido**. 27ª ed. RJ, Paz e Terra.

_____. **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (Org.). **Teoria e educação no labirinto do capital**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

_____. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**; [tradução de Kátia de Mello e Silva; revisão técnica de Benedito Eliseu Leite Cintra]. – São Paulo: Cortez & Moraes, 1979. Disponível em: Acesso em: 02 de abril de 2019.

_____. **Educação como prática da liberdade.** São Paulo: Paz e Terra, 1967.

_____. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido.** Paz e terra, 1997.

_____. **Pedagogia do oprimido.** 48ª reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009

_____. **Cartas à guiné-Bissau: registros de uma experiência em Processo.** 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

_____. e ENGELS, F. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. HORTON Myyles. **O caminho se faz caminhando: conversas sobre educação e mudança social.** 2 ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2003.

FREITAS, Jullyana Cristhina Almeida de. BARROSO, Betânia Oliveira. **As contribuições da Educação Popular de Paulo Freire para a Emancipação Humana nas produções de dissertações de mestrado e teses de doutorado dos últimos cinco anos (2015 – 2019).** In: ZAPAROLI, Witembergue Gomes; ALVES, Antonio Sousa (org). Estado da arte em educação: volume 1 / PPGFOPRED / Rio Branco: Nepan, 2020.

FREITAS, Luciane Albernaz de Araújo; FREITAS, André Luiz Castro. **Freire e Marx, os caminhos da dialética: ação e reflexão para transformação.** In: COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE - Educação como prática da liberdade: saberes, vivências e (re) leituras em Paulo Freire, 8., 2013, Recife. Anais... Recife: Centro Paulo Freire - Estudos e pesquisas, 2013.

GADOTTI, Moacir (1998): **Pedagogia da práxis**, 2.ª ed., São Paulo, Cortez.

GADOTTI, Moacir. **Um mapa de navegação em tempos obscuros.** ano 8 | edição 8. Edição Especial I - Centenário Paulo Freire Revista Unifreire, 2020.

GAMA, Zacarias. **Ciência & luta de classes digital.** Ano I Vol.2 N°2. P 46-55, 2015.

GONÇALVES, Thaís; MOURA, Paula Nascimento da Silva. **Literatura Infantil e Identidade: Análise da obra "O cabelo de Lelê".** Revista Científica da FHO|UNIARARAS, Araras -SP, v. 4, n. 1, p. 1-9, set. /2016.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** São Paulo Martins Fontes, 2013.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes.** (Trad) Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70 LTDA, 2007.

KANT, Immanuel. **Resposta à Pergunta: que é o Iluminismo?** In: _____ A paz perpétua e outros opúsculos. (Trad.) Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 2009.

KONDER, Leandro. **O que é dialética?** —. São Paulo: Brasiliense, 2008. — (Coleção. Primeiros Passos: 23). 6a reimpr. da 28. ed. de 1981

KOSOKAWA, Wagner. PINI, Francisca Rodrigues. LOUREIRO, Geovana. SANTOS, Eloisa Gabriel dos. ABREU, Janaina M. **Educação popular como práxis político educativa: um projeto em disputa.** ano 8 | edição 8. Edição Especial I - Centenário Paulo Freire Revista Unifreire, 2020.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola.** In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 1998.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo, Ed. Moraes, 1991.

LUCAKS, Gyorgy. **História e consciência de classe.** Porto: Escorpião, 1974 [edição brasileira: São Paulo: Martins Fontes, 2003].

MARTIN, Caroline. **Suzano Papel e celulose inicia operações da Unidade Imperatriz.** Revista O Papel, Imperatriz, janeiro de 2014

MARTINELLI, M. L. **Notas sobre mediações: alguns elementos para sistematização da reflexão sobre o tema.** Serviço Social e Sociedade. (nº 43), 1993.

MARX, Karl. **A miséria da filosofia.** São Paulo: Global, 1985.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política.** São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção “Os Pensadores”)

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-filosóficos.** Trad. de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.

MESQUITA, Benjamin Alvino de. **O desenvolvimento desigual da agricultura: a dinâmica do agronegócio e da agricultura familiar.** São Luís. EDUFMA, 2011

MÉSZÁROS, István. **A montanha que devemos conquistar.** São Paulo: Boitempo, 2015.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 10º ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2007.

MORAES, Josiane. MARTINELLI, Maria Lúcia. **A importância categoria mediação para o serviço social.** XX Seminário latinoamericano de escuela de trabajo social, 2012

MOREIRA, Gilvander Luís. **A luta pela terra em contexto de injustiça agrária [manuscrito]: Pedagogia de emancipação humana? Experiências de luta da CPT e do MST / Gilvander Luís Moreira.** - Belo Horizonte, 2017.

OCHOA, Luz Maceira. **El sueño y la práctica de sí - Pedagogía feminista: una propuesta.** México, D.F.: El Colegio de México, Centro de Estudios Sociológicos, Programa Interdisciplinario de Estudios de la Mujer, 2008.

OLIVEIRA, Rita de Cássia Magalhães de. **(ENTRE) LINHAS DE UMA PESQUISA: o Diário de Campo como dispositivo de (in)formação na/da abordagem**

(Auto)biográfica. Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos, vol. 2, nº 4, 2014

PIRES, Marília Freitas Campos. **O materialismo histórico-dialético e a Educação.** Interface — Comunicação, Saúde, Educação, v.1, n.1, 1997.

REIS, Renato Hilário dos. **A Constituição do Ser Humano: Amor-Poder-Saber na Educação/ Alfabetização de Jovens e Adultos** - Campinas, SP: Autores Associados, 2011

REIS, Renato Hilário dos. **A constituição do sujeito político, epistemológico e amoroso na alfabetização de jovens e adultos.** 2000. 245 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/251411>>. Acesso em: 25 jan. 2020.

RÊSES, Erlando da Silva; CASTRO, Mad'Ana Desirée Ribeiro; BARBOSA, Sebastião Cláudio. **Contribuição do materialismo histórico e dialético para o estudo da EJA.** In: RODRIGUES, Maria Emília de Castro; MACHADO, Maria Margarida (org.). Educação de jovens e adultos trabalhadores: produção de conhecimentos em rede. Curitiba: Appris, 2018.

RIOS, Guilherme Veiga. REIS, Renato Hilário dos. **Alfabetização de adultos, como linguagem-desenvolvimento do ser-humano.** Emancipação, Ponta Grossa, 16(2): 205-217, 2016.

SANTOS, Adaildo Pereira dos. **O bicho está em todo lugar: estratégias, políticas de resignação e resistências na Estrada do Arroz / Adaildo Pereira dos Santos.** – São Luís, 2016. 117f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Cartografia Social e Política da Amazônia, Universidade Estadual do Maranhão, 2016.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **O que temos para historicizar, destacar e prospectar nos 100 anos de Paulo Freire?** ano 8 | edição 8. Edição Especial I - Centenário Paulo Freire Revista Unifreire, 2020.

SILVA, Linalva Cunha Cardoso. **Quebradeiras de coco babaçu, organização e mobilização política no lago do junco e lago dos rodrigues, região do Médio Mearim (MA): A experiência da fábrica de sabonete.** 2018. Dissertação (Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia) Universidade Estadual do Maranhão, 2018.

SOUZA, Karla Tereza Amelia Fornari de. **Educação do Campo e Emancipação Humana: As contribuições do Projovem Campo – saberes da terra (edição 2008), em Pernambuco'** 22/08/2014 151 f. Mestrado em Educação instituição de ensino: Universidade Federal da Paraíba/João pessoa, João pessoa biblioteca depositária: biblioteca central da UFPB.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação.** São Paulo, Cortez, 1985.

TIBOLA, Naiara Gracia. **Emancipação Humana na proposta educacional do MST / Naiara Gracia Tibola.** – Blumenau, 2015.

ZACCARELLI, Laura Menegon; GODOY, Arilda Schmidt. **Perspectivas do uso de diários nas pesquisas em organizações**. In: Scielo - Cad. EBAPE.BR, v. 8, n. 3, Rio de Janeiro, set. 2010.

ZANELLA, José Luiz. **Considerações sobre a filosofia da educação de Paulo Freire e o Marxismo**. Quaestio - Revista de Estudos em Educação, Sorocaba, v. 9, n. 1, p. 101-122, 2010.

ZANETTE, M. S. **Pesquisa qualitativa no contexto da Educação no Brasil**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 65, p. 149-166, jul./set. 2017

ZIMMER, Sérgio Antônio. **Manacorda e Mészáros: o papel da educação escolar no processo de superação da sociedade de classes**. 2018. 175 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2018.

ANEXOS

REUNIÃO GEPEEP E COMUNIDADE: 20/07/2020

De antemão, percebeu-se que as situações-problema-desafios prementes eram a criação da chapa para o fortalecimento da Comunidade Viva Deus e a indignação da comunidade diante da calúnia e difamação imposta ao grupo e, em especial à pessoa da Prof.^a Betânia. Assim, seguiu-se uma reunião bastante tranquila, inicialmente, pautando a atual situação de vida da comunidade diante da pandemia.

Desse modo, a professora Betânia deu início à reunião citando os informes acerca da construção coletiva do portfólio contendo os registros das vivências e ações na comunidade, bem como pontuou que o movimento de estamos reunidos naquele momento ocorreu de uma demanda do Marcos, que pontuou a importância de realizarmos alguma atividade prática junto à comunidade, tendo sido reverberado pelo Kiko.

Após os informes, o grupo os questionou se alguém havia sido atingido pela COVID-19, como a comunidade está emocionalmente diante de tudo e como estão se cuidando. Sr. Barbosa respondeu prontamente que a situação atual permanecesse de descaso em relação às ações da representação legal da associação, o que vem causando um processo de fragmentação da luta. Além disso, ele pontuou a impossibilidade que a comunidade tem de montar uma chapa, pois o número de pessoas está muito reduzido e há bastante fragmentação.

Fora os sujeitos da comunidade, que estão desde o início, existem outros 70 de chegada recente e não estão legitimadas juridicamente. Mas, no entanto, não há para quem reclamar, pois quem manda e desmanda é o presidente da associação. Nesse aspecto, a Prof.^a Betânia reiterou a ilegalidade da presença de novos associados, pois não está havendo votação, e pontuou a importância dos documentos para resguardar a comunidade no processo de assentamento, pois o INCRA e o sindicato é quem irão intervir.

Posteriormente a isso, Sr. Barbosa fez um comentário sobre a permanência ilegal do Silvio na diretoria da associação. Já se passaram 11 anos, e, pelo estatuto, só é permitido 1 ano. Afirmou ainda, que “no associativismo isso não existe”. Não obstante, a comunidade foi questionada pelo grupo sobre quem eram os sujeitos que estavam conosco na luta, tendo sido citados Pedro Sena, Dona Terezinha, Raimundão, Dona Edvirgens, Neguim, Ceará, dona Zizi, Chico

Gato, Gato Felix, José Carlos e Eunice, bem como outros. Destes, principalmente de cada casal, somente um é associado e tem poder de voto, e, portanto, não haveriam votos para a vitória da chapa.

No entanto, o grupo pontuou que a formação da chapa não visa apenas a vitória, mas sim manter posição, mostrar que ainda estão firmes na luta por meio de todo um trabalho de movimentação política de articulação e manutenção. Nesse aspecto, o momento é muito oportuno. Após essa fala, Jullyana reiterou a importância de manter relação com o INCRA e com o sindicato, mas não só isso. Manter relacionamento com os companheiros, seguir com as reuniões também é crucial. João também completou a fala dizendo que isso só se faz com trabalho coletivo.

No que se refere a questão de todo o trabalho de formação política realizado pelo GEPEEP, para o Sr. Barbosa, “está por um fio”, mas que a comunidade iria sim retornar às articulações coletivas em seu galpão, que, durante o intercâmbio do tribunal dos povos, serviu para abrigar as reuniões com as pessoas que estão ao nosso lado.

Nesse sentido, o grupo pontuou que fragmentação existem 3 polos, onde 2 estão se movimentando. Portanto, é necessário que o nosso polo também se mova. Ademais, o grupo pontuou que esse é momento de a comunidade mostrar autonomia nas articulações e nós não poderíamos intervir.

No que diz respeito às acusações dirigidas ao grupo, ao MIQCB e à Prof.^a Betânia, por parte do ofício elaborado pelo presidente da associação e encaminhado à direção da UFMA, sr. Barbosa pontua que é necessário que haja uma defesa mais incisiva, “na barra da justiça, segundo ele, onde devemos questionar se o documento foi assinado legalmente, caso não, a denúncia não procede. Nesse sentido, a Prof.^a Betânia pontua que foi uma difamação extra UFMA, que está aguardando um momento oportuno para uma conversa conciliadora com o presidente, antes de tomar uma decisão na justiça.

Mas, no entanto, pontua que é necessário que a comunidade encare essa situação como um enfrentamento para a desconstrução, tendo em vista que algumas pessoas acreditam no que foi inventado. Desse modo, e reiterando a essencialidade da chapa, onde, dona Zenilde e dona Zizi estão dispostas a tomar partido, o grupo pontua que pode ser uma ação transformadora não

necessariamente de vitória, mas de articulação política. Entretanto, havendo vitória, melhor ainda.

O encaminhamento da reunião foi o de deixar a comunidade em seu espaço de autonomia para realizar tais articulações, marcar o dia da reunião com os demais e nos informar o andamento das deliberações para que possamos marcar uma nova reunião, mesmo em formato remoto. No entanto, a próxima reunião com a comunidade foi marcada para o dia 7 de agosto de 2020.

Assim sendo, dona Zenilde faz a fala de encerramento, onde afirma que “os homens da comunidade são duros, mas estão moles”, e que ela está forte, mas que nada consegue sozinha, o que demonstra emancipação política feminina a nível de uma série de dimensões. Tais dimensões se expressam não somente na força feminina de seguir na luta, mas na consciência que as mesmas possuem, de que somente o trabalho coletivo, também com os homens, os faz avançar na perspectiva que defendem.

Ademais, a comunidade pontua que iria marcar a reunião sem o envolvimento do GEPEEP, MIQCB ou Tribunal dos Povos, o que demonstra autonomia. Assim, o grupo finaliza afirmando que é necessário que a comunidade tenha uma situação a apresentar na próxima reunião. A palavra geradora para Jullyana foi avanço, sr. Barbosa, recomeço, dona Zenilde, luta e recomeço e para prof. ^a Betânia foi resistência.

**Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Popular –
GEPEEP,
21 de julho de 2020.**

REUNIÃO GEPEEP: 28/8/2020

A presente reunião teve início às 17h, onde a primeira pauta foi a respeito das deliberações da roda de conversa do dia 09/09/20, sendo seguida pelas questões que tem ocorrido na Comunidade Viva Deus, sobretudo a candidatura da dona Zenilde, sob influência do Gato Félix.

Sua candidatura diz respeito à resultante da contradição de todo o nosso trabalho educativo de formação política desenvolvido desde 2015, tendo em vista que a mesma afirmou que tal ação faz parte do trabalho de articulação política

que está sendo realizado na comunidade sob orientação do GEPEEP, ou seja, a formação da chapa.

Desse modo, percebe-se que as coisas têm acontecido progressivamente, onde, segundo relatos da comunidade, cerca de 3 pessoas que estavam ao lado do presidente da associação já não concordam mais com seus mandos e desmandos. Em suma, dona Zenilde afirmou não saber o que uma vereadora faz, mas está disposta a aprender e foi orientada pelo grupo.

Em diversas conversas com integrantes do GEPEEP, dona Zenilde foi lembrada do alto grau de importância que sua candidatura possui, sobretudo à nível de movimento popular, bem como de uma mulher, preta, quebradeira de coco, acampada, idosa pode ocupar um espaço dessa magnitude. No entanto, é necessário que ela tenha clareza dos interesses que estão por trás das públicas intenções do partido político na qual ela faz parte.

Ao longo da reunião, foram explorados, debatidos e discutidos diversos posicionamentos acerca da atuação da esquerda no cerne dos movimentos sociais, onde, um século de derrotas em busca do socialismo parece não ter sido pedagógicos, pois a esquerda permanece cometendo os mesmos erros. No que diz respeito à candidatura, no GEPEEP, é consenso que os objetivos da Comunidade Viva Deus devem vir em primeiro lugar.

Nesse aspecto, o grupo explana que sentiu falta de ter sido comunicado previamente da candidatura, o que faz parecer que o partido PCB cooptou todo o nosso trabalho de formação política realizado com os sujeitos da comunidade, e quer nos excluir do processo. Aqui, a construção não está sendo coletiva, bem como, a sensação que fica, é a de que estamos sendo usados. Nesse aspecto, a Profa. Betânia pontua que a dona Zenilde não pode simplesmente atuar com base em deliberações partidárias, mas com base em sua constituição humana e política.

Nesse momento, Marcos realiza um resgate de conjuntura de quando era filiado ao PCB, onde, o mesmo afirma que são marxistas ortodoxos que não acompanharam o movimento histórico e dialético da sociedade, no sentido que só existem duas classes: a burguesia e o proletariado. Mas que, no entanto, realizam um ótimo trabalho de formação de base e articulação política. Comenta, ainda, que são estrategistas, não aceitam a opinião do outro e, por conta disso, não irão levar em consideração a identidade da dona Zenilde.

Ao final da reunião foi dado o informe de que o GEPEEP está comprometido com a candidatura da dona Zenilde, mas que também irá colaborar com a campanha da Lilia Coutinho, que está sendo construída coletivamente, onde o povo é quem diz o que precisa. Enquanto grupo, o encaminhamento que fica é o de observar o movimento que está ocorrendo, principalmente se dona Zenilde irá conseguir preservar sua identidade ou se vai se submeter às deliberações do partido que faz parte.

**Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Popular,
GEPEEP, 28 de agosto de 2020.**

RODA DE CONVERSA 25/06/2020: Educação Popular, Psicologia Comunitária e saúde mental: diálogos humanizadores.

PARTICIPANTES: Prof.^a Dr.^a Betânia Barroso (UFMA/GEPEEP); Prof. Es. Eduardo Araújo (FACIBRA); João Lucas Bruno e Silva (UNISULMA/GEPEEP)

1º dia do ciclo de debates:

A roda de conversa ocorreu no dia 25 de junho de 2020, tendo sido organizada pelo Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Popular, GEPEEP, da Universidade Federal do Maranhão, campus de Imperatriz. Os participantes eram a Prof.^a Dr.^a Betânia Oliveira Barroso, coordenadora do GEPEEP, professora na UFMA/Imperatriz e doutora em Educação pela Universidade de Brasília (FE/UnB), o acadêmico de psicologia da Unisulma, João Lucas Bruno e Silva, também integrante do GEPEEP e o convidado Prof.^o Eduardo Silva Araújo, especialista em Saúde Mental e Atenção Psicossocial (FACIBRA).

Profa. Betânia iniciou a fala a partir do funcionamento da Educação Popular através da palavra, onde a escuta e o diálogo também são centrais no processo. Nesse aspecto, a professora iniciou sua fala definindo o conceito de educação popular a partir de Brandão, onde esta, se efetiva por meio da palavra. Pedagogia do Oprimido, de Paulo Freire, é uma obra importantíssima, segundo a professora, para pensarmos esses processos, sobretudo para pensar processos de opressão aos quais a classe trabalhadora está submetida.

Assim sendo, a professora segue a reflexão, evidenciando a palavra e seu poder de libertação, e evidencia também, o conceito vygotskyano de palavra. Utiliza também Bakthin, para afirmar a necessidade de sair da palavra alheia para

a própria. Ainda nesse aspecto, a professora ressalta a importância e a essencialidade de uma Educação Popular, de fato, pois vivemos numa sociedade de democracia restrita que requer somente que obedecemos aos seus ditames e a única palavra válida é a do Estado.

No entanto, ela pontua que para efetivamente termos uma Educação Popular, é necessária uma construção dialética e dialógica e que essa construção ocorre por meio da escuta. Não uma simples escuta, mas uma escuta elaborante que leve em conta a significação da palavra dita pelo sujeito, que também deve ser dita por meio do consenso entre a comunidade. Desse modo, a professora encerra a fala defendendo a importância da palavra geradora na constituição de uma Educação Popular.

O Prof. Eduardo falou sobre sua vivência na psicologia comunitária com atendimento de pessoas em situação de rua, sendo esse um contexto em que a Educação está intrínseca aos processos decorrentes desse processo. A vivência do professor se exerce através de um trabalho denominado “consultório de rua”, sendo esse um projeto pensado a partir das formulações do poder público municipal, que atuam à noite e atendem pessoas em situação de vulnerabilidade social, não somente em situação de rua.

O projeto apresentado pelo professor, o Consultório na Rua é mantido pela Secretaria de Saúde, SEMUS, em parceria com o Ministério da Saúde e é referência na região Norte/Nordeste. O programa presta atendimento multiprofissional e vai até o paciente, na rua. Assim sendo, o professor e psicólogo ressalta a importância da afetividade nesse processo, já que todo o trabalho e atendimento prestados ocorrem por meio dos laços afetivos que são criados. Portanto, é necessário que haja um vínculo afetivo com os pacientes.

Nesse aspecto, e, em trabalhos dessa natureza, o professor ressalta a importância da psicologia comunitária e seu papel transformador e libertador, sendo ela um ramo da psicologia que pensam a forma como os indivíduos se relacionam em sociedade e busca encontrar maneiras de ajudar sujeitos marginalizados a se sentirem mais conectados com sua comunidade, geralmente lida com grupos minoritários, promove a participação e a diversidade, e etc. O professor, ainda, sinaliza que ela possui uma abordagem holística.

Tais processos, a partir da fala do professor, são pensados por meio da perspectiva de Martin Baró, sendo este o precursor da Psicologia da Libertação,

sendo ela uma abordagem crítica que parte da realidade social vivenciada pelos povos latino-americanos para construir um conhecimento teórico relevante, indo para além da mera interpretação de dados. A libertação que o autor defende se refere a qualquer tendência alienante.

Não obstante, o professor aponta a essencialidade desse papel e como isso é necessário em contexto de ciência latino-americano. Para tanto, é necessário pensar o psicólogo enquanto agente de transformação social, por meio da coletividade e da afetividade. O perfil profissional do psicólogo, inclusive, nessa perspectiva, deve estar voltado à processos que colaborem para a transformação social.

O acadêmico de psicologia da Universidade do Sul do Maranhão, João Lucas Bruno e Silva, entra logo em seguida apresentando sua experiência no trabalho exercido na Comunidade Viva Deus, por meio do Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Popular, GEPEEP, que desenvolve, desde 2015, um trabalho educativo de formação política na referida comunidade.

O acadêmico e educador popular João, inicia sua fala nos contando a esfera terapêutica da metodologia do círculo de cultura, enquanto um instrumento de valorização e exaltação do saber da comunidade, e que tanto contribuem para a produção de recursos para o desenvolvimento de conceitos, especialmente o de resiliência.

Dessa maneira, ele também expôs como o sistema sociopolítico pode reduzir ou facilitar o surgimento de recursos na comunidade, num contexto onde o capitalismo se torna um fator de distanciamento de trabalhos humanizadores e de qualquer tipo de mobilização social. Tais recursos, na fala de João, dizem respeito a recursos internos do sujeito para que ele viva bem com ela mesma e com a realidade social. Os recursos da comunidade dizem respeito a como ela se organiza para lidar coletivamente com as dificuldades no sentido de lutar por uma determinada causa.

Os recursos externos dizem respeito ao estado, a terra, a água, à luz, à Suzano papel e celulose, enquanto um fator que tem diminuído acesso a recursos. Portanto, a partir de direitos básicos garantidos e assegurados, é bem mais fácil estabelecer resiliência, uma vez que se tem acesso à saúde, ao estado, à educação, às instituições. Sem acesso a esses mecanismos, a formação da

capacidade de resiliência se torna enfraquecida, uma vez que não há a quem recorrer.

Nesse aspecto, a terapia comunitária integrativa, a TCI, se torna uma alternativa viável para o desenvolvimento de valorização do saber popular, pois colabora para pensarmos questões como o pertencimento, autonomia e recursos de luta. A TCI, segundo o integrante do GEPEEP, tem o objetivo de ser espaço de acolhimento e de partilha de vida para falar de problemas e potencialidades de pessoas que vivem em comunidade. A mesma, se efetiva por meio do círculo de cultura, busca fortalecer as relações humanas rumo a formação de redes de acolhimento e ajuda mútua.

A TCI, dessa forma, possui relação direta com a perspectiva prática de Paulo Freire, principalmente por meio do círculo de cultura e do tema gerador, tendo em vista que o tema gerador constitui uma metodologia semelhante à palavra geradora de Freire. Após a exposição, o Prof. Witembergue Zapparoli fez uma contribuição muito importante acerca do acesso da TCI a espaços não institucionais. João, por sua vez, afirma que a TCI pode ser levada e conduzida a qualquer lugar, a qualquer espaço, pois ela diz respeito a uma roda de partilhas. Assim, ele finaliza a afirmação dizendo que onde há partilha, há círculo de cultura e onde há círculo de cultura, pode haver TCI.

Após as falas, o espaço foi aberto para o debate, onde o Francisco Pinheiro Pimentel, o Kiko, fez uma fala altamente significativa acerca da visão que ele possui sobre o trabalho do GEPEEP, sendo este um trabalho muito importante para a vida de quem reside em comunidades, e que o mesmo sempre quis ser integrante do grupo.

Após a fala, a professora Betânia, que foi sua professora no curso de Ciências Humanas, agradeceu a contribuição e ressaltou o excelente acadêmico que Kiko foi ao longo do curso, sempre comprometido e responsável, mesmo diante de tantas adversidades que ele enfrentou para concluir o curso. A fala foi muito significativa, pois Kiko é um sujeito de luta que também vem de comunidade de assentamento.

Monica, também integrante do GEPEEP, faz uma contribuição em relação ao conceito de potência, presente na fala da professora Betânia, onde, em Aristóteles, a potência de algo adquire um sentido de ser tudo aquilo que pode vir

a ser. Aqui, se referindo à luta da educação e da classe trabalhadora na construção de uma sociedade mais justa.

Nesse sentido, Jean, integrante do GEPEEP, contribui para o diálogo trazendo o conceito de bem-viver, sendo um conceito útil para pensarmos a vida em comunidade a partir de sua totalidade e não apenas na sobrevivência. Ainda, Jullyana, integrante do GEPEEP, faz um questionamento ao professor Eduardo, sobre de que forma a psicologia comunitária se relaciona com conceitos fundamentais de Paulo Freire, como por exemplo, a conscientização e a autonomia.

O professor responde que a psicologia comunitária é um espaço frutífero para discussões acerca de questões vividas em comunidade, de partilhas e também de enfrentamento de problemáticas. Nesse contexto, toda a obra de Paulo Freire é voltada para a questão da transformação social, assim como a Psicologia Comunitária pensada por Martin Baró, tendo em vista que ambas lutam contra processos de alienação.

Após o debate, a professora Betânia faz as suas considerações finais reiterando a importância da palavra geradora para a efetiva construção de uma Educação Popular num modelo de sociedade injusto que necessita da obediência civil para se manter. João finaliza trazendo a importância da experiência vivenciada na Comunidade Viva Deus na sua vida e na apreensão prática dos conceitos vistos em suas pesquisas, acerca da Psicologia Comunitária. Nesse momento, o professor Eduardo finaliza sua fala ressaltando a importância da afetividade, da coletividade e da autonomia na busca de uma sociedade mais justa.

**Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Popular –
GEPEEP, 26 de junho de 2020.**

RODA DE CONVERSA: EDUCAÇÃO POPULAR E MÍSTICA: PROCESSOS FORMATIVOS NO CAMPO

DIA 09/09/2020

A presente roda de conversa foi mediada pelo integrante do GEPEEP, João Lucas Bruno e Silva, e possuía o objetivo de socializar a pesquisa de mestrado do integrante Marcos Moreira Lira a respeito da mística enquanto um instrumento metodológico importantíssimo utilizado na Educação Popular. A roda

de conversa contou também com a presença da Gilvania Ferreira, do Movimento Sem Terra e docente na Universidade Federal do Maranhão, bem como com a presença da também professora da Universidade Federal do Maranhão e coordenadora do GEPEEP, Betânia Oliveira Barroso.

A roda de conversa foi iniciada como de costume, com o círculo de cultura, onde todos e todas puderam se apresentar. Tratava-se também da primeira participação das duas novas integrantes do GEPEEP em nossa roda de conversa, Lilian e Ana Amélia. Após o círculo de cultura, a profa. Betânia dá início à sua fala, agradecendo a presença da profa. Gilvania, que sempre acolheu o GEPEEP e com quem temos afinidade de longa data, agradece também a oportunidade que Marcos está nos dando, de podermos conhecer melhor a sua pesquisa e, por fim, agradece ao João por estar mediando a roda.

No início da sua fala, a profa. Betânia também fez um breve resgate das temáticas já exploradas nas rodas de conversa passadas, a fim de contextualizar o momento. Foi lembrada a pesquisa do João Lucas e do uso da Terapia Comunitária e da Pedagogia da Libertação de Martin Baró, bem como da importância da fala e da palavra em Paulo Freire.

O conceito de mulher potência, desenvolvido na pesquisa do trabalho de conclusão de curso de Jean Pierr, bem como o papel da mulher em seus variados espaços de vida, também foi comentado. Por fim, também foi trazido o conceito de Emancipação Humana que está em desenvolvimento na pesquisa de mestrado da integrante Jullyana Cristhina, na perspectiva da Educação Popular.

Todos os trabalhos produzidos no GEPEEP são construídos com base na dialogia dialética de Bakhtin e Paulo Freire e visam a transformação social por meio da Educação, estando os mesmos interligados por meio da dialética marxista, freireana e bakhtiniana. Apesar de ser o mesmo lócus de pesquisa, mesmos sujeitos que vivem em coletivos e mesmas situações-problema-desafios, cada pesquisa vai se enviesando a partir do seu próprio recorte. Nesse aspecto, a questão praxica é voltada para a transformação radical da sociedade, não é nem reforma e nem mudança, sendo os contextos históricos culturais centrais no processo.

As considerações supracitadas foram pontuadas pela profa. Betânia para demonstrar em qual dinâmica de trabalho o GEPEEP opera. Os trabalhos são produzidos coletivamente e precisam estar em movimento, surtindo efeitos na

comunidade, em contexto materialista, histórico e dialético. Nesse aspecto, a candidatura da dona Zenilde representou um passo muito grande como uma mulher emancipada e potência, conduzindo, inclusive, o marido a um espaço de liderança na comunidade.

Após a fala da profa. Betania, a profa. Gilvania assume a fala, inicialmente, agradecendo o compartilhamento de vivências, encontros e reencontros proporcionados pela roda de conversa, onde podemos socializar experiências de luta na mística, na Educação Popular no campo e do campo, que tanto nos trazem questões desafiadoras em processos de luta de classes. A grande problemática, nesse aspecto, é voltar nossos olhares aos trabalhadores e trabalhadoras empobrecidos e empobrecidas, sem nenhuma condição de construir sua vida material e espiritual, elemento esse também importante.

Segundo a profa. Gilvania, esse olhar se constrói nas articulações políticas dos movimentos sociais, tão perseguidos historicamente pela Ditadura Militar, o que clandestinizou a Educação Popular, pois era um trabalho que tinha que ser invisível, sem liberdade de pensamento e ação. Nesse momento, a profa. Realiza um resgate de conjuntura, tendo sido somente no início da década de 90 que houve uma retomada do movimento sindical, da Educação Popular e do movimento popular em saúde que tanto nos mostrou a importância que se tem, lutar pelo Sistema Único de Saúde, pois é o que tem nos salvado na pandemia.

Todo esse movimento demonstra, também, a importância de defendermos o sistema público de atendimento à população, não somente em situações regidas pela pandemia, mas em toda situação de vulnerabilidade social. Pontua também que, num estado guiado pelos “ideais” neoliberais e pela ideia da livre iniciativa, as políticas públicas têm sido vistas como pejorativas, mas elas são essenciais e o estado possui a obrigação de garanti-las.

Dando seguimento, a profa. Gilvania questiona em que momento nós estamos a serviço de um trabalho educativo voltado às necessidades da classe trabalhadora, sendo através da nossa militância na Educação Popular, fundamentada na práxis e no fazer cotidiano. As experiências históricas constituídas com as lutas das mulheres indígenas, bem como com a classe trabalhadora, representam um exemplo de tal fazer. Nesse sentido, não existem modelos e nem receitas, basta olhar para as problemáticas locais.

A leitura de mundo é construída todos os dias. Pedagogia do Oprimido, por meio do desnude das injustiças, demonstra isso, bem como a teologia da libertação na América Latina que influenciou o sindicalismo, as associações, o Movimento de Educação de Base – MEB, também demonstram que a leitura de mundo é construída no fazer diário. Todos esses movimentos foram inspirados por Paulo Freire, e é por meio destes, que a formação de consciência atua para que a classe trabalhadora identifique quem os explora.

A profa. Gilvania remonta também a questão do poder político que é negado ao trabalhador e à trabalhadora, mas é ele quem mexe com as estruturas hegemônicas que a classe ideológica detém. O protagonismo político, do sujeito construindo a própria história, é essencial. Por conta disso, o Movimento Sem Terra investe bastante em formação política.

Nesse aspecto, como podemos avançar na organização da classe trabalhadora? Após realizar esse questionamento, a profa. Gilvania afirma ser por meio de práticas educativas, na organização de núcleos de base, no método do ver-julgar e agir da prática social católica, bem como na perspectiva da ação-reflexão-ação. Tudo isso é formativo.

Outro questionamento realizado é o de que projeto a classe trabalhadora tem construído. Nesse processo, a Educação Popular é fundamental, sendo a Educação no campo um instrumento de resignificação, retirando o campo do lugar de atraso ou harmonia e inserindo-o no lugar de contradição, conflito, de cultura, produção alimentar, bem como outras questões. A professora pontua que, no que diz respeito à processos formativos na Educação no Campo, já está na hora de o Maranhão trazer um mestrado nessa área, tão marcada pela resistência e pelo “pé na escola e pé na sociedade”.

Dando seguimento, a profa. Pontua que vivemos um momento de retirada de direitos da classe trabalhadora, sendo necessária a elaboração de uma lógica de resistência à ofensiva do capital, compreendendo a Educação no Campo como um espaço de socialização de estratégias e de construção de identidades. Nesse aspecto, a experiência na militância na Educação no Campo, aqui no Maranhão, resultou na inclusão da matéria de agroecologia nas escolas do campo de Açailândia/MA.

No que diz respeito à mística, a profa. Gilvania compartilha conosco que sua possível/provável orientadora não conseguiu compreender o conceito de

mística que ela quer trabalhar, tendo levado inclusive ao campo antropológico ou fenomenológico, mas não é essa abordagem cabível em nossa perspectiva, mas sim a da dialogia dialética. Nesse aspecto, ela traz uma citação de Ademar Bogo, em que a mística “antecipa aquilo que deverá vir – a - ser ao mesmo tempo que está sendo.” (BOGO, 2008, pp.219-220).

A mística, para ela, é uma ferramenta e um instrumento na luta por transformação social, que, por ser dura, por vezes acaba negando a subjetividade e a afetividade. Nesse sentido, esperar, conforme Paulo Freire apregoa, é essencial. A mística também é fundamental na formação do sentimento de pertencimento do sujeito e é o ânimo para enfrentar as dificuldades nos processos de rompimento de cercas e na revolução que a Educação no Campo nos propõe.

Após a fala da profa. Gilvania, Marcos dá início à sua fala, informando a todos da roda que iria explorar o lado prático da atuação da mística na Comunidade Viva Deus, pois a profa. Já havia explorado muitíssimo bem a perspectiva teórica utilizada, a de Ademar Bogo. Comentou também que as pesquisas são bastante parecidas. Pontuou que seu envolvimento com a mística e a motivação para o desenvolvimento da pesquisa, ocorreu após sua participação e coordenação do Ver-SUS em Montes Altos/MA, tendo sido uma vivência de 15 dias, que, basicamente, se utilizou da mística em todos os momentos.

Marcos explana, ainda, que antes de conhecer a mística era muito tímido, não possuía capacidade de sistematização, nem de elaboração de pensamento. No entanto, após conhece-la, passou a ter mais desenvoltura. Pontua que o objetivo de sua pesquisa de mestrado é compreender como a Mística Popular promove Amorosidade, Dialogicidade e Autonomia na luta pela conquista da terra na Comunidade Viva Deus.

Nesse processo de construção e percurso da pesquisa, parte do saber construído nas bases populares, da epistemologia de Paulo Freire (1996), e fundamentação teórica praxica com base nas categorias Mística de Ademar Bogo (2008), Amorosidade, Dialogicidade e Autonomia de Paulo Freire (1996). Busca, ainda, como processo de construção e desenvolvimento metodológico, a abordagem da Pesquisa Qualitativa, com base em Minayo (2007) e situação-problema-desafio com base em Reis (2011) e Barrosso (2015).

A Mística, segundo Marcos, parte do próprio modo de se organizar e de viver dos sujeitos, seja na luta coletiva, trabalhar na roça, limpar a associação para se reunirem, enquanto outros fazem o café para deixá-los ativos, enquanto outro escreve pautas da reunião no quadro, um ora/reza antes de começar as atividades, outro fica ornamentando, outro criando o texto coletivo e ata, outro vai às casas chamarem os companheiros e etc.

Ou seja, a Mística, para ele, está inteiramente ligada ao processo de Constituição Histórico Cultural dos Sujeitos, onde ela evoca saberes e conhecimentos de sua história, seja por meio de músicas, poemas, letras, frases e rituais aprendidos nos movimentos de luta, igreja, pais, avós, escola. Ela é sentida de forma diferente em cada sujeito, na qual segundo Bogo (2008 p. 155) “para alguns a mística é simples emoção, para outros é dedicação; depende da convicção que se tem com a causa objetiva. Manifesta-se de forma desigual, frágil quando é individual, forte quando é coletiva”.

A Mística está muito presente na luta de Vários Movimentos Sociais, principalmente na Comunidade Viva Deus, porém, a mesma está em um processo de construção dentro da comunidade e dos sujeitos, como cita Bogo (2008 p. 153) “os movimentos sociais resgataram este sentido da mística e o trouxeram para a prática política”.

Nos Círculos de Cultura realizados na Associação da Comunidade Viva Deus, os sujeitos apresentam quais são suas principais situações-problemas-desafios, dentro disso, escolheram os mais recorrentes nas falas dos mesmos, definindo em Palavras Geradoras, apresentando assim, uma construção de estratégia e solução para esse problema com base na mesma.

A Mística, para Marcos, já percorre todo esse processo de construção de situação-problema-desafio e se materializa no momento em que os sujeitos buscam construir ações e práticas para resolver o problema, no seu próprio processo de autonomia, os mesmos em relação direta com pesquisadores, os sujeitos criam poemas, textos coletivos, falas, relatos, músicas, artesanato, organização física do local, amorosidade, dialogicidade e etc.

Observa, também, que pudemos vivenciar essa sinalização de uma ciência possível através da Escola Comunidade Viva Deus, pela Mística Popular. Lá, há uma vivência crítica da realidade onde é possível que as relações histórico culturais se estabeleçam de forma que os moradores respondam a si próprios

como agentes de mudança de si mesmos em busca daquilo que mais lhe estimam – a terra.

Não obstante, Marcos considerou importante destacar a Mística do Abraço Acolhedor, uma mística que consistiu na estimulação do sentimento de corresponsabilidade na vida do outro através da afetuosidade/amorosidade. Os participantes, nesse momento, puderam expressar suas considerações de afeto para com os seus companheiros e companheiras, amigos, cônjuges e, também, com os integrantes do Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Popular – GEPEEP, através de um corredor humano em que cada um que passava por ele recebia uma expressão de afeto de um componente da comunidade ao som de uma música. Outro fenômeno foi à construção de vínculos solidários que partiu da ideia de minimizar os conflitos entre os moradores da comunidade.

Após a exposição da fala do Marcos, Monica o questiona se, em sua pesquisa, em termos científicos, a mística ocupa um papel metodológico na mediação para a efetivação da Educação Popular. Marcos responde que ela tem sido amplamente banalizada, vista como macumba ou magia, mas é um instrumento metodológico e também categoria. A mística popular é, portanto, parte da Educação Popular. Para a profa. Gilvania, a mística também perpassa o campo da metodologia. Nas experiências do Movimento Sem Terra, por exemplo, são utilizadas diversas “cantigas”, em que dá para trabalhar variados temas a partir da simbologia de elementos do campo.

A nova integrante do GEPEEP, Ana Amélia, dá sua contribuição afirmando que também veio de movimentos sociais, é produtora rural, possuindo terra na baixada maranhense, e lá, quer construir uma escola, num campo conflituoso, onde duas comunidades não se falam, bem como existe a situação-problema-desafio de os sujeitos do campo terem que ir para a cidade, buscando sobreviver. Nesse sentido, Ana Amélia gostaria de realizar um trabalho de mediação e se viu nesse movimento após da fala da profa. Gilvania, que, para ela, foi extremamente significativa.

Nesse momento, Jean dá sua contribuição ressaltando a importância da decolonialidade na educação, para que possamos desmistificar uma série de processos que obstaculizam nossa busca por transformação social. Contribui também com a sua compreensão sobre mística, afirmando que a mesma trouxe

resultados muito positivos para a comunidade, sobretudo no relacionamento dos sujeitos entre os mesmos.

Outra integrante do GEPEEP, Jullyana, contribui ressaltando o quanto a fala da profa. Gilvania foi significativa, parabeniza a pesquisa do Marcos e agradece a contribuição da profa. Betânia sobretudo por sua metodologia de trabalho que tem como principal premissa a contribuição das nossas pesquisas com os processos da comunidade. Jullyana dá seguimento à fala ressaltando a fala da profa. Gilvania, de que o campo não é harmonioso, mas conflituoso, sendo exatamente no conflito e na definição de uma situação-problema-desafio é que avançamos.

Pontua também que a luta para que a Educação Popular se legitime na academia é árdua, pois, a mesma, é voltada para as necessidades humanas e não do capital. Finaliza sua contribuição ressaltando a importância da mística para resgatar categorias que, por vezes esquecemos na luta, que é a afetividade e a subjetividade.

Após esse momento, a profa. Betania realiza a fala de encerramento, ressaltando a importância da mística como uma ferramenta poderosa de identificação de situações-problema-desafios. É através desse processo que conseguimos identificar a palavra geradora, sendo essa um caminho para entender problemas vivenciados em comunidade, e verifica-los, para compreender como intervir no processo. Pontua, ainda, que é um processo que leva tempo, diálogo e precisa ser compreendido, pois faz parte de uma perspectiva que pode ser utilizada nos mais variados espaços.

A profa. Gilvania agradece pelo momento, afirmando estar sempre à disposição do GEPEEP e da UFMA, para que construamos um caminho amoroso, afetuoso e místico. Marcos também agradece e a profa. Betania conclui a roda de conversa, afirmando que o momento é de mais um resultado do que temos trabalhado, que atua não somente em prol da Educação Popular, mas da transformação histórica e cultural da sociedade, a partir do nosso campo de trabalho localizado em Imperatriz/MA. Finaliza anunciando que o GEPEEP está organizando as produções escritas e compilações para a publicação de um livro a partir de todos os registros produzidos pelo grupo.

**Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Popular,
GEPEEP, 10 de setembro de 2020.**

RELATORIA GEPEEP: 06/10/20

A reunião foi iniciada com os informes do grupo, no entanto, a pauta principal era a da necessidade da reformulação do projeto de extensão, a qual ocorre a cada dois anos, bem como a inclusão do MIQCB na plataforma. Dentre os informes, João informa que recebeu um áudio da dona Eunice, moradora da comunidade, que descreveu estarem havendo muitos roubos na Comunidade Viva Deus, além de uma situação de completo desatento, conforme a fala. Ainda, descreveu que já não é um espaço em que ela se sente em paz e segura.

Os demais informes disseram respeito à necessidade de convidar a comunidade para uma reunião para esclarecer alguns pontos, como a postura de distanciamento do grupo diante do ofício de retirada, bem como a participação do mesmo no evento da Jornada de Ciências Humanas. Ainda, foi destacado o convite de Lilian Coutinho ao grupo, de participar na construção de propostas voltadas para a Educação Popular, à temática LGBTQI+, compartilhamento dos posts nas redes sociais, por meio de uma construção coletiva.

Foi anunciada também, a entrada de novos participantes do mestrado: Ruane, que é graduada em história e está trabalhando o círculo de cultura através de radiofonia para alfabetização; Junior, que é graduado em direito e pesquisa práticas educativas do Movimento Sem Terra; e a Andréia que trabalha Educação do Campo. Todos estes afirmaram estar comprometidos com processos de constituição política, e não com matrizes curriculares na educação.

Logo em seguida, foi relatado uma conversa que Jean teve com D. Zenilde, por meio de um roteiro estruturado e prévia orientação, que ainda está sendo transcrito, mas que conta toda a história de vida de D. Zenilde, que na infância foi explorada, sofreu uma série de abusos que a acompanham até hoje, o que resulta em alguns traumas. Essa conversa foi realizada com o objetivo de contribuir para as pesquisas em desenvolvimento acerca dos sujeitos e da atuação política da Comunidade Viva Deus. Além disso, a mesma pontuou que somente lançou a candidatura a vereadora por conta do trabalho de formação política do GEPEEP, mas que não comentou conosco, por não saber se realmente “ia para frente”.

Desse modo, a problemática tratada na presente reunião buscava dialogar acerca do seguimento do trabalho na comunidade, que, pela própria natureza da perspectiva qualitativa de pesquisa, se dá por meio da presença in loco. Além

disso, atualmente existe outra comunidade, além da Viva Deus, que representa os novos acampados. Nesse aspecto, Marcos sugeriu o seguimento do trabalho nas duas comunidades, pois havia força de vontade de ambas, em seguir na luta pela terra, tendo em vista que os/as membros/membras continuavam a participar das reuniões. Nesse caso, era necessário sermos estratégicos no sentido de unirmos forças ao presidente da associação mais nova, para dar seguimento ao trabalho de formação.

Não obstante, Marcos pontua que tais ações requeriam ação subjetiva, política e dialógica, pois, sem diálogo, não havia como o GEPEEP reconquistar espaço na comunidade, uma vez que os novos acampados construíram a ideia de que, enquanto um grupo da universidade, não os queremos lá, principalmente por parte do presidente da nova associação: Neguim.

Após a perspectiva citada, Jean pontua há uma discordância em relação à fala de Marcos, pois, hoje, na comunidade, existe uma guerra, além do fato do Neguim já ter sido destituído. Portanto, não existem condições de trabalharmos com a comunidade, in loco, nesse momento, pois o que tem ocorrido lá, não faz parte da nossa linha de trabalho, que, inclusive foi descaracterizado ao ter sido convidado ao se retirar.

Após tais colocações, a coordenadora, Profa. Betânia, fez uma intervenção pontuando que nosso trabalho não se tratava de voluntariado, e nem atua a favor de um lado ou de outro da história, mas atua rumo a um projeto de constituição humana. Mas, no entanto, fomos convidados a nos retirar da comunidade e, para retornar, é necessário que sejam resolvidas questões de ordem institucional, que, no momento, estão impossibilitadas devido à pandemia.

Portanto, o atual momento é de encaminhas perspectivas de ação acerca da atuação do grupo junto à comunidade. Nesse aspecto, o atual momento está pautado por diversas variáveis, mas a atual situação-problema-desafio é a de entendermos qual é o lugar do grupo na comunidade. No entanto, necessitamos aguardar o retorno das atividades da UFMA. Em relação à reformulação do projeto, desde a última edição, muita coisa mudou, principalmente em relação a entrada do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu.

Assim sendo, o encaminhamento da reunião foi o de agirmos dialógica e dialeticamente, convidando a comunidade para uma roda de conversa acerca das

atuais questões, bem como pra, juntos, refletirmos acerca do espaço que o grupo de extensão ainda ocupa.

**Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Popular,
GEPEEP, 06 de outubro de 2020.**

REUNIÃO GEPEEP: 14/10/2020

O objetivo da presente reunião foi o de ouvir a voz da comunidade, bem como suas próprias percepções acerca da atual conjuntura, a partir de três questões norteadoras: como eles enxergavam o atual conflito; como surgiu o convite para a candidatura da D. Zenilde, e, qual o lugar do GEPEEP no atual momento. As questões levantadas pela comunidade seriam debatidas numa próxima reunião de grupo.

Estavam presentes o Gato Felix, D. Zenilde, Sr. Barbosa, bem como outros membros, que afirmaram estar bem, e com saúde, questões essas essenciais no atual momento. No entanto, a comunidade se encontrava numa situação de conflito, causado por fatores tanto internos quanto externos, como por exemplo, a relação entre as vilas existentes no território. Segundo a comunidade, houveram tentativas de respeitar o estatuto que rege todas as relações sociais, mas não obtiveram sucesso, pois muitas iniciativas estavam sendo feitas fora do que acreditavam ser uma postura ética.

Segundo o Sr. Gato Félix, a comunidade pensou em formar chapa para concorrer à diretoria da associação, mas não faria sentido, pois são poucas as pessoas associadas e que tinham poder de voto. Nesse sentido, afirmou também que o INCRA não apoiava nenhum lado, tendo em vista que, hoje, existem em média 400 famílias, apesar de o decreto só atender 110 famílias. Assim, o mesmo pontua que não há vertente para luta, pois, “o povo sumiu de lá”.

Em seguida, a Profa. Betânia questiona: Diante de tudo o que está ocorrendo, o que a comunidade pensa em relação ao nosso retorno? Pois a nossa esperança era o levante de uma liderança por meio da formação de uma chapa. Nesse aspecto, no que a comunidade pode colaborar para nossa volta, tendo em vista que fomos retirados. Gato Félix pontua que somente as eleições para a diretoria da associação que podemos pensar em voltar, pois, com o atual presidente, não faz sentido, tendo em vista que toda a movimentação está voltada para o período de eleições para prefeito e vereador.

Após tais esclarecimentos, D. Zenilde conta como surgiu a candidatura, uma vez que faz parte da Unidade Classista, que é parceira do Partido Comunista Brasileiro, o PCB, partido que lançou sua candidatura. Nesse sentido, ela pontua que aceitou se candidatar porque a comunidade necessita de representatividade também na câmara de vereadores/as, pois vivem lá jogados e abandonados pelo poder público, quadro esse que só piorou após a saída do GEPEEP. Assim, a mesma afirma que só pode contribuir com a comunidade através de luta, e, em parceria com movimentos em que já participa, como a Unidade Classista.

A título de encaminhamento, quanto ao lugar do grupo, a comunidade afirma que o atual momento é inviável para nosso retorno, pois existem questões institucionais a serem resolvidas, o que não é possível fazer durante uma pandemia. Nesse aspecto, D. Zenilde afirma ter receio de apoiarmos o Neguim para a nova diretoria, pois não sabemos o que ele fará depois que estiver em posse da documentação, apesar de a chapa dele ter maior probabilidade para vencer.

Assim sendo, Jean pontua que o Neguim não tem nada a nos oferecer, tendo em vista que a Comunidade Viva Deus não está ao lado dele e nem de Silvio, o atual presidente. Ela está ao lado da luta pela reforma agrária e possui força para lutar. Em suma, é preciso aguardar o período de eleições para voltarmos firmes e fortes, segundo o Gato Felix.

A reunião foi encerrada com o convite do Gato Felix para colaborarmos com a campanha do PCB, bem como a fala emocionada de D. Zenilde que afirmou que gostaria que estivéssemos lá presencialmente colaborando, mas que entendia o que estava ocorrendo, e que estava receosa de que a diretoria fosse destinada a alguém mal-intencionado. Além disso, pontuou que estava se sentindo triste, pois muitas pessoas dizem estar ao lado da comunidade, mas que não estão, e que aprender a lutar com o GEPEEP, com o MIQCB e com a Unidade Classista, bem como com diversos movimentos parceiros. Enquanto seres da contradição, ela finaliza que a luta de alguns não é pela reforma agrária, mas por interesses individuais.

**Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Popular,
GEPEEP, 14 de outubro de 2020.**

A presente reunião foi iniciada com os informes sobre a jornada de Licenciatura em Ciências Humanas, bem como a roda de conversa que teríamos com o Prof. Renato Hilário da Faculdade de Educação da UnB sobre a metodologia utilizada em Educação Popular e pelo GEPEEP. O encaminhamento da reunião passada foi o de aguardar a nova diretoria da associação, bem como os devidos contatos com a Universidade, pós pandemia, para que todas as representações possam se reunir.

Assim sendo, também foi tratada a relação da retomada política do projeto de extensão com os projetos de pesquisa, seja de dissertação ou trabalho de conclusão de curso. Nesse sentido, já existe material o suficiente para as pesquisas, bastando apenas identificarmos o que ocorreu em relação à ação e à autonomia da comunidade. Para tanto, é necessário traçarmos estratégias pedagógicas em ambos os casos.

Desse modo, também foi pontuado que, no momento, é necessário que haja um adensamento tanto da presença do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, o MIQCB, que já trabalha conosco, quanto da perspectiva metodológica a qual nos utilizamos, a abordagem da pesquisa-ação interventiva de base marxista, que será melhor aprofundada na roda de conversa com o prof. Renato Hilário dos Reis.

Outros apontamentos realizados foram o do movimento que tem ocorrido em relação às reuniões internas e externas, bem como o movimento que o GEPEEP tem conduzido de aguardar o atual momento no que diz respeito à presença in loco. Nesse momento, João faz uma ressalva para termos a cautela de não repetir os mesmos erros em relação à comunidade, bem como a necessidade de agirmos de maneira mais criativa em relação da possível não aceitação da comunidade em relação ao grupo. Não obstante, é necessário prezarmos por nossa saúde mental, pois, muito do que tem ocorrido, independe das nossas ações.

Assim sendo, esperar também pode ser uma saída estratégica para nos reorganizarmos enquanto grupo e enquanto a nova diretoria assuma e se comprometa em garantir nossa segurança física. Por conta disso, a pesquisa-ação tem ocorrido à distância. Assim, é necessário aguardarmos a autonomia da comunidade em nos procurar, por vias da Universidade.

Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Popular,

GEPEEP, 28 de outubro de 2020.

RELATORIA GEPEEP: 18/11/2020

A presente reunião contou com a presença das novas integrantes GEPEEP, as mestrandas Andréa e Ruane, bem com a presença do novo integrante e mestrando Junior, além de outras/os integrantes do grupo. Inicialmente, foi feito um relato oral das reuniões anteriores para apresentar a atual situação da comunidade, bem como a postura que o GEPEEP adotou para lidar com as situações-problema-desafios, para que os novos integrantes possam tomar conhecimento do que está ocorrendo.

Posteriormente, foram feitos acréscimos na relatoria, por parte da Profa. Betânia, em relação à questão da formação da chapa e a importância disso para o nosso retorno, mas que, no entanto, não foi possível. Logo em seguida, foram divididas duplas para a reformulação do texto do projeto de extensão, tendo ficado a seguinte organização: Introdução: Luan e Andréia; Fundamentação Teórica: Junior e Jullyana; Metodologia: Betânia e Ana Amélia; Cronograma e análises prévias: Marcos e Ruane. Para a próxima reunião, é necessário apresentarmos o andamento das construções.

Dessa forma, também foi pontuado o segundo ciclo de rodas de conversa, com as pesquisas dos integrantes que ainda não foram apresentadas: Francisco, Lilian, Junior, Andréia e Ruane. Nesse momento, a profa. Betânia explicou a dinâmica de funcionamento das rodas, sendo elas um círculo de cultura, mas, remoto. Além disso, a professora também informou a chegada do Prof. Mario Riquelme no grupo, que trabalha a temática de movimentos sociais e educação do campo, havendo a necessidade de também fazermos a discussão de tais temáticas no texto do projeto de extensão.

Quanto às rodas de conversa, inicialmente, será feita uma questão problematizadora e dialógica acerca do tema tratado, bem como do objeto de estudo apresentado e, como sugestão, o formato pode ser o mesmo da roda de conversa que tivemos com alguns grupos de pesquisa para celebrar o centenário de Paulo Freire. No entanto, vamos construir esse momento paulatinamente, estando ele previsto para o primeiro semestre de 2021.

**Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Popular,
GEPEEP, 18 de novembro de 2020.**

RELATORIA: GEPEEP 14/10/20

Conforme relata a comunidade, atualmente, existem em média 400 famílias ocupando o território, mas o decreto do Incra só atende 130 famílias. No estado brasileiro, pelas próprias condições de reprodução do capitalismo, não há espaço, não há território para todas/os. É necessário que alguns prosperem em detrimento de outras/os, o que demonstra o caráter excludente do estado ao lidar com processos de reforma agrária.

Nesse sentido, em reunião, ao serem questionados/as acerca da volta do projeto, a comunidade é consciente que não há segurança para o desenvolvimento das atividades, em função da pandemia, mas também porque enxergam na mudança da presidência da associação, uma esperança para o retorno, o que demonstra autonomia nos processos de tomada de decisão. Outro elemento citado para retornarmos é aguardar o período de eleições para a associação, “para voltarmos firmes e fortes”, conforme o Gato Félix, o que demonstra que a resistência e o esperar freireano ainda se fazem presentes.

Dizemos retorno presencial porque o trabalho de colaborar para com os processos da comunidade, nunca parou, mesmo sob a condição remota. As pesquisas continuam em andamento, as reuniões e o contato com a comunidade por via remota, o que nos permite visualizar o movimento de conscientização, bem como autonomia, para a constituição da Emancipação Humana, representado pelos elementos já apontados.

Dona Zenilde bastante emocionada em razão de todo o distanciamento existente no momento, afirma que “a luta de alguns não é pela reforma agrária, mas por interesses individuais”. Assim, espaços, mesmo de luta e resistência, como é o caso da comunidade, também apresentam conflitos, contradições. Para apreendermos a totalidade dos processos, é necessário considerar também esses elementos na pesquisa. As determinações são múltiplas e requerem uma abordagem à altura.

No que diz respeito à formação humana, foram discutidos temas como trabalho coletivo, forma cooperativa, o modo de produção capitalista anti-humanizador e como o trabalho colabora para a transformação social, bem como é necessário que os valores do mesmo ocupem o lugar que os valores do

capitalismo ocupam hoje, tendo em vista que ele quem produz a riqueza do mundo.

Além das questões aqui citadas, também foi tratado sobre ciclo de *Webinários realizado pelo GEPEEP*, com o objetivo de socializar os projetos de pesquisa dos membros o grupo. Contou com a participação da Profa. Gilvania Ferreira, também membra do MST, foi discutido que projeto a classe trabalhadora tem construído, em que a Educação Popular é fundamental, sendo a Educação no campo um instrumento de ressignificação que colabora para compreendermos o campo não como lugar de atraso ou harmonia, mas de contradição, conflito, produção alimentar, bem como outros fatores que geralmente não são considerados.

**Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Popular,
GEPEEP, 14 de outubro de 2020.**

RELATORIA: GEPEEP 28/05/21

Em *webinário* realizado dia 28 de maio de 2021 sobre grilagem, desmatamento na região do MATOPIBA, denominado Desmatamento e Grilagem: conexões entre a Amazônia Legal e o Matopiba, com a participação da Profa. Dra. Margareth Maia da ong IMATERRA e do Coletivo SOS Vale Encantado, e do Prof. Dr. Mauricio Torres, professor do Instituto de Agriculturas Familiares (Ineaf) da UFPA. Além desde, houve a participação de diversas ONG's, movimentos sociais e membros da sociedade organizada. O objetivo era possibilitar uma troca de experiências entre as/os participantes, principalmente no que diz respeito ao modo como são afetados pela grilagem e pelo desmatamento.

A comunidade participou ativa e autonomamente, demonstrando níveis de conscientização acerca do conflito em que travavam na comunidade. Após a discussão, Gato Félix pontua que “completou 18 anos e nada foi feito para que o órgão regularizasse a terra, mas também já avançamos muito”. Completa a reflexão afirmando que “o governo é realmente genocida e só apoia o capital, pois quem legaliza a terra é quem tem dinheiro”.

A fala de Gato Félix sinaliza níveis de conscientização ao afirmar que o descaso do poder público em relação à titulação de posse da comunidade, é resultado de uma conjuntura sociopolítica decorrente do atual governo, que, por sua vez, só atende ao capital, em detrimento da classe trabalhadora. Nesse

sentido, é premente afirmar que se trata de um sujeito que já possuía envolvimento com os movimentos sociais da região, mesmo antes da chegada do projeto escola Comunidade Viva Deus, e que, por meio do processo de formação política e desenvolvimento da autonomia, se manteve na caminhada de um processo formativo que deu significação às suas lutas históricas.

Em relação ao conflito ocorrente na comunidade, informando aos demais a atual situação, Gato Félix inicia com um resgate de conjuntura, afirmando que “em 2014 foi sancionado pelo governo Dilma 3.267 hectares e 7 alqueires para cada família no corte da terra”. No entanto, “o presidente resolveu passar os pés pelas mãos porque abriu precedência para cerca de 300 famílias”, pois “abandonou suas bases”, ao passo em que “a terra está toda grilada”.

A entrada das novas famílias, então, sob facilitação do presidente da associação, para ele, é o principal motivo da atual fragmentação da comunidade, bem como da existência da grilagem. No entanto, quando Gato Félix lança suas críticas ao capital, bem como ao governo, para ele, genocida, ele demonstra que é consciente de que o que o conflito ocorrido no território da comunidade, é reflexo de uma conjuntura maior.

No referido *webinário*, foram observadas outras lutas que enfrentam basicamente as mesmas dificuldades. Inclusive, tal troca de experiências foi fundamental para que a comunidade fortalecesse a consciência de que não estão sós na luta, e que estas ainda se fazem presentes em todo o país. Não obstante, compreendem, conscientemente, também que a grilagem, a fragmentação da luta, a desunião, dentre outras questões presentes na comunidade, não podem ser atribuída somente sobre a postura do presidente da associação. O que ocorre, faz parte dos reflexos das ofensivas do capital que ressoam com mais força nas lideranças dos coletivos, pois, a partir dela, o poder instituído consegue desarticular mais facilmente a luta.

“A gente tá no conflito, mas a gente não desiste da luta e queremos somar na luta com vocês”, finaliza, se voltando às demais organizações presentes no *webinário*. Essa perspectiva também demonstra autonomia e conscientização, na medida em que acreditam que é importante que haja articulação com outros grupos que lutam pelas mesmas questões.

Essa compreensão também é resultado do processo político formativo, pois, antes dele, a comunidade como um todo, não dialogava com outras

organizações. Reverbero: nível de autonomia alcançado por meio da formação política, através do trabalho do GEPEEP. "Lá a gente vive essa dificuldade, porque a Dilma assinou o decreto e até hoje não cortaram a terra", afirma dona Zenilde com expressão de cansaço, por tantos anos de luta, onde nada acontece.

"O INCRA não vai lá, nem o sindicato e estamos lá largados", ou seja, junto à força para lutar, junto à resistência, à processos de conscientização e autonomia, em dimensão contraditória, também há o sentimento de abandono pelo poder público, principalmente diante da falta de recursos básicos, como energia elétrica. Dona Zenilde, desse modo, finaliza afirmando que "estamos lá plantando no quintal na esperança que isso seja resolvido um dia".

Plantar, como já mencionado, é resultado do encaminhamento de superação da situação-problema-desafio, que emergiu quando a comunidade demandava uma situação que ajudasse a superar o desafio de resistir e permanecer no território, tendo em vista que plantar é um modo de fixação. Desse modo, "o sentimento de pertencimento à terra é real, ele existe, mas está ocorrendo esse conflito que causou uma situação de sofrimento, onde o presidente chegou ao limiar", pontua a Profa. Betânia. Se trata de um "cansaço na luta que leva à loucura", ela completa. Ou seja, a postura do presidente de abrir precedentes para praticas incluem a grilagem no território, por exemplo, demonstra o cansaço de chegar ao ponto de não conseguir mais suportar às investidas do grande capital, que se utiliza de posseiros para facilitar a apropriação do território por parte de empresas como a Suzano Papel e Celulose.

A nossa retirada do espaço que estávamos construindo, bem como o fato de não nos sentirmos seguros em estar lá, para além da pandemia, também é resultado das ofensivas do grande capital. Nesse cenário, recuar, também é pedagógico, estratégico e é parte de práticas políticas emancipadoras. Nesse sentido, como afirmou a Profa. Betânia, no *webinário*, "a resistência da dona Zenilde, do Gato Félix, dentre outros, é o que nos dá esperança como significação".

O esperar, então, é central na reflexão aqui empreendida, estando ele presente nos elementos apresentados no movimento emancipatório. Poder visualizar que o processo formativo foi significativo para os sujeitos, na constituição da autonomia e da conscientização, demonstra que a Emancipação

Humana, mesmo num espaço contraditório, vai sendo constituída no movimento dialético de transformação a partir da atuação dos sujeitos.

Nessa perspectiva, o estado brasileiro, mesmo em processos como os de reforma agrária, não há terra para todas/os. É necessário que alguns sejam assentados em detrimento de outras/os. O decreto para a regularização fundiária do território, é um exemplo. Há espaço para assentar 130 famílias, enquanto que, segundo a comunidade, existem hoje quase 500 famílias habitando o espaço. Dentre estes, há luta e resistência, o que contribui para a construção do movimento de conscientização para que haja autonomia na ação dos sujeitos, para, assim, construírem uma nova sociedade. Diversas formas de compreensão de luta estão presentes e são resultantes do lugar que o estado do Maranhão vem ocupando historicamente no desenvolvimento do capitalismo de predominância financeira, sendo este o estado brasileiro com maior concentração fundiária e de enormes massas populacionais compondo o exército de reserva²⁷.

Uma de nossas interlocutoras, nesse momento de discussão, afirma que o território da comunidade apresenta uma situação de “completo desatento”, não se sente mais em paz e segura, além dos roubos que tem se tornado recorrentes. A problemática em questão, para a comunidade, está ligada aos processos relacionados a grilagem relativamente recente na comunidade, onde posseiros tem se apropriado da terra, ao invés de trabalhadores sem-terra.

Não sentir segurança em estar lá, não é um sentimento advindo somente da Eunice, mas de todos e todas nós que compomos o projeto de extensão, pois também devemos prezar por nossa segurança. Ademais, em reunião, a comunidade pontua que também “não há vertente para a luta, pois o povo sumiu de lá”, e que o INCRA não dava nenhum tipo de suporte para essa questão. No entanto, num país onde o INCRA regulamenta programa que terceiriza titulação de terras e favorece a grilagem, por meio da instrução normativa nº 105, denominada Programa Titula Brasil, isso não é surpresa.

Assim, é premente afirmar que mesmo no interior do instituto, por parte de servidores sindicalizados e representados pela Confederação Nacional das Associações dos Servidores do Incra (CNASI-AN), em nota pública, pontuam que

²⁷ Diz respeito ao excedente de trabalhadores desempregados, em termos relativos ao aumento dos meios de produção, sendo uma condição *sine qua nom* da dinâmica de funcionamento e manutenção do capitalismo.

a regulamentação do programa deve “impedir novos projetos de assentamento da reforma agrária, novas regularizações de territórios quilombolas, novas áreas indígenas e novas áreas de preservação ambiental”. Ou seja, há contraponto dialético e conscientização, o que constitui um movimento contraditório.

Esse movimento de natureza contraditória demonstra que sempre há processos de resistência mesmo no interior das esferas normativas/institucionais. Em nossa sociedade, o movimento de transformação nunca é harmônico, mas conflituoso, dialético e permeado de recuo e avanço. Na Comunidade Viva Deus não é diferente.

Diante da regulamentação da grilagem inscrita na instrução normativa nº 105, denominada Programa Titula Brasil, vemos que a efetivação em totalidade da reforma agrária é interrompida novamente em função da agenda de um governo autoritário e genocida, como é o atual, a exemplo do que ocorreu na Ditadura Civil-Militar, onde eram incentivadas monoculturas de exportação que favoreciam os latifundiários.

Dadas as condições dificultadas de bem-viver no campo, não resta espaço para acomodar as novas gerações e a juventude, o que explica as interlocutores e interlocutores da pesquisa serem majoritariamente idosos e idosas. Tal questão decorre da lógica de produção capitalista, que se reconfigura histórica e dialeticamente. Nesse sentido, ocupar e lutar pelo assentamento na comunidade, resistir e plantar não se constitui simplesmente como uma saída para as ofensivas do grande capital no campo, mas indicam o movimento de construção de um outro modo de vida, impulsionado pela formação de conscientização e autonomia junto aos sujeitos que lutam.

**Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Popular,
GEPEEP, 28 de maio de 2021.**